

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JESSICA MAZZINI MENDES

**O QUE A LAMA NÃO APAGA:**

desastre, memória e sociabilidade em Mariana - MG

JUIZ DE FORA

2019

JESSICA MAZZINI MENDES

**O QUE A LAMA NÃO APAGA:**

desastre, memória e sociabilidade em Mariana - MG

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Antônio Salomão Condé

JUIZ DE FORA

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mendes, Jessica Mazzini.

O que a lama não apaga : desastre, memória e sociabilidade em Mariana - MG / Jessica Mazzini Mendes. -- 2019.  
154 f. : il.

Orientador: Eduardo Antônio Salomão Condé

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2019.

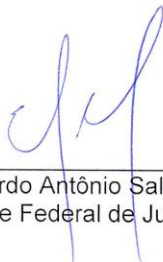
1. Mudança social. 2. Memória social. 3. Sociabilidade. 4. Sociologia dos desastres. 5. Crime ambiental. I. Condé, Eduardo Antônio Salomão, orient. II. Título.

**JESSICA MAZZINI MENDES**

**O QUE A LAMA NÃO APAGA: DESASTRE, MEMÓRIA E  
SOCIABILIDADE EM MARIANA - MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Ciências Sociais.

Dissertação defendida e aprovada em 30 de agosto de 2019.



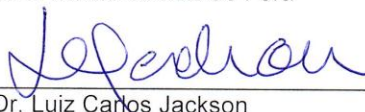
---

Prof. Dr. Eduardo Antônio Salomão Condé  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Prof. Dr. Marcos Olender  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson  
Universidade de São Paulo

Dedico esta dissertação às minhas avós Luiza e Elza (In memoriam).

## AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, Sérgio e Simone, por cultivarem em mim o amor pelo conhecimento desde a mais tenra idade.

Aos meus amigos e familiares, em especial à Amanda, Mariana e Ivo, meus companheiros de todas as horas.

Um agradecimento especial ao professor Eduardo Antônio Salomão Condé pela orientação e pelos direcionamentos sugeridos, sem os quais não seria possível a realização desta dissertação.

Agradeço também ao professor Marcos Olender, que desde o início da minha graduação me inspirou e com quem eu sempre pude contar, sobretudo devido à sua generosidade em partilhar comigo os seus conhecimentos acadêmicos.

A Alberto pela presença e atenção, pelas constantes demonstrações de confiança no meu trabalho, pelo suporte e, especialmente, pelo incentivo que me levou a iniciar esta jornada, sou muito grata por isso.

A Dmitri pelo cuidado, pela inspiração e motivação incondicionais, os quais foram imprescindíveis para a elaboração desta dissertação e sua conclusão, fazendo com que tudo fosse feito da melhor forma possível e marcando de forma única a minha vida acadêmica e pessoal.

A todos os meus entrevistados e aqueles que contribuíram de alguma maneira durante a realização da pesquisa, sem os quais não seria possível a realização do estudo ora apresentado.

E, finalmente, à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitaram o desenvolvimento da minha pesquisa e a conclusão do mestrado.

*“Pedra por pedra reconstruiremos a cidade./  
Casa e mais casa se cobrirá o chão./ Rua e mais  
rua o trânsito ressurgirá./ Começaremos pela  
estação da estrada de ferro/ e pela usina de  
energia elétrica./ Outros homens, em outras  
casas,/ continuarão a mesma certeza./ Sobrarão  
apenas algumas árvores/ com cicatrizes, como  
soldados./ A neve baixou, cobrindo as feridas./ O  
vento varreu a dura lembrança./ Mas o  
assombro, a fábula/ gravam no ar o fantasma da  
antiga cidade/ que penetrará o corpo da nova./  
Aqui se chamava/ e se chamará sempre  
Stalingrado./ - Stalingrado, o tempo responde.”*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

## RESUMO

A presente pesquisa se insere no debate acerca do crime ambiental ocorrido na cidade de Mariana/MG em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Vale/Samarco/BHP. Tal rompimento determinou uma série de rupturas nos processos produtivos, culturais, econômicos e sociais de inúmeras comunidades impactadas, deflagrando uma situação de crise para os atingidos. Possuindo como objeto de estudo a questão do reassentamento coletivo da comunidade Bento Rodrigues, buscaremos compreender o anseio constantemente expresso pelos moradores por se recuperar, ao máximo, as características existentes no antigo subdistrito em um novo entorno material. Com uso de metodologia qualitativa, procedeu-se ao levantamento bibliográfico, à pesquisa documental, ao trabalho de campo e à realização de entrevistas semiestruturadas. O estudo constatou que a recomposição espacial dos elementos referenciais do antigo subdistrito no projeto de reassentamento é emblemática não apenas do “passado”, mas das relações sociais que através do espaço são estabelecidas e que lhes confere forma e vida dentro da estrutura urbana, demonstrando o peso e o valor das relações sociais para a comunidade para além de uma imagem meramente especular de um passado romantizado e idealizado a ser encarnado no reassentamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mudança Social; Memória Social; Sociabilidade; Sociologia dos Desastres; Crime Ambiental.



## **ABSTRACT**

The present research inserts itself in the debate about the environmental crime that happened in Mariana/MG caused by a rupture in Fundão tailings dam, owned by Vale/Samarco/BHP. Such rupture put in motion a series of ruptures in the productive, cultural, economic and social processes of innumerable impacted communities, triggering a crisis situation to the affected people. Possessing as object of study the question about the collective resettlement of Bento Rodrigues community, we will seek to understand the constant longing expressed by the residents in recover, to the maximum, the existent characteristics in the former subdistrict to the new material surroundings. With the usage of qualitative methodology, we proceed to the bibliographic survey, documentary research, field research and conducting semi-structured interviews. The study verified that the spatial recomposition of the former subdistrict reference elements in the resettlement project is emblematic not only of the past, but also of the social relationships that through space are established and which gives them shape and life inside the urban structure, demonstrating the weight and value of social relationships to the community beyond a merely specular image of a romanticized and idealized past to be reincarnated in the resettlement.

**KEYWORDS:** Social Change; Social Memory; Sociability; Sociology of Disaster; Environmental Crime.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração: Estado de Minas Gerais, em destaque o município de Mariana. ....	17
Figura 2 - Ilustração: Trajetória da pluma de rejeitos após o rompimento da Barragem de Fundão no município de Mariana.....	18
Figura 3 - Foto: Dique S4.....	78
Figura 4 - Foto: Cartaz .....	79
Figura 5 - Documento: Declaração dos Bispos .....	85
Figura 6 - Foto: Cartaz em Bento Rodrigues.....	91
Figura 7 - Foto: Celebração de missa .....	109
Figura 8 - Foto: São Bento e Nossa Senhora da Paz .....	109
Figura 9 - Foto: Celebração da missa nas ruínas da capela de São Bento.....	110
Figura 10 - Foto: Cruzes em homenagem aos 19 mortos do crime ambiental da Samarco/Vale/BHP.....	110
Figura 11 - Foto: Bandeira de São Bento. ....	113
Figura 12 - Foto: Cartaz "A força do povo está na fé". ....	113
Figura 13 - Ilustração: Área do antigo subdistrito de Bento Rodrigues .....	123
Figura 14 - Ilustração: Projeto urbanístico do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues.....	123
Figura 15 - Documento: Material sobre o projeto urbanístico destinado aos atingidos .....	126
Figura 16 - Foto: Casa de Maria em Bento Rodrigues .....	138

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Ocupações e fontes de renda.....	54
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS .....</b>	<b>29</b>
1.1. COMUNIDADE E SOCIEDADE.....	29
1.2. A CRISE EM CONTEXTO DE MUDANÇAS SOCIAIS.....	32
1.3. A MEMÓRIA COLETIVA E A SUA INSERÇÃO NO ESPAÇO: QUANDO A MUDANÇA TEM LUGAR .....	40
1.4. A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO E A SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA E A IDENTIDADE COLETIVA.....	46
<b>2. A VIDA NO ANTIGO SUBDISTRITO .....</b>	<b>51</b>
2.1. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO .....	51
2.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS: OCUPAÇÕES E FONTES DE RENDA.....	54
2.3. SOCIABILIDADE .....	57
2.4. ASPECTOS RELIGIOSOS E DEVOCIONAIS DA COMUNIDADE DE BENTO RODRIGUES .....	61
2.4.1. Entre católicos... ..	61
2.4.1.1. <i>Capela de Nossa Senhora das Mercês e capela de São Bento</i> .....	66
2.4.2. ... E evangélicos.....	70
<b>3. A VIDA EM MARIANA .....</b>	<b>73</b>
3.1. O MAIOR CRIME SOCIOAMBIENTAL DO BRASIL E A INSTALAÇÃO DE UM CONTEXTO DE DESASTRE NO COTIDIANO DOS ATINGIDOS DE BENTO RODRIGUES .....	73
3.2. A ORGANIZAÇÃO COLETIVA E A UNIÃO EM TORNO DO DESEJO PELO REASSENTAMENTO COLETIVO DE BENTO RODRIGUES .....	80
3.2.1. A tradição como narrativa .....	88
3.3. “OS TEMPOS DE ANTES E OS DE AGORA”: A VIDA NA CIDADE DE MARIANA .....	93
3.3.1. O tempo percebido e vivido em relação a uma nova referência espacial.....	99
3.3.2. Espaços e relações sociais: entre encontros religiosos e GTs .....	101
<b>4. NÓS OLHAMOS O PASSADO PELO ESPELHO RETROVISOR?.....</b>	<b>116</b>
4.1. O PROCESSO DE REASSENTAMENTO COLETIVO DE BENTO RODRIGUES... ..	116
4.2. ENTRE O ANTIGO E O NOVO .....	124
4.2.1. Entre o antigo e o <i>moderno</i> .....	127
4.2.2. A coletividade no reassentamento .....	129
4.3. PROJETO INDIVIDUAL DAS CASAS .....	129

4.4. “COMO ERA ANTES”, AFINAL: EXPECTATIVAS DA COMUNIDADE SOBRE O REASSENTAMENTO COLETIVO DE BENTO RODRIGUES .....	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>150</b>

## INTRODUÇÃO

A sociologia nasce em meio a situações radicalmente novas, buscando explicar e compreender a modernidade e os seus fenômenos políticos, econômicos e sociais, responsáveis por desencadear processos extensos e intensos de transformações sociais no mundo ocidental, sobretudo a partir do século XIX em face da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Sobressaem nas investigações sobre os fenômenos da modernidade, as crises e os processos de mudança tão marcantes na apreensão realizada pela sociologia clássica, notadamente por meio dos estudos de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.

Um tema recorrente e igualmente clássico da sociologia é a mudança social e seus desdobramentos em meio à sociabilidade e às instituições sociais na passagem do modo de vida rural para o modo de vida urbano, ocasionando uma transformação dramática da experiência de tempo e espaço, dos condicionantes da vida, em meio às relações sociais e com o próprio ser, submetendo toda sorte de experiências a uma atmosfera de “[...] agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, autoexpansão e autodesordem” (BERMAN, 2006, p.18) que marca a vida de milhões de pessoas. Nesta paisagem, os indivíduos que integram a sociedade moderna são impelidos a se conformar, devido à intensa pressão, à organização social em todas as esferas da vida; há um favorecimento e uma exigência por essa busca pela conformação impostos por essa lógica que aturde a vida interior do homem moderno, submetendo a experiência à constante mudança, conforme aponta Marshall Berman:

Seus personalidades necessitam assumir a fluidez e a forma aberta dessa sociedade. Homens e mulheres precisam aprender a aspirar à mudança: não apenas estar aptos a mudanças em sua vida pessoal e social, mas ir efetivamente em busca das mudanças, procurá-las de maneira ativa, levando-as adiante. Precisam aprender a não lamentar com muita nostalgia as “relações fixas, imobilizadas” de um passado real ou de fantasia, mas a se deliciar na mobilidade, a se empenhar na renovação, a olhar sempre na direção de futuros desenvolvimentos em suas condições de vida e em suas relações com outros seres humanos (2006, p.110).

O tema da mudança social e das transformações impostas pela força das atividades econômicas capitalistas às condições e aos vínculos sociais, aos modos de vida - em níveis pessoal e social -, é recuperado e explorado por Berman (2006) na imagem de desintegração trazida pela célebre frase “tudo que é sólido desmancha no ar”, em referência à Karl Marx. Nesta, observamos a condensação imagética da percepção do autor sobre a modernidade e o

seu processo inerente de mudança, no interior do qual aquilo que é sólido e permanente cede lugar ao inconstante, ao contingente e ao efêmero devido ao inexorável impulso destruidor e fragmentário que se instala a toque do crescimento econômico e do progresso em um movimento contínuo e intenso de expansão e alcance.

Nos dias de hoje, ainda vemos a pertinência desses estudos, pois tais eventos sucedem com cada vez com mais intensidade e celeridade. O fato básico é que os autores clássicos da sociologia como Karl Marx, assim como os seus contemporâneos, divisam as mudanças sociais que foram postas em marcha com o advento da modernidade a algumas décadas de distância do momento em que escrevem, a saber, nos séculos XIX e início do XX, períodos em que experimentaram toda a efervescência e o drama modernos.

Quais as implicações e as transformações, então, que os processos de mudança social ensejam ao serem impostos, literalmente, do dia para a noite a uma determinada realidade social? A agentes criados dentro de uma tradição e cultura totalmente alheia àquela na qual foram atirados e que observam, de forma abrupta e dramática, o desaparecimento de suas condições de existência e de seus modos de vida tradicionais? Quais os impactos da destruição da paisagem física em suas dimensões sociais e afetivas para uma comunidade fortemente ligada ao espaço?

Objeto de investigação desta pesquisa, a comunidade de Bento Rodrigues atingida no ano de 2015 pelo rompimento da barragem de Fundão que resultou no maior crime ambiental do Brasil e o maior do mundo envolvendo barragens, amplia o efeito de demonstração de um processo violento e brutal de mudança social. Processo este que, assim como a barragem, arrebatou sobre os modos de vida de uma comunidade rural e sua forma de vida habitual e determinou uma ruptura abrupta nas estruturas espaciais e temporais sobre as quais se assentavam a existência social da comunidade, levando a cabo a destruição de sua organização social e de tradições culturais, deflagrando a disruptura em todas as esferas sociais daquela coletividade.

Com uma população estimada em 612 habitantes<sup>1</sup>, Bento Rodrigues se configurava como um pequeno subdistrito brasileiro do distrito de Santa Rita Durão, localizado na cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais. Na comunidade rural, destacava-se o contexto de expressiva e duradoura tradição local relacionada a práticas religiosas, relações entre os moradores marcadas por uma forte solidariedade e laços sociais intensos, além de uma profunda ligação com a terra.

---

<sup>1</sup> Cf. LOPES, Luciano M. N.. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. In: Sinapse Múltipla, Betim, v.5, n.1, 2016, págs.1-14.

A origem e povoamento da localidade remonta ao final do século XVII, ao ano de 1697, com a chegada e o estabelecimento dos bandeirantes na região em busca de ouro e pedras preciosas. Desde a chegada das expedições exploratórias até os dias de hoje, conforme o crime ambiental de 2015 tragicamente evidencia, a mineração se encontra atrelada à história do subdistrito de Bento Rodrigues.

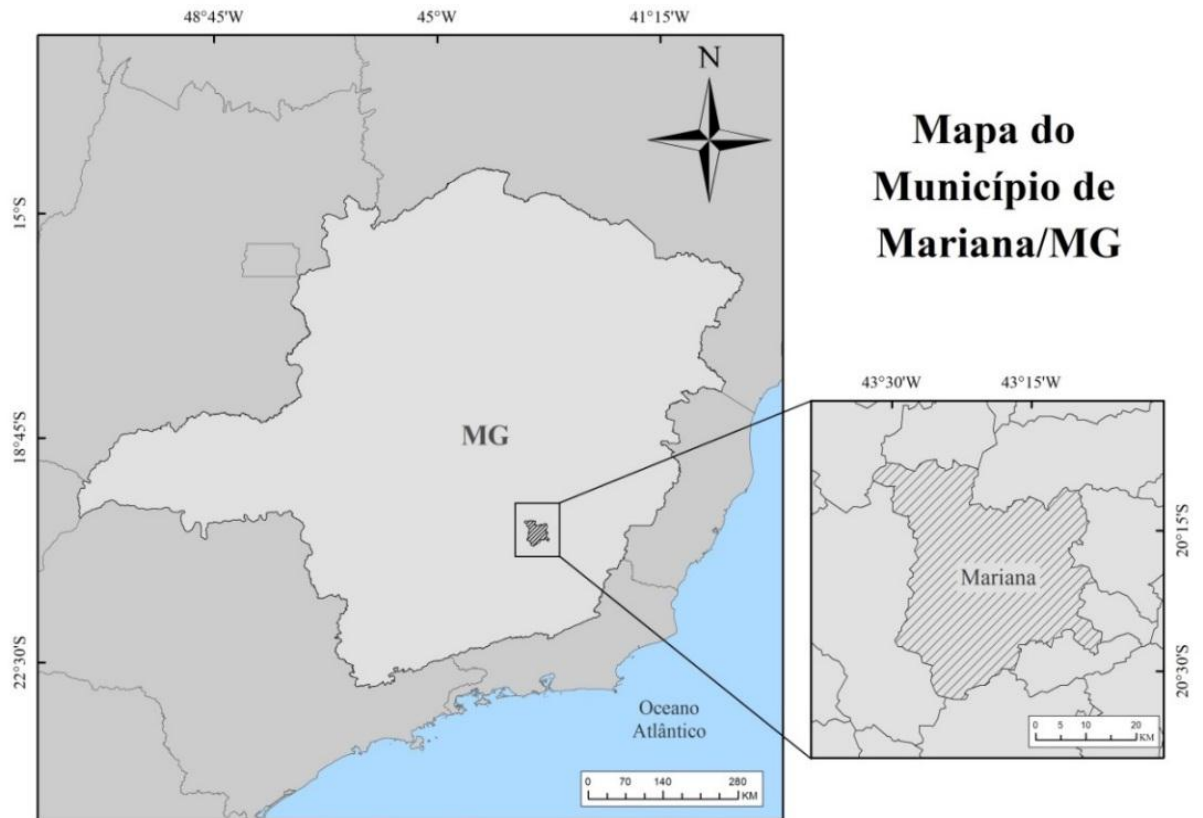
No dia 5 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, situada no Complexo Minerário de Germano<sup>2</sup>, em Mariana, Região Central do estado de Minas Gerais.

---

<sup>2</sup> No que se refere à localização e estrutura do Complexo Germano, a barragem de Fundão integrava o Complexo Mina Alegria, situado nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo cuja cadeia de produção e logística mineroportuárias envolvem as minas, as usinas de beneficiamento, os minerodutos e o terminal portuário em um processo que integra a produção, o transporte e o beneficiamento do minério. As lavras da mina estão localizadas nas cidades de Mariana e Ouro Preto, ambas em Minas Gerais, e são compostas por quatro minas, nas quais deteremos mais atenção: Alegria Centro, Alegria Sul, Alegria Norte e Germano. A Samarco começou a construção da unidade de Germano no ano de 1975, iniciando em 1977 o tratamento do minério da mina de Germano. No ano de 1984 as reservas lavráveis da mina foram se exaurindo. No princípio da década de 1990, com vistas a conferir longevidade à exploração de suas atividades, a empresa inaugurou as operações de lavra na Mina de Alegria, situada nos municípios de Mariana e Ouro Preto, assim como Germano. A empresa mantinha até o rompimento duas barragens destinadas à estocagem dos rejeitos resultantes do processo de extração e beneficiamento do minério de ferro em sua unidade de Germano. Em operação desde 2008, quando o preço do minério de ferro alcançava o seu ápice no mercado internacional (WANDERLEY et. al., 2016), a barragem de Fundão era a mais recente das três barragens de rejeito na área de exploração da Samarco em Mariana. Localizada no complexo mineral de Germano, a barragem de Fundão pertencia ao conjunto de barragens da empresa que inclui as estruturas da barragem de Germano, barragem de rejeitos, e de Santarém, barragem de água, e o empilhamento drenado da Cava de Germano (SAMARCO, 2015, on-line). Ademais, somam à sua estrutura três concentradores, instalados na unidade de Germano, que beneficiam o minério e aumentam o seu teor de ferro e ainda quatro usinas de pelotização - responsáveis pelo processo de compressão ou moldagem do minério em pelotas - na unidade de Ubu, no município de Anchieta, estado do Espírito Santo. O transporte do minério de Minas Gerais até o Espírito Santo é realizado através de três importantes minerodutos da empresa que interligam as unidades.



**Figura 1** – Ilustração: Estado de Minas Gerais, em destaque o município de Mariana.



Fonte: Elaborada pela autora.

A barragem armazenava um volume superior a 50 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos provenientes da extração do minério de ferro, e desse total, estima-se que 34 milhões de m<sup>3</sup> galgaram para uma segunda barragem da empresa localizada à sua jusante<sup>3</sup>, a barragem de Santarém, onde se misturaram à água presente nesta barragem formando a “onda de rejeitos” que eclodiu sobre a comunidade de Bento Rodrigues, devastando-a (PINTO-COELHO, 2015). Em seguida, a pluma de rejeitos<sup>4</sup> percorreu o rio Gualaxo do Norte até desaguar no rio do Carmo, continuando o trajeto da destruição até a sua junção com o rio Doce, onde seguiu o curso da bacia hidrográfica até o seu deságue no Oceano Atlântico. Milhões de metros cúbicos de rejeito restantes ainda permaneceram armazenados nessa segunda barragem, que foi parcialmente danificada. Esse material continuou sendo carregado, aos poucos, através de contínuos processos pluviais e fluviais em direção ao mar, assim como a deposição de sedimentos nos cursos de água continuou não apenas por meio da erosão da lama minerária

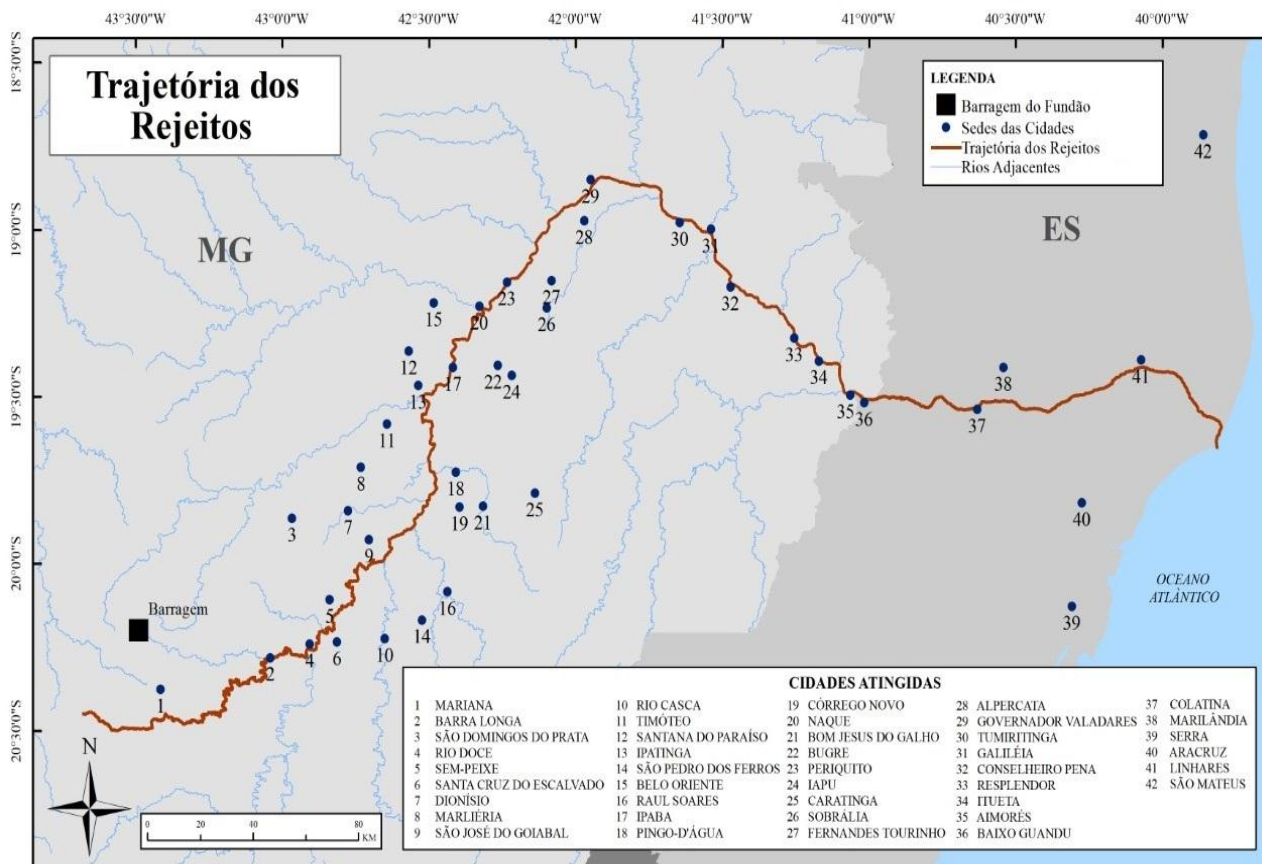
<sup>3</sup> Jusante refere-se à secção de um curso de água localizada entre um determinado ponto de referência e a foz. Neste sentido, à jusante de uma barragem se refere ao que se encontra “depois da barragem”, no sentido da corrente do rio.

<sup>4</sup> Pluma de rejeitos é um termo técnico que se refere ao caminhamento de uma mancha de contaminantes devido à emissão de poluentes de uma fonte pontual e que possui uma expansão previsível. Normalmente o termo é utilizado para se referir à água subterrânea.

depositada junto às margens, mas também através da paulatina liberação de lama pela barragem de Santarém<sup>5</sup>.

O percurso da pluma de rejeitos até chegar à foz do rio Doce e desaguar no Oceano Atlântico impactou diversos municípios nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo ao longo de aproximadamente 650 quilômetros de extensão de curso de água (Figura 2). Em Minas Gerais, entre as localidades impactadas, o rompimento afetou brutalmente o subdistrito de Bento Rodrigues e o distrito de Paracatu de Baixo, em Mariana, localizados mais próximos à barragem, e Gesteira, distrito de Barra Longa, município que também sofreu impacto em seu centro urbano. No Espírito Santo, entre as cidades afetadas estão Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Serra, Aracruz, Linhares e São Mateus.

**Figura 2** – Ilustração: Trajetória da pluma de rejeitos após o rompimento da Barragem de Fundão no município de Mariana.



Fonte: Elaborada pela autora.

O desastre provocou 19 mortes de pessoas, entre funcionários da empresa e moradores das comunidades ao redor do empreendimento, um grande número de feridos e enfermos,

<sup>5</sup> Visando a contenção dos sedimentos, foram criados Nova Santarém e os diques S1, S2, S3 e S4, construídos ao longo do percurso à jusante da barragem de Fundão até o entroncamento com o rio Gualaxo, afluente do rio Doce. As obras foram finalizadas em 2016. Disponível em: <<https://www.samarco.com/noticia/sistema-de-contencao-de-rejeitos-ja-revela-eficacia/>>.

centenas de famílias desabrigadas e desalojadas<sup>6</sup> e resultou em um conjunto de prejuízos incalculáveis e uma miríade de danos intensos e significativos nos meios físicos, biótico e socioeconômico de caráter irreversível ou de recuperação muito difícil e lenta. Conforme a pluma de rejeitos avançou pela calha do rio Doce, sua força inicial foi se dissipando e impactando de forma degressiva e distinta, diante de condicionantes geográficos, sociais e econômicos específicos, as localidades ao longo de mais de 500 quilômetros do curso de água do rio Doce.

As alterações nos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada devido à contaminação da água com rejeitos atingiram as populações de formas adversas. A despeito das especificidades verificadas em cada localidade, o impacto comum àquelas afetadas pelo rompimento da barragem se relaciona à água e à interdição de seu uso para as diversas populações que com ela interagiam de forma social<sup>7</sup> e econômica.

A contaminação<sup>8</sup> de importantes rios, como o Gualaxo do Norte, o Carmo e o Doce, elevou consideravelmente os níveis de turbidez da água, alterando sua qualidade, tornando-a imprópria para o consumo humano e para o manejo das práticas de agricultura e pecuária, inviabilizando sua utilização e captação. Assim, diversas localidades nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo foram obrigadas a interromper o abastecimento de água, ocasionando situações de crise em cidades de grande porte, como em Governador Valadares (MG) e

---

<sup>6</sup> Segundo o Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres (1998, on-line), caracteriza-se como desalojado o indivíduo que foi obrigado a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave em decorrência de desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo. Desabrigado, por sua vez, refere-se ao indivíduo cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo. Disponível em: <<http://www.defesacivil.mg.gov.br/images/documentos/Defesa%20Civil/manuais/GLOSSARIO-Dicionario-Defesa-Civil.pdf>>.

<sup>7</sup> A comunidade indígena Krenak, habitante das margens do rio Doce - entre as cidades de Resplendor e Conselheiro Pena em Minas Gerais -, a cerca de 300 quilômetros à jusante do local do desastre, foi particularmente afetada. Com a contaminação do rio Doce, o povo Krenak foi privado de sua principal fonte de água potável para consumos humano e animal, do pescado e, principalmente, de seu elemento sagrado. Entre as formas de uso e significados do recurso natural, a contaminação do rio Doce impactou um elemento sagrado do patrimônio cultural Krenak: o Uatu, como é conhecido este rio na língua Krenak, que se constitui como elemento essencial da identidade coletiva, impedindo a realização de rituais e festas daqueles que possuíam uma relação espiritual com o rio Doce. Cf. KRENAK, Itamar de Souza Ferreira et al.. Uatu Hoom. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, Cipó Voador, 2019; MAGALHÃES, Paula Gomes de; NICÁCIO, Camila Silva. Patrimônio Cultural Imaterial e Identidade: os Krenak e a paisagem dos Sete Salões. In: OLIVEIRA, Márcio Luís de; CUSTÓDIO, Maraluce; LIMA, Carolina Carneiro (orgs.). Direito e paisagem: a afirmação de um direito individual e difuso. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017, p.243-260.

<sup>8</sup> Com relação a essa discussão, é pertinente ressaltar o pontuado por Pinto-Coelho (2016, p.32): Uma grande polêmica foi aberta pela própria mineradora ao afirmar que os seus rejeitos não seriam tóxicos. A empresa se baseia na norma NBR 10.004 que certifica os rejeitos do complexo minerário de Germano como resíduos não perigosos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). Eles seriam não inertes apenas para Mn e Fe, segundo a norma da NBR. Apesar disso, temos que reconhecer que o derramamento de dezenas de milhões de toneladas de rejeitos inertes no meio ambiente acabou por gerar uma lama com claro potencial tóxico.

Colatina (ES). Essa contaminação por rejeitos ocasionou também a mortandade de animais, sobretudo de peixes, afetando fração importante da ictiofauna<sup>9</sup> (IBAMA, 2015).

As comunidades que possuíam o pescado como a sua principal atividade econômica e dependiam, portanto, do rio Doce para sua subsistência sofreram os impactos do desastre devido à interrupção de suas atividades tradicionais e comerciais por tempo indeterminado, além de adicionar à gravidade o rompimento ter ocorrido no período do defeso<sup>10</sup>, ou seja, a disseminação da lama de rejeitos exerceu impacto significativo e destruidor nas áreas de reprodução e nos berçários de reposição da ictiofauna - áreas de alimentação de larvas e juvenis - durante o período em que os peixes se encontravam em sua fase de reprodução. A suspensão de práticas, como a dessedentação animal, e outras atividades econômicas, como a agricultura e o ecoturismo, foram prejudicadas, ocorrendo também o comprometimento da balneabilidade dos rios e seu uso para lazer (IBAMA, 2015; ZONTA; TROCATE, 2016).

Houve aumento do índice de desemprego devido à paralisação ou interrupção de atividades econômicas, como ocorrido no município de Mariana em consequência da suspensão da operação da Samarco após o desastre, assim como em decorrência do enfraquecimento das economias locais e queda do movimento dos negócios. Localidades como Regência, distrito do município de Linhares, no Espírito Santo, que possuíam atividades turísticas, também contabilizaram prejuízos financeiros.

Além destes danos ambientais, sociais e econômicos, diretos e indiretos, ao longo dos trechos impactados que foram mencionados, como a morte de pessoas, comunidades que foram desabrigadas e desalojadas em decorrência da destruição de moradias e estruturas urbanas, bem como do isolamento de áreas habitadas, a destruição de áreas de preservação permanente, da vegetação ripária e da aquática, a fragmentação de *habitats* e a perda da

---

<sup>9</sup> Com a força da passagem da “onda de rejeitos” ocorreram mudanças nas formas e tipologias dos cursos de água, assoreamento do leito dos rios e soterramento das lagoas e nascentes adjacentes a estes, a destruição de matas ciliares, coberturas vegetais de vastas áreas ribeirinhas por arraste, contando, inclusive, com a remoção da camada superficial do solo e o prejuízo à sua porção fértil superficial, comprometendo extensas faixas de terras nas margens soterradas em virtude da densidade dos rejeitos minerais. Além disso, foi observada sua deposição sobre o leito dos rios, comprometendo a biodiversidade aquática e a fauna terrestre, reduzindo e, em alguns casos, destruindo *habitats* e ocasionando a mortandade de espécimes em toda a cadeia trófica, bem como sua alteração e empobrecimento em toda a extensão do dano, sendo verificada piora no estado de conservação de espécies ameaçadas, como *Hemichilus wheatlandii* - peixe de água doce conhecido como Andirá - endêmica à bacia do rio Doce. Desta maneira, foi observado o ingresso de novas espécies no rol de ameaçadas, afetando gravemente “os processos ecológicos responsáveis por produzir e sustentar a riqueza e diversidade do rio Doce” (IBAMA, 2015, on-line), comprometendo a estrutura e função dos ecossistemas e, logo, o equilíbrio da Bacia Hidrográfica.

Disponível em:

<[https://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias/noticias2015/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_Ibama.pdf](https://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias/noticias2015/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf)>.

<sup>10</sup> O defeso é uma medida que visa à proteção dos organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou, ainda, de seu maior crescimento. Durante o período, época na qual os peixes estão mais vulneráveis à captura por estarem reunidos em cardumes, as atividades de caça, coleta e pesca esportivas e comerciais são vetadas ou controladas.

biodiversidade, o assoreamento do leito dos rios e o soterramento de lagoas e nascentes, foram constatados, em diversos níveis, distúrbios emocionais decorrentes da alteração nos padrões de vida e da sensação de perigo e desamparo da população atingida. A estes, somam-se diversos outros prejuízos materiais e imateriais, sejam eles prejuízos morais, sociais, financeiros e patrimoniais, ao meio ambiente e à saúde pública (CONNECTAS, 2016; GESTA, 2016; IBAMA, 2015; PINTO-COELHO, 2015; POEMAS, 2015; ZONTA; TROCATE, 2016). Apesar de serem pontuais e circunscritos apenas a algumas localidades, constituem parte do conjunto de danos coletivos gerados em consequência do evento crítico que implicam perdas irrecuperáveis e imensuráveis que assolam as gerações atuais e, ainda que de forma diversa, afligirão também as gerações futuras.

Conforme observado, a “onda de rejeitos” arrebentou sobre o subdistrito de Bento Rodrigues e em seu curso extravasou o leito do rio, atingindo de forma brutal em seu trecho inicial as localidades mais próximas à barragem. Assim, entre os impactos causados em decorrência do rompimento, encontram-se a destruição de estruturas de uso público e privado, como edificações, pontes, vias e casas<sup>11</sup>, assim como a destruição de áreas de cultivo agrícola e pastos, gerando perda de receitas econômicas de acordo com o vivenciado pelas comunidades rurais que serão reassentadas: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, distrito do município de Barra Longa cujo centro urbano<sup>12</sup>, localizado à margem do rio do Carmo, foi o mais afetado pelo rompimento da barragem.

A área original do antigo subdistrito de Bento Rodrigues foi completamente comprometida, de forma que não havia possibilidade de reconstrução no mesmo local. Da mesma maneira, tampouco as manifestações dos desejos dos moradores pelo reassentamento das famílias se deram nesse sentido. A principal reivindicação dos moradores de Bento Rodrigues foi de que a comunidade fosse reassentada em um novo local, buscando-se características mais próximas o possível daquelas que havia no antigo subdistrito e, principalmente, que a comunidade deveria ser a protagonista das decisões relativas à reparação e compensação, como aquelas relativas à manutenção de suas formas de reprodução social.

---

<sup>11</sup> De acordo com o IBAMA (2015, on-line), das 251 edificações mapeadas em Bento Rodrigues, 207 apresentaram sobreposição com o polígono da área atingida, o que resulta em 82% das edificações atingidas. Cf. IBAMA, Laudo Técnico Preliminar Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais (2015). Disponível em: <[https://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias/noticias2015/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_ibama.pdf](https://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias/noticias2015/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf)>.

<sup>12</sup> As obras infraestruturais de reparação e reconstrução do centro urbano de Barra Longa foram finalizadas e inauguradas no ano de 2016.

O desastre afetou profundamente a comunidade de Bento Rodrigues, fisicamente removida às pressas de seu território como consequência de um evento externo que lhes foi imposto, causando uma abrupta ruptura nos processos produtivos, culturais, econômicos e sociais de uma comunidade tradicional baseada em recursos compartilhados, organizações de associação e cooperativa, redes de apoio mútuo e laços pautados em parentesco e religião.

Os atingidos foram submetidos a condições interinas de abrigo e a situações de provisoriedade, sendo alocados temporariamente na sede de Mariana em casas alugadas, encontrando-se nesse cenário ainda, quatro anos após o evento crítico, devido à morosidade do processo de reassentamento. Com isso, a comunidade de Bento Rodrigues foi inserida na sede de Mariana, caracterizada como um núcleo urbano maior e mais complexo que apresenta uma forma de vida bastante distinta daquela a que os moradores estavam acostumados.

A presente dissertação se insere, por conseguinte, no debate acerca do desastre ocorrido em Bento Rodrigues na sucessão do rompimento da barragem de Fundão mantida pela Samarco Mineração S.A., mineradora pertencente à Vale S.A. em conjunto com a companhia anglo-australiana BHP Billiton.

Possuindo como objeto de estudo a questão do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues, esta pesquisa teve como origem a observação do anseio constantemente expresso pelos atingidos da comunidade pelo reassentamento coletivo da comunidade “como era antes”, observação que servirá como espinha dorsal dos capítulos seguintes, a partir da análise das relações entre mudança e memória sociais ancoradas no estudo da cultura da comunidade e de sua sociabilidade. O reassentamento coletivo de Bento Rodrigues buscando preservar, no delineamento do projeto urbanístico conceitual, ao máximo, as características que havia no antigo subdistrito se coloca em um ponto onde atravessam questões várias relacionadas à memória, à identidade e ao espaço. Sendo assim, a questão inicial considerada neste trabalho foi a seguinte: o que significa o reassentamento coletivo da comunidade de Bento Rodrigues da forma “como era antes”?

O evento crítico causou sérias perturbações nos padrões tradicionais da comunidade de Bento Rodrigues, transformando-os drasticamente e promovendo uma desorganização das relações sociais. Em virtude do rompimento da estrutura tradicional devido à passagem, imposta, do ambiente rural ao ambiente urbano, novas condições sociais e técnicas de vida se apresentaram e, da mesma forma, tão logo os problemas de adaptação ao meio e às transformações sociais relativas às novas condições materiais de existência e à configuração das relações sociais.

Assim, apresentamos algumas questões que foram exploradas e desdobradas na pesquisa, a saber: quais são os marcos através dos quais a comunidade reestrutura o seu passado?; quais são e como operam entre os indivíduos da comunidade as práticas discursivas e não discursivas que visam consolidar a sua identidade como um grupo?; quais são os interesses específicos que a comunidade busca afirmar no campo de disputas e interesses políticos e privados que se desdobram em seu cotidiano, em um cenário no qual há embates de interesses, demandas e direitos a serem defendidos?; quais medidas estão sendo tomadas pela comunidade em face às violências e às violações que se desdobram em seu cotidiano?; o que confere real significado ao seu planejamento “como era antes”?

Esses questionamentos se vinculam à observação de que o rompimento da barragem de Fundão provocou, entre os diferentes impactos e danos, uma mobilização da narrativa da comunidade sobre si própria calcada na tradição e no passado. Haja vista que a memória, na condição de uma reconstrução do passado, não o passado em si, pois viva e dinâmica, se estrutura e se localiza em um tempo, um espaço e um grupo de acordo com interesses definidos. Observamos destarte que a memória que se forja no momento posterior ao rompimento da barragem de Fundão conforma o consenso necessário para a continuidade da tessitura social, mesmo tão prejudicada. A hipótese que seguiremos é de que, apesar da anomia instaurada, há a permanência de representações da memória coletiva, e são elas que guiam o passado, o presente e o futuro daquela comunidade. É, pois, entre a mudança inexorável e a permanência que permite a vida social e as instituições existirem e evoluírem que se inscreve a memória coletiva, forma de representação e de sentido identitário dos sobreviventes da tragédia fáustica encarnada. Neste contexto, ao ser mobilizada, a memória aparece, então, como elemento organizador e mobilizador, não como elemento meramente casual e nostálgico.

Os balizamentos teóricos empregados na construção dessa pesquisa inscrevem-se no levantamento bibliográfico de assuntos pertinentes ao tema da mudança e memória sociais. Em seguida, foram realizadas pesquisas documentais preliminares a partir das quais foi possível a obtenção de dados históricos, sociais e econômicos da comunidade de Bento Rodrigues em um momento anterior ao desastre, bem como o levantamento de dados estatísticos e de informações institucionais da Samarco e da Fundação Renova, entidades diretamente envolvidas com o crime ambiental. Destacam-se como principais referências de informação para o desenvolvimento da pesquisa livros, artigos, dossiês, relatórios, laudos e, dada a ampla repercussão na mídia local, nacional e internacional, reportagens veiculadas

através da mídia falada e escrita – telejornais, jornais, sites e revistas - ligadas ao assunto no período de novembro de 2015 a janeiro de 2019.

Com base na pesquisa documental, foi realizada a elaboração de um roteiro de entrevistas que contemplou aspectos referentes ao cotidiano da comunidade em um momento anterior ao rompimento da barragem de Fundão, com a preocupação em dedicar ênfase às questões relativas à relação dos atingidos com o espaço do subdistrito, com a vizinhança e com a comunidade como um todo, bem como à situação de viver em Mariana após o ocorrido.

As entrevistas com os atingidos apresentadas nesta dissertação buscam iluminar os dados sobre o reassentamento obtidos através das diversas fontes mencionadas anteriormente. Tomando como base os pressupostos teóricos apresentados, procura-se desvendar o significado do desejo em buscar no processo de reassentamento coletivo o respeito às características de “como era antes” no antigo subdistrito.

As entrevistas realizadas com quatro atingidos ocorreram na casa dos pesquisados e possuíram como intuito captar o universo particular de cada um deles, bem como perceber a relação com o seu entorno material. Essa estratégia de entrevistá-los em suas respectivas casas possibilitou que os atingidos ficassem mais à vontade para conversar do que nas outras ocasiões em que nos encontramos: celebrações religiosas e reuniões dos Grupos de Trabalhos Temáticos Interdisciplinares, conhecidas como “GTs”<sup>13</sup>.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e analisadas segundo os temas abordados. Também foram pesquisados documentos referentes ao reassentamento estudado, entre eles, o projeto urbanístico, os mapas e as maquetes elaboradas, documentos nos quais os atingidos desempenharam um papel ativo na sua elaboração e no seu desenvolvimento. Essas informações foram obtidas junto à Fundação Renova e forneceram subsídios para o entendimento de como foram elaborados o planejamento do reassentamento, bem como quais as lógicas que operaram na elaboração destas ações.

Articulada à pesquisa documental foram realizadas idas a campo no intuito de fazer observações nas localidades de Mariana, Bento Rodrigues, Gesteira, Paracatu de Baixo e Barra Longa que permitiram a visualização dos prejuízos, impactos e danos decorrentes do desastre. Foram realizadas participações em eventos e reuniões que resultaram em um extenso material: registros fotográficos e audiovisuais diversos, além das vivências do período em

---

<sup>13</sup> O Grupo de trabalho interdisciplinar (GT) se configura como uma reunião destinada a tratar de maneira uniforme os reassentamentos, familiares e coletivos, bem como casos de reconstruções. As reuniões ocorrem prioritariamente em Mariana e contam com a participação da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAD), comunidades atingidas, assessoria técnica (Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais), Município de Mariana, entre outros órgãos.



campo. Além do material colhido nessas ocasiões, o campo propiciou também o encontro com os atingidos a partir dos quais foi possível escutar os relatos de testemunhas ligadas ao evento e conhecer suas visões acerca do ocorrido nas localidades visitadas através de entrevistas semiestruturadas e diálogos informais.

A pesquisa de campo realizada entre setembro de 2017 e janeiro de 2019 teve lugar na cidade de Mariana, em Minas Gerais. Os contatos iniciais foram possibilitados por meio de um amigo residente na cidade de Mariana que conhecia uma família atingida de Bento Rodrigues. Por meio de um integrante desta família, conheci Francisco do Bento, presidente da Associação de Moradores de Bento Rodrigues e integrante da Comissão de Atingidos de Bento Rodrigues, um dos atingidos de Bento Rodrigues mais ativos na vigilância para que os direitos dos atingidos sejam (re)conquistados e garantidos. Por intermédio de Francisco, por sua vez, conheci outros atingidos com os quais pude estabelecer conversas informais e, em alguns casos, realizar entrevistas<sup>14</sup>.

Francisco foi responsável por importantes mediações, me auxiliando no desenvolvimento da pesquisa e no estabelecimento de relações de confiança com as pessoas de Bento Rodrigues. Através de Francisco fiquei sabendo da agenda de celebrações religiosas (missas e festas) e reuniões no Centro de Convenções da cidade de Mariana, dos GTs, dedicados às discussões acerca das ações de recompensa e reparação que contaram com a participação do Promotor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), da Cáritas Regional de Minas Gerais, dos atingidos de Bento Rodrigues e de sua Associação de Moradores e da Fundação Renova, eventos dos quais participei em algumas ocasiões e que possibilitaram observar a interação da comunidade em seus raros momentos de encontro coletivo - conforme assinalado de forma unânime pelos atingidos nos depoimentos concedidos para esta pesquisa.

Acompanhar as reuniões e audiências com a comunidade permitiu observar a sua organização e as estratégias de atuação, bem como conhecer acerca das relações entre os atingidos. No ano de 2018, a rede de contatos foi ampliada por meio de uma amiga que assumiu o cargo de Assessora Técnica da Cáritas, trabalhando junto com a comunidade de Bento Rodrigues, quem me apresentou Eduardo e Maria, outros informantes-chave para o desenvolvimento do presente trabalho. Em Mariana, estive na sede da Fundação Renova,

---

<sup>14</sup> Por questão de confidencialidade, em menções e entrevistas apresentadas no corpo desta dissertação, os atingidos que atuaram como informantes da pesquisa não serão identificados com os seus nomes próprios, mas por meio de pseudônimos.

localizada na praça Gomes Freire, e conversei com historiadores e arquitetos da instituição sobre o processo de reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues.

O estabelecimento dessa rede de contatos facilitou a penetração no campo, pois, muitas vezes os atingidos se encontravam resistentes a conversar sobre o evento crítico, e mesmo quando dispostos os encontros se limitaram, em muitas ocasiões, às conversas informais, dado que demonstravam desconfiança e reticência ao menor sinal de menção a depoimentos ou entrevistas registradas em áudio. Em sua maioria, os atingidos se diziam sentir muito violados<sup>15</sup> e se negavam a compartilhar as suas histórias e vivências do ocorrido, conforme pode ser observado na fala de uma atingida de Barra Longa registrada durante a pesquisa de campo:

Passaram-se várias pessoas não só universitários, também a mídia, os fotógrafos e tudo. Então eu costumo falar que arrancaram uma máscara da gente e levaram embora. Naquela época, o nosso povo queria falar assim, era tipo um grito de alerta e hoje muita gente tem... Essas mídias têm a nossa história e nós mesmos não temos a nossa história, e quem tem não devolve [...] é uma violação mesmo, e hoje o nosso povo não quer falar mais. E muita gente está sofrendo lapso de memória, tem... Eu deparei com uma atingida há pouco tempo até e ela está com medo. Ela não consegue mais lembrar as coisas dela. Então ela está com medo de perder a identidade e ela não saber mais contar a própria história... (Luzia, atingida de Barra Longa).

Sendo assim, diante da dificuldade de realizar entrevistas com os atingidos de Bento Rodrigues foram eleitos alguns informantes principais da pesquisa, pessoas que se dispuseram a concedê-las, o que assinalou para uma maior possibilidade de fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento deste trabalho. Além das conversas informais e das entrevistas realizadas com os atingidos, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o coordenador de projetos da Fundação Renova, além de encontros de conversa com dois profissionais desta instituição, assim como com três assessores da Cáritas, Assessoria Técnica dos atingidos envolvida nas questões relativas ao reassentamento coletivo da comunidade de Bento Rodrigues. As informações obtidas junto aos profissionais de ambas as instituições forneceram subsídios para o entendimento de como foram realizados o planejamento e a elaboração do projeto urbanístico conceitual, bem como informaram sobre as lógicas que operaram na elaboração das ações e escolhas da comunidade.

Entre entrevistas e conversas informais, foram alcançadas aproximadamente trinta pessoas, a saber: atingidos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Barra Longa,

---

<sup>15</sup> Cf. a matéria "Ser celebridade da desgraça", publicada em fevereiro de 2016 no Jornal "A Sirene", produzida pelos próprios atingidos na qual relatam a sua relação com a imprensa jornalística. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene\\_final\\_diogo\\_bx](https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx)>.

pesquisadores de Universidades Federais, profissionais do Jornal A Sirene<sup>16</sup>, profissionais da Fundação Renova e da Cáritas Regional de Minas Gerais, bem como membros da sociedade civil e de movimentos populares, como o Movimento Atingidos por Barragens (MAB). As conversas e entrevistas foram complementadas com visitas às localidades atingidas pelo evento crítico de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa.

As vivências, sentimentos, relatos de conversa e impressões do cotidiano foram anotadas em diário de campo, registrando a experiência na cidade de Mariana, desde as visitas às casas dos atingidos, à Fundação Renova, a presença em espaços religiosos (tanto em Bento Rodrigues quanto em Mariana) e nos espaços de decisões, audiências e reuniões dos GTs realizados no Centro de Convivência de Mariana até as viagens realizadas às localidades atingidas de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa.

Os resultados da pesquisa ora apresentados decorreram das análises dos materiais, das entrevistas transcritas, dos diários de campo com registro de observações e conversas informais com moradores da cidade de Mariana, com os atingidos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa, além dos profissionais ligados à Fundação Renova e à Cáritas Regional de Minas Gerais. Da mesma forma, a revisão bibliográfica e a pesquisa documental foram fundamentais para contextualizar o caso estudado e compreender o contexto de desastre instalado no dia a dia dos atingidos e as suas implicações na organização da comunidade em busca da garantia de seus direitos.

No que concerne à estrutura desta dissertação, optou-se por organizá-la de acordo com as linhas que orientaram o desenvolvimento dos capítulos e a reflexão sobre o processo de reassentamento. No primeiro capítulo, apresentamos o estudo clássico de Ferdinand Tönnies (1973) sobre comunidade e sociedade, buscando situar o problema principal de pesquisa em diálogo com a literatura produzida sobre mudanças sociais, destacando os estudos de Pierre Bourdieu (1979), Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad (2017) e de Antonio Candido (2010), que abordam casos distintos de transformações vividas em localidades rurais. Estes últimos, embora inscritos temporal e espacialmente distantes da realidade que se abre diante de nossos olhos nos dias que correm, nos auxiliam na observação da existência social e cultural de populações tradicionais diante de processos de mudança social. Assim, a despeito do fato dos

---

<sup>16</sup> O jornal “A Sirene” é um periódico mensal realizado “pelos atingidos e para os atingidos” (A SIRENE, 2016, on-line), com o apoio de instituições, coletivos, jornalistas e moradores da cidade de Mariana. Lançado em fevereiro de 2016, o meio de comunicação veicula informações, histórias, opiniões e questionamentos relacionados às questões dos atingidos. As reportagens são elaboradas com a participação de jornalistas colaboradores que transcrevem a conversa com os atingidos e, então, o texto resultante passa pela aprovação do depoente. Para maiores informações Cf. A SIRENE. Editorial. A Sirene, Mariana, fev./2016. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene\\_final\\_diogo\\_bx](https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx)>.

processos de modernização e das transformações decorrentes destes processos atuarem de modo sensível sobre as formas de vida e o universo social de populações rurais, observamos que eles não foram efetivos em sua destruição. Mesmo décadas após os estudos com os quais dialogamos com se passando, foi preciso que “o capitalismo” passasse por cima da cultura de uma comunidade rural tradicional, devastando-a com a lama, para que sua existência fosse ameaçada. Desta feita, o primeiro capítulo se destinará à discussão teórica a partir dos autores mencionados e se debruçará sobre outros teóricos que investigam os temas da memória, da identidade e do espaço, articulando-os.

O segundo capítulo busca apresentar o *modus vivendi* do passado, a forma como se organizavam socialmente, as instituições que davam esteio às suas representações, pontuando, sobretudo, o modo de sociabilidade da pequena localidade em um momento anterior ao rompimento da barragem de Fundão.

Com o rompimento da barragem de Fundão e a instalação de um contexto de desastre, as alusões ao passado ganham forma logo nos primeiros dias que se seguem ao rompimento, e o seu acionamento na fala dos atingidos de Bento Rodrigues articularam a ação e o movimento em busca do reassentamento coletivo da comunidade, constituindo-se como parte da estratégia de atuação na garantia de seus direitos. No terceiro capítulo, buscaremos refletir, então, sobre a organização coletiva em torno do desejo pelo reassentamento coletivo de Bento Rodrigues, e qual lugar o passado, incorporado como estratégia de demarcação dos sentidos de comunidade, assume para os atingidos após o evento crítico. Neste capítulo, buscaremos ainda compreender o presente, as vivências na cidade de Mariana em face das alterações drásticas em seus meios e modos de vida comunitários habituais, procurando apresentar o presente vivido pelos atingidos na cidade de Mariana, contextualizando as suas vivências a partir da percepção de que o rompimento da barragem de Fundão instala o desastre no cotidiano gerando um processo contínuo de incerteza e uma experiência ininterrupta de dor.

No quarto capítulo, intentaremos apresentar os caminhos percorridos para a elaboração do projeto urbanístico conceitual de Bento Rodrigues e refletir sobre como o anseio expresso por recuperar as características de "como era antes" aparece para os atingidos, conectando-se às suas expectativas sobre o reassentamento coletivo. Dedicar-se, em suma, às reflexões sobre o processo de reconstrução de Bento Rodrigues e como os moradores estão elaborando o que vai acontecer, em especial quais são as suas disposições a respeito do futuro, os seus anseios e as suas expectativas.

Por fim, o quinto e último capítulo visa tecer as considerações finais desta dissertação.

# 1. REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

## 1.1. COMUNIDADE E SOCIEDADE

As questões em torno das configurações de sociabilidades articuladas a processos de mudança social são objetos de estudo do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies em “Comunidade e Sociedade”, sua mais conhecida obra, publicada originalmente no ano de 1887. Nesta, o autor apresenta um estudo sobre as interações sociais baseada na ideia de “vontade humana” a partir da qual elabora um modelo de caracterização, análise e descrição dos arranjos de sociabilidade, o qual, por sua vez, organiza conceitualmente as possíveis configurações das relações sociais por meio da oposição binária comunidade-sociedade.

De acordo com Tönnies (1973), as interações sociais nascem e florescem da vontade humana e suas forças, quando no sentido de conservação, formam a associação. A vontade se configura como elemento fundamental na compreensão das relações sociais e sua apreensão se relaciona a dois imperativos organizacionais de coletividades: considerando-se o seu caráter espontâneo e orgânico é classificada como “vontade natural” e se liga à comunidade (Gemeinschaft). Partindo-se de seu caráter deliberativo e racional é classificada como “vontade arbitrária” e se liga, por sua vez, à sociedade (Gesellschaft). A esse respeito, assevera o autor: “[...] a própria relação e, conseqüentemente, a associação, podem ser compreendidas ou como uma vida real e orgânica – é então a essência da comunidade – ou como uma representação virtual e mecânica – é então o conceito de sociedade” (TÖNNIES, 1973, p.96). Deste modo, de acordo com a perspectiva do autor, o coletivo pode se realizar, portanto, basicamente por meio de duas matrizes morfológicas de sociabilidade: a comunidade e a sociedade<sup>17</sup>.

No modelo comunidade-sociedade proposto por Tönnies (1973), as características mais marcantes no conjunto de suas reflexões reservam à comunidade aquelas que dizem respeito à confiança, à intimidade, à reciprocidade e cooperação assentadas sob relações que possuem valor por si próprias e cujo modelo de união é afetivo. As relações societárias, por sua vez, constituem a sociabilidade do domínio público, do mundo exterior, apresentam modelo de união objetivo e contratual e exprimem características deliberativas e racionais sendo motivadas por finalidades exteriores às relações estabelecidas socialmente. Isto é, em

---

<sup>17</sup> A oposição entre comunidade e sociedade encontrada nos estudos de Tönnies evidencia a oposição tradicional/moderno, assim como o fazem os estudos de Émile Durkheim quando da diferenciação entre as solidariedades mecânica e orgânica e de Max Weber nos pares de oposição tradicional/racional.

última análise, estas relações meios-fins se encontram submetidas aos interesses individuais, no interior das quais “cada um é para si” (TÖNNIES, 1973, p.107) e não existe o bem comum, ao passo que as relações comunitárias pressupõem a não dependência de propósitos exteriores e ulteriores a si.

Para Tönnies, as raízes das relações comunitárias se encontram na consciência da dependência mútua determinada de acordo com três padrões de sociabilidade, que muitas vezes se encontram imbricados, cujas disposições gregárias se assentam sobre laços de consanguinidade e afinidade – estabelecidos entre cônjuges, parentes, vizinhos e amigos –, constituídos por meio da aproximação espiritual; por meio da aproximação espacial, ou seja, do lugar, e por meio dos laços de sangue. Assim como os laços vicinais, constituídos com base no entorno material, os demais padrões igualmente se realizam territorialmente através dos núcleos espaciais da casa, da aldeia/vila e da cidade.

Em face do conjunto de transformações ensejadas pela sociedade moderna, sobretudo com a Revolução Industrial no século XVIII e o desenvolvimento do tecido urbano e da industrialização, no processo de passagem do modo de vida rural para o urbano, ou do campo e da pequena cidade para a vida em grandes centros, houve, em termos de sociabilidade, um enfraquecimento da organização daquelas relações mediadas pela consanguinidade, pelos hábitos, pelos costumes e pela tradição, as quais foram submetidas a uma nova lógica, passando a ser estruturadas e mediadas pela razão instrumental, pelo cálculo, pelo interesse e pelo contrato.

Diante de uma configuração histórica na qual o dinheiro, na condição de equivalente geral, emerge como um elemento importante na estruturação das relações societárias, a objetividade no tratamento de tudo e de todos (pessoas, objetos, lugares) se torna compatível com a racionalidade das operações e das interações que nessa sociedade tem lugar. Nesta lógica, os pesos, os cálculos e as medidas se espraiam sobre todas as esferas da vida e engendram inúmeras modificações nas relações sociais. As mudanças no caráter das relações sociais conduzem ao afrouxamento de estruturas sociais rígidas e ao abrandamento dos laços associativos, outrora constrictivos, propiciando o aumento do individualismo no modo de vida urbano. Neste mundo, os nomes, os costumes, a tradição, são substituídos pela utilidade geral<sup>18</sup>, pela prestação de serviços mediada pelo contrato, anônimo, sob o qual se estende um

---

<sup>18</sup> A propósito dessa frase, como contraste, é interessante trazer à baila o estudo de José de Souza Martins, “A Sociabilidade do Homem Simples” (2000) que propõe olhar para as pessoas comuns em suas experiências cotidianas. No excerto a seguir, Martins caracteriza, a partir de suas reminiscências, um modo de vida típico nas zonas rurais no qual as relações familistas e comunitárias dão o tom das interações, educadas segundo os “princípios do decoro e da tradição e, portanto, da precedência da pessoa em relação à coisa” em um “veículo

sistema convencional de regras e que se realiza na sociedade composta pela soma de indivíduos “independentes uns dos outros e sem ação interior recíproca” (TÖNNIES, 1973, p.113). Essa transformação nos padrões de sociabilidade que marca a passagem das relações fundadas na comunidade para aquelas fundadas na sociedade é apontada em contraste pelo autor:

Segundo a teoria da sociedade, esta é um grupo de homens que, vivendo e permanecendo de maneira pacífica uns ao lado dos outros, como na comunidade, não estão organicamente unidos, mas organicamente separados; enquanto que na comunidade estão unidos, apesar de toda separação, na sociedade estão separados, apesar de toda ligação (TÖNNIES, 1973, p.106).

Apesar dos padrões de sociabilidade apresentados por Tönnies apontarem para uma tendência contínua e progressiva no sentido da mudança social com o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, logo, do movimento de passagem da *Gemeinschaft* a *Gesellschaft* e, portanto, de alterações e perturbações em seus vínculos e relações inerentes devido à força expansiva e da dinâmica de influência que as grandes cidades estabelecem com outras localidades no seu entorno, cabe ressaltar que, a despeito disso, os padrões de sociabilidade comunitária continuam a existir em nossos dias, persistindo muitas vezes de maneira justaposta no ambiente moderno e capitalista, expressando contradições e conflitos ao seu contato. Faz-se necessário também ressaltar que, na análise do autor, comunidade e sociedade são compreendidas como entidades típico-ideais que permitem alcançar uma perspectiva de análise de modelos de associação através de uma descrição de padrões, os quais permitem, por sua vez, a construção de modelos por meio dos quais Tönnies busca acentuar, especialmente, a preponderância ou as inclinações de determinados padrões de sociabilidade na cidade moderna na constituição das representações coletivas dos grupos sociais.

---

concebido e utilizado na lógica oposta do lucro e da pressa” (MARTINS, 2000, p.41), servindo como ilustração da discussão de Tönnies (1973) apresentada: Lembro-me de uma viagem que fiz entre Porto Alegre do Norte e São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, no ônibus que três vezes por semana fazia esse trajeto. Saía de madrugada, sempre cheio. Dada a partida, o ônibus rapidamente foi chegando às últimas ruas do pequeno povoado. Um passageiro levantou e timidamente pediu para que o motorista parasse pela casa do compadre Fulano porque precisava apanhar umas sacas de arroz para vender, motivo da viagem. O motorista indignado disse-lhe que aquilo era um ônibus, com horário e itinerário. O passageiro calou-se, esperou um pouco, voltou para a poltrona e logo retornou ao motorista: “Ah! Então não vou”. Foi deixado na beira da estrada, na madrugada ainda escura, já bem longe do povoado. Durante toda a viagem coisas do mesmo teor aconteceram: passageiros que esperavam o ônibus parar completamente para então começarem a se despedir demoradamente dos companheiros de viagem lá no fundo do veículo, como se estivessem saindo de uma dessas famosas reuniões de cozinha da roça; ou então os que estavam na estrada à espera do ônibus esperavam que ele parasse para começar as despedidas dos que os haviam acompanhado até ali, fazendo inúmeras recomendações sobre os animais domésticos e mandando lembranças a pessoas de que haviam se despedido apenas momentos antes (id.).

Destarte, a propósito da distinção clássica sociedade-comunidade proposta por Tönnies (1973), tendo em vista as potencialidades de seu estudo para a compreensão da vida social, abordaremos o arranjo existente da sociabilidade em Bento Rodrigues a partir da preponderância das relações comunitárias. “Comunidade” se apresenta como a forma mais apropriada para distingui-la, sobretudo se considerado o tipo de sociabilidade que na comunidade tem lugar haja vista, entre outros elementos característicos, os vínculos de solidariedade presentes, fundados e estabelecidos em relações familísticas, vicinais e comunitárias, observados ao longo da realização da pesquisa, os quais serão objetos do presente estudo e sobre os quais discorreremos mais detalhadamente nos capítulos a seguir. Por ora, é suficiente termos em mente essa observação, bem como sublinhar o poder que as relações comunitárias encerram em sua dinâmica tanto sobre a orientação quanto sobre a construção da identidade coletiva. Algo pertinente de ser sublinhado também é a existência de uma dimensão identitária autoatribuída pelos moradores do antigo subdistrito, ou seja, há uma autoidentificação que passa por pertencer e reconhecer sua cultura como distinta em conjunto com uma autodenominação como “comunidade”.

Além disso, partir da leitura da “comunidade” nos é útil também para refletirmos sobre a opção de parte expressiva dos moradores de Bento Rodrigues que optaram pelo reassentamento coletivo, considerando que cada núcleo familiar poderia optar por ser reassentado em qualquer outro lugar de sua escolha – quer fosse em um bairro na cidade de Mariana, quer fosse em uma outra cidade, ou mesmo em um outro estado da federação. À luz de Tönnies (1973), a decisão da maioria revela a importância que atribuem à comunidade e sublinha a distância da inclinação ao imediato benefício próprio e a maximização da utilidade, algo que escapa à tendência à racionalização e à individualidade, aspectos característicos a todas as esferas da vida moderna e que marcam as relações societárias.

## 1.2. A CRISE EM CONTEXTO DE MUDANÇAS SOCIAIS

A denominação desastre assume várias interpretações possíveis. Uma definição sociológica utilizada de forma corrente na análise deste fenômeno sugere o desastre como um acontecimento que impõe uma ruptura do estado de normalidade, capaz de desorganizar a ordem social, cultural, política e econômica de determinada coletividade, de forma que esta não é capaz de se reorganizar de maneira espontânea e autônoma, exprimindo, deste modo, uma situação de crise. Neste subcapítulo, buscaremos refletir, à luz de Tönnies (1973), sobre os estudos de Candido (2010), Bourdieu (1979) e Bourdieu e Sayad (2017), que se lançaram à



compreensão da vida social do homem do campo em meio a uma situação caracterizada como de crise<sup>19</sup>, dedicando-se ao estudo das mudanças sociais sofridas no universo das culturas tradicionais, e sobre como estes estudos podem nos auxiliar a pensarmos sobre a situação de crise vivida pelos atingidos de Bento Rodrigues em Mariana em face do desastre e do crime ambiental de Mariana em 2015.

O que une os estudos desses autores ao objeto de estudo desta pesquisa, entre outras razões, é que o processo de mudança que se verificou nessas sociedades não foi resultado de um processo espontâneo e progressivo cujas transformações obedeceram à lógica e à dinâmica interna dos próprios grupos sociais – como resultado de mudanças de normas sociais; mas de uma mudança exógena que se impôs sobre estes, caracterizando uma situação excepcional e o delineamento de uma situação de crise. Neste sentido, consoante assinalam Bourdieu e Sayad, "[...] a transformação do habitat precede e determina as transformações sociológicas e não o contrário, que é o que geralmente acontece" (2017, p.186, tradução da autora).

Com o processo de mudança social, condições espirituais e materiais novas se impõem, atuando no enfraquecimento das relações tradicionais com o mundo exterior – relações com o outro, com a natureza, com os modos de vida e suas próprias necessidades.

A seguir, observaremos situações de mudança social vividas pelos camponeses argelinos e pelos caipiras paulistas que revelam a passagem de um modo de vida rural para um modo de vida urbano, manifestando sintomas de crise social e cultural ao promover a transformação das condições materiais de existência e, por consequência, dos modelos culturais e dos valores destas populações.

Sob o influxo do crescente processo de urbanização no estado de São Paulo, Antonio Candido em sua obra “Os Parceiros do Rio Bonito”, possuindo como eixo a questão elementar da subsistência, apreende as transformações nos meios e nos modos de vida, e os problemas econômicos e sociais determinados pela conjuntura de mudança social vivida pelo caipira paulista.

Ao investigar a obtenção de seus meios de subsistência e seu impacto na sociabilidade o autor desvela o processo de crescente abertura e dependência trazido pelo avanço da

---

<sup>19</sup> Conforme salienta Candido (2010), a existência de um grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as necessidades e os recursos do meio físico cuja eficácia e a natureza deste equilíbrio estão atreladas aos recursos e às soluções que o grupo dispõe para resolvê-las. Sendo assim, o equilíbrio social se liga intimamente ao atendimento das necessidades apresentadas, a um entrelaçamento orgânico entre as necessidades e a sua satisfação. A situação de crise emerge, logo, mediante a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de efetivar a correlação entre necessidade e a sua satisfação. Essa situação foi observada tanto no interior paulista, nos estudos de Candido quanto na Argélia, nos estudos de Bourdieu (1979) e de Bourdieu e Sayad (2017).

urbanização, o qual influenciou sobre a cultura tradicional caipira e a sua economia, relativamente fechada, baseada na agricultura de subsistência e na cooperação familiar e vicinal, à margem dos latifúndios.

Publicada em 1964<sup>20</sup>, a obra, fruto de um trabalho de campo realizado entre os anos de 1947 e 1954 em um pequeno agrupamento rural<sup>21</sup>, configurado como um “bairro<sup>22</sup>” no município de Bofete, localizado no interior paulista, dirige-se ao estudo das tradições, das transformações e dos problemas vividos no meio rural. Forma típica de organização social caipira, o bairro se baseava na agricultura de subsistência, em atividades de caça e pesca, atividades lúdico-religiosas e em laços solidários interfamiliares e vicinais, aspectos característicos da sociabilidade caipira. Era no bairro onde eram configuradas as relações mais elementares do caipira cuja constituição não dependia exclusivamente da questão espacial, mas do sentimento de localidade e do sistema de trocas e de cooperação solidária, os quais eram responsáveis pelo estabelecimento dos vínculos tradicionais.

A incorporação à esfera cultural urbana, pontua Candido (2010), atua de modo sensível na estrutura social caipira e se dá de diversas maneiras em conformidade com o ritmo de mudança que, por sua vez, vincula-se a fatores sociais e econômicos – proximidade dos centros urbanos, tipo de atividade econômica –, os quais condicionam a reação adaptativa. Segundo o autor, diante de novos valores propostos ao comportamento e às concepções de mundo, indivíduos e grupos podem reagir, teoricamente, por meio de três formas: aceitação total; rejeição total ou aceitação parcial dos valores introduzidos pela nova situação.

Dedicando atenção ao terceiro caso, observa-se na conjuntura estudada pelo autor algo similar ao que ocorre com a comunidade de Bento Rodrigues após o evento crítico: a coexistência dos fatores de persistência e os de alteração. Em Bofete, a busca pelo ajuste às condições dispostas pela economia capitalista se realiza concomitantemente à busca pela preservação das formas tradicionais. Entre aqueles que aceitavam certos elementos (impostos) que não poderiam recuperar sem comprometer a sua sobrevivência e rejeitavam aqueles que

---

<sup>20</sup> “Os Parceiros do Rio Bonito” foi apresentado originalmente como tese de doutorado em 1954 à Universidade de São Paulo. Dez anos depois, em 1964, foi publicado sob forma de livro pela Editora José Olympio.

<sup>21</sup> É importante pontuar a distinção operada por Candido entre as denominações “rural” e “rústico”. O emprego de “rural” na obra designa, sobretudo, localização. “Rústico”, por sua vez, tem por referentes a “sociedade” e a “cultura” e designa um tipo social e cultural, buscando o autor assinalar através de seu uso “o universo das culturas tradicionais do homem do campo” (2010, p.25).

<sup>22</sup> Cabe mencionar que, de acordo com o assinalado por Jackson (2009, p.277), Antonio Candido reconhece os esforços realizados por Donald Pierson e Emílio Willems e a importância dos “estudos de comunidade”, introduzidos pelos autores na década de 1940, para o conhecimento das sociedades rústicas do Brasil. Candido, contudo, é crítico ao conceito de comunidade em função de seu emprego tanto indiscriminado quanto impreciso para caracterizar a realidade social e cultural do universo do homem do campo, sugerindo que a análise partisse do “bairro rural”.

não se mostram como incoercíveis (propostos), o autor distinguiu a interação grupal como traço notório de distinção das demais formas de ajuste. No agrupamento que apresentou essa reação adaptativa, devido à força integrativa, a reação buscava a sobrevivência do agrupamento e a preservação da identidade. Apesar dessa busca pela conservação de antigos traços que atuam no sentido da defesa grupal e cultural, vê-se a emergência de novos traços – com o decaimento da solidariedade vicinal, por exemplo, observa-se a sua comercialização. Para Candido (2010), o estado de coisas marcado por problemas decorrentes da integração do caipira ao capitalismo exprime e se configura como uma situação crítica.

À rescaldamento, entre outras mudanças, a família se torna a unidade mínima de sociabilidade. De acordo com Candido: “A situação atual representa, portanto, não apenas a desorganização mais ou menos acentuada dos agrupamentos vicinais, que já foi indicada, mas, ainda, uma regressão a tipos de sociabilidade incompatíveis com a vida cultural plena” (2010, p.254).

Assim como Candido (2010) que apresenta em seu estudo o entrelaçamento entre os temas da natureza e da modernidade a partir do estudo dos meios de vida de um agrupamento rural lançando o olhar para a tradição, as transformações e os problemas sociais advindos de um processo de mudança social, Bourdieu (1979) e Bourdieu e Sayad (2017) expõem os dilemas da modernidade em uma sociedade rural profundamente marcada pela situação colonial, pela guerra de independência e pelo capitalismo. Na esteira do que foi realizado por Candido, estes autores se debruçam sobre os temas da tradição e da modernidade e revelam processos amplos e profundos que se encontram implicados em momentos de grande transformação social, como na passagem dos modos de vida rural-urbano.

As investigações realizadas na Argélia entre os anos de 1958 e 1961, apresentadas em Bourdieu (1979) e Bourdieu e Sayad (2017), servem para refletir a propósito da situação histórica de uma sociedade rural intensamente transformada pela colonização, pela guerra de independência<sup>23</sup> e pelo capitalismo. Em “El Desarraigo”, Bourdieu e Sayad (2017) buscam compreender o mundo social argelino, marcado por uma economia pré-capitalista, a partir do processo de transição para o capitalismo, momento em que se desmantelam as estruturas sociais e os ritmos de vida comunitários que davam sentido ao seu modo e meio de vida tradicionais, ensejando, por comparação, o desequilíbrio e a mudança nos padrões e nos níveis de vida anteriores.

---

<sup>23</sup> A Guerra de Independência Argelina foi um movimento de libertação nacional da Argélia do domínio francês, que tomou curso entre os anos de 1954 e 1962.

Ao se debruçarem sobre as condições de vida geradas pela dominação colonial, Bourdieu e Sayad (2017) buscam conhecer os efeitos provocados pelo deslocamento e pelo reagrupamento forçado, processo que despojou o camponês argelino de suas terras de origem, inacessíveis por estarem em áreas que passaram a ser consideradas proibidas ou devido à expulsão de suas casas, as quais, em alguns casos, foram destruídas com as suas próprias mãos antes de entrarem no reagrupamento.

O processo de reagrupamento ocorreu em campos de concentração, espaços de tamanhos reduzidos caracterizados como “quase urbanos”, construídos para evitar o contato de obreiros e camponeses com os rebeldes independentes que lutavam pela liberação nacional argelina, no intuito de impedi-los de somarem-se à luta independentista.

Na medida em que, por definição, reassentamento pode ser caracterizado como ato ou efeito de reagrupar uma pessoa ou um grupo de pessoas em um novo território, o reagrupamento argelino pode ser considerado um reassentamento, compulsório e involuntário. Sob a denominação “reagrupamento”, é assim designado devido ao fato de que no interior desses campos de concentração pequenas comunidades, altamente integradas, de diferentes origens e insulares, que se encontravam dispersas no espaço foram colocadas em um mesmo agrupamento. Nesses espaços, a despeito das diferenças étnicas e de suas culturas díspares, as autoridades francesas se negavam ativamente a reconhecer os modelos e os valores que orientavam a vida camponesa de cada coletividade no intuito de impor, mediante a organização de um novo habitat, valores, normas e um estilo de vida de outra civilização – a francesa – atuando deliberadamente no sentido de homogeneizar a sociedade argelina, ao impor, também, uma padronização do ambiente.

Os impactos nas pequenas comunidades reagrupadas variaram, conforme observaram Bourdieu e Sayad (2017), em sua forma, extensão e intensidade de acordo com as especificidades culturais de cada coletividade. Entretanto, o ponto comum entre essas pequenas comunidades rurais é a ruína dos modelos e dos valores que dominavam a vida camponesa e que se encontravam espacialmente enraizados em seus lugares de origem.

A política de deslocamento-reagrupamento deixou consequências indeléveis na condição camponesa, propiciando sua desintegração e miséria e provocando a ruptura dos “ritmos temporais e espaciais que constituíam os pilares de toda a existência social” (2017, p.38, tradução da autora).

Os efeitos do deslocamento-reagrupamento forçado alteraram drasticamente uma economia baseada em laços de reciprocidade e solidariedade, sobre os quais se assentavam o

mundo tradicional argelino, com o emplastramento do capitalismo sobre esse sistema, impactando negativamente suas estruturas sociais e o ritmo da vida comunitária, forçando a adaptação das populações rurais à vida moderna.

O capitalismo e sua inerente lógica da rentabilidade e do rendimento, do trabalho como atividade do lucro se chocam e avançam sobre uma lógica tradicional que considerava o trabalho como função social, um dever que se impunha a todo homem cuja execução era uma questão de dever e de honra – ante ao campesino e seu grupo. A respeito da penetração da lógica importada pela colonização, aponta Bourdieu, “[...] as disposições que são solidárias a essa economia, a começar pela busca do lucro e o espírito do cálculo, estão aos antípodas daquelas que garantiam a salvaguarda da família tradicional” (1979, p.75).

Ao fim da guerra de independência na Argélia desapareceu a causa, mas não os efeitos da política de deslocamento-reagrupamento, como aqueles incidentes sobre as transformações de atitude e visão do mundo. Para Bourdieu e Sayad, a sociedade rural argelina passou por uma transformação irreversível e assim se apresenta, também, para os argelinos. De acordo com os autores: “Toda a situação nos convida a persuadir (às populações) de que a ruptura com o passado é irremediável e o colapso e rompimento das tradições, inelutáveis” (2017, p.177, tradução da autora).

O processo de mudança social engendra a desintegração da vida rural, de suas sólidas formações sociais e das vivas e vitais relações comunitárias. Os estudos sobre a vida campesina em Argélia e Bofete apresentam sociedades profundamente transformadas que vivenciaram dramáticos processos de mudança social responsáveis por arruinar suas estruturas sociais e os ritmos da vida comunitária. Observamos, à luz dos autores, uma mudança nas condições de existência (e, mais especificamente, no caso da agricultura, nos modos e nas relações de produção) e da transformação em diversos aspectos da vida tradicional que possuía valores e práticas de cunho coletivo, como a reciprocidade e a solidariedade, a cooperação, a troca de bens e serviços, as quais cederam lugar às manifestações do individualismo, à crise nos meios de subsistência e nas formas de organização sociais, a alterações no plano econômico - no âmbito das operações de produção, compra e venda -, à criação de novas necessidades, ao surgimento de uma nova forma de remuneração, de comercialização e toda sorte, enfim, de dificuldades de adaptação à nova ordem social que se impôs, transformações endereçadas ao presente dos atingidos de Bento Rodrigues na cidade de Mariana.

Assim como Antonio Candido (2010), Bourdieu (1979) e Bourdieu e Sayad (2017) colocam a transformação do sistema dos modelos culturais e dos valores como consequência e condição daquelas transformações que incidem sobre as condições materiais de existência, as transformações econômicas, apontando a influência que estas transformações exercem sobre o sistema das relações sociais e de suas disposições. Nesse sentido, o relaxamento dos laços sociais tradicionais, por exemplo, representa o sintoma da crise do sistema de valores cujas estruturas fundamentais eram a solidariedade e a reciprocidade, elementos integrantes tanto da sociabilidade quanto da economia vinculados às relações sociais pautadas no familismo e na vizinhança rurais, apresentando-se como "consequência direta da crise que afeta o grupo, que tem a custódia de tais valores" (2017, p.183, tradução da autora).

Os olhares desses autores se dirigem a uma ordem social antiga cujo sistema de valores é inseparável da condição campesina tradicional. Com a incorporação à economia moderna, conforme pontuado, o processo de mudança representa o momento no qual as estruturas sociais e os ritmos da vida comunitária perdem a sua função social e assumem o lugar a rentabilidade e o lucro. As transformações econômicas geram impactos não apenas na técnica, mas nos sistemas dos modelos culturais e dos valores, afetando de diversas formas a organização social com destaque para o enfraquecimento da cooperação vicinal e familiar, característica tanto da sociabilidade do caipira paulista quanto do campesino argelino.

Com o advento da mudança e seu efeito dispersivo e desagregador, observamos transformações sofridas na organização, no ritmo, nas referências, nas estabilidades e nas certezas da vida rural "no momento de transformação do permanente em provisório" (MARTINS, 2000, p.32), em instabilidade, incerteza e inconstância.

Assim, o atropelo de suas bases produtivas sob o estabelecimento de novas bases econômicas e a impossibilidade de seu reestabelecimento, tanto em Argélia quanto em Bofete, provocou o esfacelamento das tradições culturais e de seus valores solidários. Conforme assinala Bourdieu, "eles não têm outra escolha a não ser adaptar-se" (1979, p.14). De modo semelhante, Candido ao assinalar o rompimento da estrutura tradicional pontua que "o caipira é condenado à urbanização" (2010, p.258). Mas, e em Bento Rodrigues, onde os modos e meios de vida podem, idealmente, serem reestabelecidos? Poder-se-ia dizer que o princípio da distinção, ou uma das aberturas possíveis de separação entre Bofete-Argélia e Bento Rodrigues, reside na possibilidade daqueles que vivenciaram as transformações nas suas condições de existência e, conseqüentemente, em seus modos de vida, realizarem planos e intervirem em seu futuro, trabalhando ativamente no advento de um futuro coletivo.

Se o aspecto básico para a compreensão dos problemas vividos pela população rural, tanto em Argélia quanto em Bofete, parte da economia, do problema elementar de subsistência, dos meios de vida, enfim, que, mediante uma transformação abrupta, impactaram, de forma profunda, os seus modos de vida, em Bento Rodrigues a situação se mostra, sob esse aspecto, totalmente diferente. Em potencialidade, ao menos, no projeto de reassentamento coletivo. Em esperança, sobretudo, nos sonhos dos atingidos da comunidade. Pois, a despeito da destruição de seu antigo lugar de origem, há a possibilidade no presente de que a realidade social em que viveram possa se apresentar, novamente, diante de seus olhos. Através da reivindicação pelo reassentamento coletivo da comunidade há uma retomada coletiva que toma forma dentro de uma perspectiva de futuro diante da possibilidade de se criar um novo lugar, “um novo Bento”, buscando restaurar não apenas as características que havia no antigo subdistrito – em um sentido arquitetônico e urbanístico –, mas objetivando-se também o reestabelecimento dos meios e dos modos de vida – retomada de atividades produtivas com garantia prevista nas diretrizes de reassentamento de áreas aptas à produção rural, de acordo com as culturas e atividades produtivas e modos de produção originais, bem como da construção e o acesso às áreas coletivas, ponto de destaque no depoimento dos atingidos que sentem falta das interações sociais que em espaços como a praça do antigo subdistrito tinham lugar e que, saudosos, esperam recuperá-las.

Para Bourdieu e Sayad (2017), a alteração em todos os níveis de vida que se verificou no processo de mudança pelo qual passou os argelinos se deve à interdependência entre os grupos sociais, o entorno material e o tipo de sociabilidade que neste tem lugar. Por esse motivo, a política de deslocamento-reagrupamento forçado transformou, em sua forma e extensão, o substrato da vida social daquela coletividade. De acordo com os autores, o deslocamento forçado pode ser compreendido como uma espécie de “imigração imposta” por suas consequências na medida em que:

[...] afeta toda a vida social, transformando a organização do espaço habitado - um esquema projetado no chão das estruturas sociais - e quebrando o vínculo familiar que une os indivíduos com o ambiente. O camponês desenraizado é afetado no fundo do seu ser (BOURDIEU; SAYAD, 2017, p.185, tradução da autora).

O abandono, imposto, da terra implicou um processo negativo sobre os modos de vida campesino e uma ruptura com a tradição. Como o espaço orienta e organiza as práticas sociais e as condições de existência do grupo, o campesino se viu afetado em sua intimidade por esse processo, o que se deve à identidade existente entre o espaço e o seu próprio ser.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs não deixou de observar, anos antes de Bourdieu e Sayad, a relação de influência exercida pelo espaço sobre um grupo social, expressando através de uma passagem na qual aponta que, apesar da expulsão dos senhores e dos religiosos de Port Royal, um convento de Paris, nada aconteceu enquanto os edifícios da abadia não foram demolidos e aqueles que conservavam a lembrança das construções não tivessem desaparecido. Isso ocorre porque quando o grupo está inserido em seu quadro espacial ele participa de um duplo movimento: ele transforma o espaço à sua imagem, portanto o espaço recebe a marca do grupo, ao mesmo tempo em que se submete e se adapta às coisas materiais que a ele resistem no espaço, recebendo sua marca. Refletindo sobre essa relação, Halbwachs pontua acerca da espacialização dos processos interativos: “[...] a imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz de si mesmo [o grupo]” (1990, p.133). Nessa linha de pensamento, observada a relação entre o grupo e o seu quadro espacial, seguem Bourdieu e Sayad, conforme podemos observar em outra passagem:

O único caminho, o melhor, a forma essencial da vida camponesa é << com raízes em sua terra >>, a terra onde nasceram e à qual seus costumes e memórias os ligam. <desenraizado >, muito provavelmente ele morre como camponês, morrendo na paixão que faz dele um camponês (BOURDIEU; SAYAD, 2017, p, 146, tradução da autora).

Na subseção a seguir, observaremos melhor como as relações entre memória identidade e espaço se entrelaçam e se realizam.

### 1.3. A MEMÓRIA COLETIVA E A SUA INSERÇÃO NO ESPAÇO: QUANDO A MUDANÇA TEM LUGAR

Em “A Memória Coletiva”, livro póstumo publicado originalmente em 1950, Maurice Halbwachs apresenta contribuições pioneiras e centrais em seu pensamento acerca das relações da memória e da sociedade.

Tendo como mestre o sociólogo francês Émile Durkheim, Halbwachs admite que embora o fato social, unidade de análise da sociologia durkheimiana, em parte seja mensurável, ele não é exterior ao cientista social nem aos homens que o vivem. Desta forma, Halbwachs (1990) coloca o problema da consciência social que orientará suas pesquisas. A sociologia, em seu pensamento, é a análise da consciência enquanto ela se descobre na e pela sociedade e é a descrição dessa sociedade concreta que envolve linguagem, instituições,



tradições, entre outros elementos, que torna possível a consciência de cada um. Para o autor, não podemos pensar em nada, não podemos pensar em nós mesmos, senão pelos outros e para os outros. Nesse sentido, Halbwachs se contrapõe à tradição dominante de pesquisas até então amplamente fundadas em características subjetivas da memória e à própria noção durkheimiana de uma consciência fechada sobre si mesma. Segundo o autor, não é o indivíduo em si nem nenhuma entidade que se recorda; não é possível lembrar efetivamente senão da sociedade pela presença ou evocação e, portanto, pelo intermédio dos outros e de suas obras. Destarte, é impossível conceber o problema da evocação e da localização de lembranças se não tomarmos como referência e considerarmos os quadros sociais reais que servem como pontos de referência nesta reconstrução a que chamamos de memória.

Ao estabelecer a distinção entre memória individual e memória coletiva, o autor chama atenção para o papel que os apelos aos testemunhos desempenham ao fortalecerem, debilitarem e completarem o que sabemos acerca de um evento. Sendo nós mesmos a primeira testemunha à qual podemos apelar, a confiança na precisão de nossas evocações é maior se nossa impressão pode se apoiar além de em nossas lembranças, nas lembranças dos outros. Isto porque, na realidade, nunca estamos sós. O depoimento sobre um evento só tem sentido em relação a um grupo do qual o indivíduo faz parte, pois supõe um acontecimento real vivido em comum. Para tanto, é necessário que a lembrança tenha deixado traço do acontecimento passado para que possamos confundir o nosso passado com o passado do grupo. Com isso, o autor chama atenção, então, para a necessidade de apoio na memória de outros que constituem, com o indivíduo, uma comunidade afetiva.

Conforme assinala Halbwachs (1990), a memória individual se constitui como condição necessária, porém não encerra suficiência em si para a recordação e para o reconhecimento das lembranças. O autor coloca, portanto, a existência da memória individual sempre a partir de uma memória coletiva, sendo construída a partir das referências e lembranças próprias de um ou mais grupos aos quais os indivíduos se vinculam, em um movimento no qual ambas, memória individual e memória coletiva, se entrelaçam e se interpenetram. Consoante podemos observar no excerto abaixo:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança; é necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 1990, p.34).

Em outras palavras, a memória individual se encontra enraizada em uma existência social, existe a partir da referência de uma memória coletiva através da interação entre indivíduos e grupos. A memória coletiva se constitui, portanto, como um fenômeno social, ou, consoante as palavras de Paul Ricouer, a partir da “experiência individual de pertencer a um grupo” (2007, p.130). De acordo com Halbwachs (1990), mesmo os sentimentos e os pensamentos mais pessoais aos quais atribuímos independência em relação ao coletivo se encontram ligados a determinados meios e circunstâncias sociais, sendo ilusório dissociá-los, portanto, de um grupo e do contexto no qual emergem.

[...] se a memória coletiva tira sua força e duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social (HALBWACHS, 1990, p.51).

Segundo o autor, não há memória coletiva que não se desenvolva em um quadro espacial. É por meio do espaço e sobre o espaço que é possível evocarmos o passado no presente. Com efeito, a relação do grupo com o lugar é dada pela impressão de sua marca sobre espaço a partir do qual o grupo evoca as suas lembranças coletivas. De sua materialidade resulta que o espaço que nos cerca, em função de sua estabilidade e de seu equilíbrio relativos, transmite a nós e ao grupo uma impressão de permanência, nos oferecendo uma “imagem apaziguante” de continuidade (HALBWACHS, 1990, p.132). No espaço o grupo reconhece os traços que deixou de si mesmo.

Ao intentar uma melhor compreensão sobre a influência que o espaço exerce sobre os grupos que a ele se adaptam, lentamente, ao longo dos anos, o autor aponta que é necessário considerarmos aquelas localidades afastadas dos grandes centros urbanos que não experimentaram padrões de mudanças rápidas e se caracterizam como espaços “[...] onde a vida é ainda regulada e ritmada como o era entre nós há um ou dois séculos que as tradições locais são mais estáveis, e que o grupo urbano aparece melhor” (HALBWACHS, p.136), como era a vida no antigo subdistrito de Bento Rodrigues. Nesses lugares, onde as coisas mudam mais lentamente e as formações sociais são mais estáveis por força da tradição, as diminutas alterações no aspecto material e na fisionomia do espaço legam ao grupo a

impressão de não mudar, sublinhando sua sensação de continuidade e estabilidade. Com essa observação, o autor não pretende negar a transformação do espaço no curso da história nessas localidades, admitindo, inclusive, que se sucedam acontecimentos e situações que alterem o seu aspecto, entendendo o espaço como uma espécie de palimpsesto<sup>24</sup> no qual “os planos se sobrepõem uns aos outros” (HALBWACHS, 1990, p.136), mas objetiva chamar a atenção de que ali a vida de seus habitantes e o entorno espacial se colocam em contato e se fundem, abrindo-se à observação de maneira mais acentuada a relação existente entre memória e espaço.

Nesse sentido, especialmente no tocante à sociabilidade, Marshall Berman frisa que “não há razão para que toda cidade moderna se pareça com Nova Iorque ou Los Angeles ou Tóquio” (2006, p.123). Embora estejamos inseridos no mundo ocidental e, por conseguinte, na dinâmica da modernidade, seus efeitos nos ritmos e nos modos de vida em pequenas localidades são sentidos com menor veemência e vivacidade do que naquelas localidades inseridas na estrutura da vida moderna de grandes centros urbanos, marcados pelo individualismo, pela desunião, pela agitação e pela turbulência. Pequenas localidades do interior apresentam um ritmo estranho à vida moderna nos grandes centros e se baseiam, sobretudo, em laços outros que organizam e dão sentido à vida das pessoas.

A questão que se coloca, então, é: o que ocorre quando a aderência de uma comunidade tradicional ao seu lugar de origem é perturbada? Como situações de mudanças sociais que possuem como desdobramentos alterações profundas no espaço podem ser compreendidas a partir da relação intensa estabelecida entre grupo social e espaço? Afinal, qual o impacto de modificações no espaço, sobretudo em comunidades nas quais os laços são constritivos, as relações de familiaridade e de intimidade se multiplicam e as tradições são mais vivas? É o que buscaremos responder ao longo da pesquisa.

Conforme dito, o espaço em função de sua estabilidade transmite ao grupo a noção de sua permanência e continuidade e, nesse sentido, podemos compreender o evento crítico

---

<sup>24</sup> De origem do grego antigo a palavra palimpsesto significa “aquilo que se raspa para escrever de novo”. Dadas as características naturais dos pergaminhos (couros curtidos geralmente provenientes de ovelhas ou cabras), esses eram lavados, raspados com lâminas e pedra-pomes, branqueados, para então servirem como suporte à escrita. Para reutilizá-los, era necessário no processo de apagamento da escrita lavá-los com uma solução alcalina para remover a tinta e poli-los novamente com pedra-pomes. Na escassez de material para trabalhar ou em razão de seu alto preço, usualmente durante o período da Idade Média se recorreu à prática de reaproveitar o pergaminho a partir desse processo de raspagem do texto uma vez que a realização desse expediente para a reutilização do suporte de escrita era mais rápido e econômico do que demandar a fabricação de um novo pergaminho. As técnicas empregadas no processo que foram mencionadas não permitiam que o pigmento da tinta fosse removido totalmente do texto, possibilitando senão a leitura da escrita ou das escritas anteriores do manuscrito, a entrevisão de seus vestígios.

responsável pela completa destruição do subdistrito de Bento Rodrigues como um caso extremo de ruptura dessa imagem estável do espaço que permitia ao grupo “encontrar o passado no presente” (HALBWACHS, 1990, p.160). Dessa forma, o evento crítico em questão é passível de ser caracterizado, consoante o pensamento de Halbwachs, como um acontecimento excepcional e, a esse respeito, o autor assevera:

Certamente os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial, mas porque na ocasião certa o grupo tomou consciência com mais intensidade daquilo que ele era desde há muito tempo e até este momento e, porque *os vínculos que o ligavam ao lugar se tornaram claros, no momento em que iam se romper* (HALBWACHS, 1990, págs.139-40, grifo nosso).

Com a incidência do evento crítico e a alteração abrupta nas condições de existência da comunidade de Bento Rodrigues houve o desvelamento de sua condição própria de grupo, favorecendo uma espécie de tomada de consciência de algo que, até então, se dava por si próprio, de maneira inerente e natural, tornando-a, então, visível. Observamos, assim, como a identidade se torna uma questão evidente no momento em que o espaço que durante um longo período de tempo foi responsável por estabilizar o mundo social da comunidade de Bento Rodrigues, servindo como um suporte à sua identidade ao dispor referências a seu respeito, caracterizado pela fixidez, continuidade, estabilidade e coerência cede lugar às experiências de incerteza, dúvida, e provisoriedade. Como todas as ações de um grupo podem ser compreendidas em termos espaciais, pois a memória se enraíza na concretude do espaço que expressa um lugar social impregnado pelas marcas do grupo e permeado por suas relações sociais, com base nesse princípio se explica a articulação da comunidade de Bento Rodrigues em torno da realização do reassentamento coletivo a partir dessa ligação entre o espaço, a memória e a identidade coletiva.

A despeito das transformações que o espaço possa sofrer, o ponto que o autor busca destacar é que a relação entre os homens e o espaço, em alguma medida, persistirá. Isso ocorre porque nós, enquanto membros de um grupo, participamos de um movimento mútuo no qual deixamos nossas marcas no espaço no qual imprimimos e recebemos marcas, que vão se constituindo como parte de nós. É como se o espaço se apresentasse como um prolongamento do eu, apontando como a nossa relação com o espaço se funda amplamente em características subjetivas e como, portanto, essa imagem do espaço está impregnada em nós. É nesse sentido que Halbwachs coloca que:

Quando um grupo humano vive muito tempo em um lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. Eliminaí agora, eliminaí parcialmente ou modificaí em sua direção, sua orientação, sua forma, seu aspecto, essas casas, essas ruas, essas paisagens, ou mudaí somente o lugar que ocupam em relação ao outro. As pedras e os materiais não vos resistirão, e, deles, *é com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos de seus antigos arranjos na qual vos esbarreis. O que um grupo fez, um outro pode desfazê-lo. Mas o desígnio dos antigos homens tomou corpo dentro de um arranjo material, quer dizer dentro de uma coisa, e a força da tradição local veio da coisa, da qual era a imagem* (HALBWACHS, págs.136-137, grifo nosso).

Observamos à luz do excerto exposto acima como essa relação entre o espaço e a memória em contextos de mudança e ruptura assume toda a sua significação em Bento Rodrigues. O rompimento da barragem de Fundão impõe uma ruptura à continuidade da comunidade de Bento Rodrigues que há gerações e gerações se sucediam em um mesmo espaço. Para uma melhor compreensão da citação com relação àquilo que se edifica no espaço, o ambiente construído da sociedade, como as casas, os muros das casas, as ruas da cidade, as pontes, as praças, em face do caso em estudo, talvez fosse pertinente adicionar: o que um grupo fez, outro grupo *ou um acontecimento que se impõe* podem desfazê-lo. Nesse sentido, não obstante as mudanças que se impõem ao espaço há algo que resiste porque esse espaço, ao ser apropriado e transformado pelo homem é, a partir da sociabilidade, dotado de sentido para determinada coletividade e nele residem os elementos que constituem a sua significação para um grupo.

Tendo em vista essa hipótese, é por meio dessa articulação, em um momento em que a aderência do grupo ao seu lugar de origem é abruptamente perturbada, que se delineia a resistência da comunidade de Bento Rodrigues. Diante de situações de modificações profundas no espaço, ou mesmo de rupturas, para que a resistência aconteça é necessário que esta emane de um grupo, que se mantém refratário às mudanças. Não é o bastante que um indivíduo apenas ou alguns indivíduos, isoladamente, se lamentem com pesar, mas que esse lamento seja entonado pela comunidade. Para Halbwachs, um homem se lamenta, um grupo resiste. Perante situações adversas, portanto, o próprio grupo se configura como um espaço de resistência e, quando a memória é orgânica, viva, para estes, ela não desaparece tão facilmente:

Para eles, perder seu lugar no recanto de tal rua, à sombra daquele muro, ou daquela igreja, seria perder o apoio de uma tradição que os ampara, isto é, de sua única razão de ser. Assim se explica que de edifícios demolidos, de caminhos desfeitos, deles sobrevivem por muito tempo alguns vestígios materiais, nem que seja apenas o nome tradicional de uma rua, de um lugar, ou a tabuleta de uma loja (HALBWACHS, 1990, p.138).

A persistência da memória assinalada por Halbwachs é o que observamos, de forma incontestável, no delineamento do projeto urbanístico. Em sua elaboração, conforme abordaremos adiante, busca-se preservar em sua estrutura símbolos reconhecíveis e facilmente identificáveis da comunidade, como a praça e as construções religiosas. Além disso, buscou-se a preservação toponímica do antigo subdistrito e das ruas, uma opção que desvela uma operação<sup>25</sup> através de aspectos simbólicos capaz de refletir a conservação em meio à toda destruição, a preservação contra algo que se desmanchou.

#### 1.4. A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO E A SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA E A IDENTIDADE COLETIVA

Em seu célebre livro “A Imagem da Cidade” (1989), publicado originalmente em 1960, o arquiteto urbanista Kevin Lynch discute a fisionomia das cidades e a possibilidade de modificá-las. Em sua obra, o autor aborda a forma como percebemos a cidade e os seus elementos constituintes, sendo as análises fundamentadas em uma pesquisa realizada em três cidades norte-americanas – Boston, Jersey e Los Angeles –, cuja investigação centrou-se na percepção dos habitantes sobre o espaço urbano, na maneira como estruturavam suas imagens mentais<sup>26</sup> e em como se localizavam no ambiente citadino.

Lynch considera em seu estudo não a cidade em si, composta apenas por suas características físicas, enquanto um território ocupado e preenchido por edificações, mas a cidade objeto da percepção daqueles que nela interagem e vivem, composta também por imagens mentais, integrando a perspectiva dos indivíduos à reflexão sobre o espaço urbano ao investigar a forma que a paisagem urbana assume para os seus habitantes, uma vez que, consoante o entendimento do autor, as partes móveis de uma cidade, sobretudo as pessoas e as atividades desempenhadas por estas, possuem a mesma relevância que as partes físicas e imóveis da cidade (LYNCH, 1989, p.13).

Entre os conceitos de análise urbana apresentados pelo autor, o conceito de “legibilidade” possui uma importância particular, principalmente em casos de reestruturação do espaço. Lynch (1989) pontua que os habitantes da cidade se orientam por meio de mapas

---

<sup>25</sup> Cf. DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II. Revista Trama, vol. 3, nº5, 1º semestre de 2007, p.141 – 155; id.. Os nomes como marcadores ideológicos. In: Acta Semiotica et Lingüística. São Paulo: v.7, p. 97-122, (1998); id.. Toponímia e Antroponímia no Brasil - coletânea de estudos. 3ª ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1987; id.. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

<sup>26</sup> As “imagens mentais” em Lynch (1989) são próximas às “imagens espaciais” que, consoante o pensamento de Halbwachs (1990), desempenham um papel vital na memória coletiva.

mentais e, dessa maneira, precisam ser capazes de facilmente identificar e organizar os diferentes elementos do espaço em uma estrutura coerente. A “legibilidade” se caracteriza como uma qualidade visual particular referente à clareza e à extensão em que a paisagem urbana pode ser “lida”, se vinculando, portanto, à imagem mental que os habitantes dela possuem, proveniente dos aspectos visuais da cidade. Isto é, concerne à qualidade visual do ambiente e à compreensão visual da paisagem. A seguir, observamos a relevância do referido conceito:

No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental generalizada do mundo exterior que o indivíduo retém. Esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada e ela está habituada a interpretar informações e a comandar ações. *A necessidade de conhecer e estruturar o nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo.* Sem dúvida a imagem clara permite ao indivíduo deslocar-se facilmente e depressa; encontrar a casa de um amigo, um polícia ou uma loja de botões. *Mas o meio ambiente organizado pode fazer mais do que isto; pode servir como estrutura envolvente de referência, um organizador de atividade, crença ou conhecimento* (LYNCH, 1989, p.14, grifo nosso).

Uma estrutura capaz de fornecer uma imagem clara desempenha um importante papel social ao servir como esteio para a criação de símbolos e da memória coletiva de grupos. Além disso, fornece um sentido importante de segurança emocional, sendo capaz de estabelecer uma relação harmoniosa entre o indivíduo e o mundo, intensificando a profundidade e a intensidade da experiência humana (LYNCH, 1989, p.15).

Essa perspectiva que leva em consideração os aspectos culturais e simbólicos que emergem no espaço vivenciado por seus habitantes vai ao encontro e se torna consubstanciada pelos estudos de Halbwachs, um dos quais apresentado anteriormente.

Em sua obra, Halbwachs (1990) sublinha a força e a importância de diferentes pontos de referência que são responsáveis por servirem como balizas na estruturação de nossa memória, fundamentando e reforçando os sentimentos de pertencimento, bem como estabelecendo fronteiras, em suas dimensões sociais e culturais, que permitem definir aquilo que é comum ao grupo e que o diferencia dos demais. Entre esses pontos de referência, incluem-se as tradições, os costumes, a música e aqueles que são particularmente importantes para o desenvolvimento do argumento: as paisagens, os monumentos e aquilo que Michael Pollak qualificou como “o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida” (1989, p.3).

Pensar o espaço como o lócus onde a identidade é substanciada e individualizada é especialmente importante para refletirmos sobre os processos de reestruturações, reconstruções e reassentamentos em situação de eventos críticos em casos como o de Bento Rodrigues, no qual se faz presente o anseio por recuperar ao máximo, no processo de reassentamento coletivo, as características espaciais existentes outrora, sobretudo se levarmos em conta um contexto espacial de muito tempo de existência e de fortes vínculos identitários.

Especialmente significativa e relevante para o trabalho é a observação do anseio constantemente expresso pelos moradores sobre a reconstrução de Bento Rodrigues em uma nova localidade. Para os moradores, pensar o futuro é pensar sobre o reassentamento da comunidade inteira. Excedendo questões puramente infraestruturais e indenizatórias que a Fundação Renova possa oferecer para reparar cada família em particular, os moradores expressam o desejo para que se volte a atenção para a comunidade e o seu modo de vida anterior. O que se almeja é “um novo Bento” com o mesmo nome, o mesmo padroeiro, a mesma vizinhança, as casas dispostas da mesma maneira.

De modo evidente, ao considerarmos o projeto de reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues, observamos que a memória possui um papel-chave em sua elaboração. Entretanto, de forma talvez menos evidente, dizer que se deseja o reassentamento da comunidade “como era antes” caracteriza muito mais do que uma metáfora para recuperar uma imagem especular do antigo subdistrito, em sua forma e aspecto pretéritos, em um novo lugar; nos conduz a pensar o espaço a partir das relações sociais mesmas que nele emergem, o espaço no qual as relações de sociabilidade são tecidas.

Assim como o palimpsesto no qual se sucedem caligrafias e imagens que imprimem no pergaminho vestígios das escritas precedentes fazendo com que, dessa forma, ainda que imperceptíveis, o palimpsesto contenha várias escritas provenientes de várias épocas, o espaço pode ser compreendido como uma espécie de palimpsesto cujos vestígios ainda que se ocultem uns sobre os outros, deixam traços, sendo reescrito a todo o tempo através de novas relações sociais que emergem sobre o espaço como uma paisagem “[...] que se realiza, acumula, superpõe e troca significados no espaço e no tempo” (PESAVENTO, 2004, p.27). Ainda que os vestígios de elementos do espaço se tornem pouco perceptíveis, ou mesmo imperceptíveis, seja pela destruição, pelo desgaste, pela substituição ou pela combinação com novas formas, ainda assim, esses vestígios são resgatáveis por meio das evocações de experiências, vivências, testemunhos, memórias, enfim, daqueles que as compartilham. Em outras palavras, ainda que a referência espacial materialmente se perca, a perda de sua



materialidade não determina o apagamento da memória que naquele espaço se encontra inscrita uma vez que pode ser evocada através das lembranças daqueles que a guarda.

Conforme já dito, com o rompimento da barragem de Fundão, à imagem estável e apaziguante de Bento Rodrigues se sucederam ruínas, destruição e morte. Parte significativa das construções que havia no subdistrito, arrasadas na passagem dos rejeitos, é reconstruída nos depósitos dos moradores que, em sua maioria, deslindam o tempo vivido em comum em um amálgama entre experiência e espaço.

De forma poética e precisa, Ítalo Calvino na ficção “As Cidades Invisíveis” destaca a função e a referência desempenhada pelo espaço em relação ao passado por meio da passagem na qual o viajante Marco Polo ao descrever a cidade de Zaíra ao imperador dos Tártaros, Kublai Khan, assinala que seria insuficiente que seu relato contivesse detalhes a respeito apenas dos elementos edificados no espaço, inserindo os indivíduos na paisagem:

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. *A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balastrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha; a altura daquela balastrada e o salto do adúltero que foge de madrugada; a inclinação de um canal que escoia a água das chuvas e o passo majestoso de um gato que se introduz numa janela; a linha de tiro da canhoneira que surge inesperadamente atrás do cabo e a bomba que destrói o canal; os rasgos nas redes de pesca e os três velhos remendando as redes que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe. A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que refluí das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras* (CALVINO, p.7, 2003, grifo nosso).

Ao dizer que a cidade não conta o seu passado, mas que ela o contém, podemos compreender esse argumento na esteira do pensamento proposto por Halbwachs (1990). A cidade não conta o seu passado, mas o contém porque a percepção de seus diferentes espaços, seja pelos habitantes, seja por aqueles que estão de passagem, são sensíveis a assumir múltiplas significações de acordo com as experiências individuais e, sobretudo, com aquelas compartilhadas pelo grupo que naquele espaço está inserido, sendo resgatáveis a partir da memória – como aquela dos três velhos remendando as redes, sentados no molhe, que contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador. Um empréstimo da literatura que, ao

fim e ao cabo, contribui para a nossa exposição a respeito da íntima relação entre memória e espaço, a qual compõe uma realidade em que as lembranças se conservam.

Em virtude do evento crítico, os moradores de Bento Rodrigues se encontram atualmente dispersos territorialmente na cidade de Mariana e região, conforme assinalado na introdução. Assim, diante da impossibilidade de permanecerem “unidos através do espaço” (HALBWACHS, 1990, p. 139), buscaremos compreender como as categorias espaço e memória se articulam a partir do projeto urbanístico conceitual do reassentamento de Bento Rodrigues. De forma mais precisa, compreendemos, no que tange ao sentimento de identidade e pertencimento a uma coletividade, que a memória coletiva de Bento Rodrigues desempenha um importante papel no sentido de agregação e continuidade da comunidade após o evento crítico em um momento no qual a questão territorial, se pensada sob aspecto comunitário, encontra-se indefinida, em uma espécie de limbo entre o passado, o estado anterior, o território de Bento Rodrigues que não pode ser reabitado e o futuro haja vista que as estimativas para a finalização das obras possuem um prazo de conclusão demasiado amplo; a expectativa é que a entrega ocorra apenas no segundo semestre de 2020. Na ocasião, o evento crítico haverá completado cinco anos. Mediante o exposto, considerando, pois, os referenciais teóricos apresentados, buscaremos nos capítulos seguintes compreender a memória não apenas em sua relação com o passado, mas, sobretudo, a sua relação tensionada com o presente e com o futuro, tendo em vista o contexto social que influencia o trabalho de memória.

Cabe assinalar, por fim, que esta pesquisa mais se inspirou nos autores trazidos à baila - especialmente em Candido (2010); Bourdieu (1979); Bourdieu e Sayad (2017) - do que seguiu *stricto sensu* a teoria e a metodologia que orientaram os respectivos estudos. Procuramos, assim, trilhar um caminho próprio, buscando conferir maior ênfase aos materiais colhidos, não os engessando por meio de uma teoria.

## 2. A VIDA NO ANTIGO SUBDISTRITO

### 2.1. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

Bento Rodrigues é uma comunidade rural ligada a uma cultura cujas raízes históricas são relativamente conhecidas. Apesar do antigo subdistrito se tornar notório apenas no ano de 2015 em decorrência do crime ambiental, a pequena localidade possui inserção na história colonial da região, em companhia das centenárias e prestigiosas cidades de Mariana e Ouro Preto.

Fazendo a honra de seu nome, a questão da mineração alcança especial abrangência e significação em Minas Gerais. O processo de desenvolvimento e ocupação do território que atualmente corresponde ao estado se irradia a partir das ocupações próximas às lavras de ouro descobertas por expedições exploratórias e aventureiros à procura de metais valiosos e pedras preciosas, bens que ganharam destaque nas economias brasileira e portuguesa, na região durante o século XVII, levando à constituição dos primeiros arraiais e das primeiras vilas e cidades, como é o caso das cidades de Mariana e Ouro Preto.

Vinculada ao início das explorações minerais realizadas pelas bandeiras, a origem de Bento Rodrigues remonta ao final do século XVII, ao ano de 1697, um ano após a fundação de Mariana, à época Ribeirão do Carmo, primeira vila, cidade e capital da região das minas de ouro. Região aurífera próspera em finais do século XVII e ao longo do século XVIII, a mineração se encontra atrelada ao surgimento de Bento Rodrigues. A formação do núcleo inicial de povoação do local se deu a partir da chegada e estabelecimento dos bandeirantes na região em busca do ouro. As designações das primeiras lavras encontradas renderam homenagem a seus descobridores paulistas, dentre as quais se encontrava a Mina Ribeiro de Bento Rodrigues, designação em tributo ao líder da bandeira, o cabo de tropa<sup>27</sup> Bento Rodrigues (CAMPOS; OLIVEIRA, 2010).

A localidade de Bento Rodrigues figura entre os relatos de expedições de viajantes estrangeiros pelo caminho dos Diamantes no século XIX, como podemos encontrar naqueles registros realizados pelo notório Auguste de Saint-Hilaire, botânico e naturalista francês, ao visitar a então província de Minas Gerais, à qual dedicou um número expressivo de páginas. Na literatura de viagem do período, é possível encontrar também menções a Bento Rodrigues

---

<sup>27</sup> As designações “líder”, “cabo de tropa” ou “capitão do arraial” se referem à maior autoridade em uma bandeira, o sertanista mais experiente que possuía poder absoluto sobre seus subordinados na empresa.

nos relatos dos naturalistas bávaros Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius, ambos citados no relatório técnico produzido no ano de 2015 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).

Em um momento anterior à chegada dos naturalistas, no século XVIII, encontramos o registro do jesuíta italiano André João Antonil que distingue as primeiras lavras de ouro descobertas pelos paulistas na região e, entre elas, localizamos a de Bento Rodrigues:

Em distancia de meya legoa do Ribeiro do Ouro preto, achou-se outra mina, que se chama a do Ribeiro de Antonio Dias: e dahi a outra meya legoa a do Ribeiro do Padre João de Faria: e junto desta, pouca mais de hu(~)a legoa, a do Ribeiro do Bueno, e a de Bento Rodrigues. E dahi três dias de caminho moderado até o jantar, a do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, descoberta por João Lopez de Lima, alem de outra, que da mão a do Ribeiro de Ibupiranga. E todas estas tomarão o nome dos seus descobridores, que todos forão Paulistas (ANTONIL, 1969 apud CAMPOS; OLIVEIRA, 2010, p.19).

Além de Bento Rodrigues, com a descoberta de outras minas foram surgindo próximos a elas novos núcleos povoados que, em alguns casos, vieram a constituir vilas e cidades, como é o caso da cidade de Ouro Preto, cuja constituição ocorre a partir da reunião de uma constelação de arraiais espalhados pelos morros e vales próximos, como os do Ribeiro do Ouro Preto, do Antônio Dias e do Padre Faria, citados por Antonil (CAMPOS; OLIVEIRA, 2010, p.25).

Grande parte do ouro extraído no período colonial era proveniente das chamadas minas de aluvião. Estas se localizavam, principalmente, nas margens de rios, córregos e riachos e dispensavam o trabalho de prospecção e sondagem profundas. Apesar do ouro de aluvião, abundante naquele período em que facilmente era encontrado na superfície e, portanto, era de fácil extração, ter encontrado seu ápice e igualmente o seu declínio em poucas décadas, ainda nos dias de hoje a atividade de mineração de ouro de forma artesanal é presente na região, conforme foi relatado em entrevista por Antônio, antigo morador de Bento Rodrigues. A seguir, podemos observar o processo de garimpo que ele realizava no antigo subdistrito antes do rompimento. Segundo o próprio, não raro era possível encontrar ouro no córrego:

Pegava minhas ferramentas e ia lá para o córrego tirar ouro... Tinha aposentado... Aposentei. Ficar à toa não vou e nunca fui de sair andando. Batendo perna, como diz o outro [...] Ficava de manhã cedo cuidando das minhas coisas, aí que depois que não tinha mais nada para fazer, pegava minhas ferramentas e ia lá para o córrego, né? Chegava lá, depois tirava o ouro... Chegava lá e jogava ele lá, acendia um fogozinho na beirada do córrego lá mesmo, queimava ele lá... Chegava, punha ele na balança, pesava ele lá e guardava, né? Quando chegava no dia assim que eu vinha

receber o meu pagamento aqui [em Mariana], né, trazia ele, passava ele na nota, vendia ele... (Antônio, 75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Bento Rodrigues se reconhece desde o tempo passado. A memória do tempo em que viveram no subdistrito se mistura às narrativas da história do lugar. Nomes, feitos, fatos e “causos” são recordados pelos moradores e constituem um pequeno repertório que conta as estórias e histórias do lugar. Ali, entre os moradores, é possível encontrar descendentes de gerações anteriores que lá viveram. Contudo, mesmo aqueles que não nasceram em Bento conhecem, ainda que de passagem, a história da localidade<sup>28</sup>. Sua história está presente na vida dos mais velhos e na memória dos mais novos, geralmente narrativas transmitidas por meio da família e, também, por meio da instituição escolar, conforme podemos observar no poema a seguir, escrito por um aluno do 4º ano do Ensino Fundamental da escola municipal que havia no antigo subdistrito:

O cabo Bento Rodrigues desceu pela serra e aqui encontrou seu maior tesouro/ Um acampamento quis montar, depois de muito ouro encontrou/ Seus companheiros chegaram e também se arrancharam/ O povoado foi aumentando e a comunidade crescendo/ Mas todo ouro foi retirado/ era depressa levado/pelos portugueses malvados (O TEMPO, 2015, on-line)<sup>29</sup>.

Essa transmissão serve de esteio às representações comunitárias e se integram ao cerne da memória coletiva da comunidade, esta se constituindo, por sua vez, como uma importante fonte e, por que não, a principal de atribuição de identidade. Inclusive, essa memória do passado é mobilizada no presente pela comunidade, afetada drasticamente pelo crime ambiental. A exposição dessa situação posterior ao momento do rompimento da barragem de Fundão será realizada no próximo capítulo.

---

<sup>28</sup> Há relativamente poucas informações sobre a ocupação territorial em um momento anterior à colonização da região. A historiografia aponta para a habitação exclusiva de índios denominados de Carijós após a colonização. Entretanto, evidências arqueológicas atestam a presença de grupos na região cerca de 400 anos antes, sublinhando que o território não era desabitado e que, próximo à região que atualmente corresponde à cidade de Mariana e, portanto, abarca a área do antigo subdistrito, viviam grupos indígenas. Para maiores informações Cf. o artigo intitulado “Os Carijós da Antiga Comarca de Vila Rica: Contribuições Históricas, Etnohistóricas e Arqueológicas”, de Cecília Belindo de Araújo Porto. Disponível em: <[http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340764753\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH2012.pdf](http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340764753_ARQUIVO_ArtigoANPUH2012.pdf)>.

<sup>29</sup> O poema integra um pequeno livro realizado a partir das aulas na escola chamado "Bento Rodrigues em Versos, Cores, Brilhos e Sabores", que sobreviveu a lama. O livro conta com poemas, histórias e desenhos produzidos pelos alunos. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/pampulha/reportagem/e-agora-bento-1.1174538>>.

A comunidade de Bento Rodrigues possuía, em momento anterior ao rompimento da barragem de Fundão, cerca de 600 habitantes e, destes, uma parcela de 74%<sup>30</sup> residia no subdistrito há mais de 20 anos.

Além daqueles cujas famílias há gerações viviam em Bento Rodrigues, há os que se estabeleceram ali em razão de diversos motivos, como em função da ocupação de posto de trabalho relacionado à mineração. Mesmo entre estes, não raro encontramos aqueles que vinham de outras comunidades próximas também identificadas com o mundo rural: mudou-se o lugar, mas não o modo de vida e seus padrões inerentes.

## 2.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS: OCUPAÇÕES E FONTES DE RENDA

A comunidade de Bento Rodrigues era cercada por atividades minerárias. Em 2012<sup>31</sup>, 72% dos moradores de Bento Rodrigues possuíam alguma relação, indireta ou direta, com as mineradoras Samarco ou Vale, representando 44% daquela razão ex-empregados e subcontratados das empresas, números que contribuem para evidenciar, séculos após as bandeiras, a persistente influência que a exploração mineral exerce sobre a região. Pelas ocupações e fontes de renda se distribuem trabalhadores com e sem carteira assinada, trabalhadores em situação de contrato temporário, funcionários públicos, donas de casa, estudantes, aposentados e pensionistas e desempregados. Para se ter uma noção acerca das atividades e ocupações locais, registraremos abaixo o levantamento<sup>32</sup> realizado pela Samarco e disponibilizado no ano de 2013:

**Tabela 1**

<b>Ocupações e fontes de renda</b>	<b>Porcentagem da População</b>
Aposentados e pensionistas	20%
Trabalho com carteira assinada	18%
Trabalho sem carteira assinada	18%
Estudantes	17%

<sup>30</sup> Cf. tese de doutorado intitulada “Avaliando Minas: Índice de Sustentabilidade da Mineração (SM)”, de Maurício Viana Borato (2012). Disponível em: <<https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/10542>>.

<sup>31</sup> Id..

<sup>32</sup> Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/relatorio/cartilha-bento-rodrigues/>>.

Donas de casa	13%
Desempregados	9%
Contratados temporários	3%
Funcionários públicos	1%
Não respondeu	1%

Fonte: SAMARCO. **Bento Rodrigues**: sua história, patrimônio e cotidiano. [S. l.: s. n.], 2013.

Levando em conta a tabela apresentada, consideradas as ocupações e fontes de renda, observamos emergir um cenário no qual se destaca também a forte relação de seus habitantes com o contexto local de onde pouco se afastavam em seu cotidiano, encerrando uma ligação maior com aquele espaço e com a comunidade como um todo. Nesse sentido, a fala de Francisco, antigo morador de Bento Rodrigues, evidencia:

A gente já tinha acostumado não sair de lá, né? Às vezes quando a gente ia passear nas casas dos parentes... Porque os meus parentes são todos de fora, né? A gente saía. Mas, no mais, era todo mundo lá. Ia gente de Mariana, de Santa Rita, de Antônio Pereira. Sábado, de domingo ia para lá porque era um ponto de encontro, um lugar muito amplo para isso. Muita amizade, não tinha aqueles negócios de bagunça, não tinha negócio de briga. É difícil, né? Então a amizade era muito grande o pessoal do Bento com todas as vizinhanças. De Santa Rita, de Pereira, de Mariana, de outros distritos também que iam para lá (Francisco, 75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

De acordo com o relatório desenvolvido pela Força Tarefa do Governo de Minas Gerais no ano de 2015, as empresas registradas em Bento Rodrigues, em sua maioria, pertenciam ao setor varejista, setor de comércio responsável pela venda de produtos diretamente ao comprador final, como hortifrutigranjeiros e estabelecimentos comerciais de alimentos e bebidas - vendas e bares. Acerca da base produtiva e comercial, faz-se pertinente destacar a menção no referido documento à situação de informalidade existente no subdistrito, elaborado à época do rompimento da barragem de Fundão:

É importante frisar que não foi captada, por meio de dados oficiais, a ocorrência de informalidade, algo que é de extrema importância, principalmente em pequenas comunidades como as de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, uma vez que boa parte da economia desses locais está estruturada em pequenas vendas de excedente rural (MINAS, 2016, p.36, on-line)<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Cf. relatório Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana - MG. Disponível em: <[https://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor\\_assets/attachments/770/relatorio\\_final\\_ft\\_03\\_02\\_2016\\_15h5min.pdf](https://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/770/relatorio_final_ft_03_02_2016_15h5min.pdf)>.

Conforme observado, além da mineração, um importante responsável por movimentar a economia da localidade, eram desenvolvidas em Bento Rodrigues atividades produtivas que contribuíam ou garantiam a renda. Não obstante aquelas que eram voltadas para o comércio, havia também outras que se destinavam ao próprio consumo familiar. Em Bento Rodrigues predominavam a pequena e a média propriedade, se fazendo presentes atividades de pequenos produtores locais ligados à agricultura familiar e de subsistência por meio do cultivo de roças, como de feijão e de milho. Havia também o cultivo de frutas, além da criação de bois, porcos, galinhas, patos e cavalos.

Era comum a venda do produto da criação, como o queijo e o leite, à comunidade, a doação ou a troca de parte da colheita realizada em escala reduzida e doméstica.

Em entrevista, Antônio diz que as verduras ele doava aos amigos, vizinhos e familiares, e que os ovos, ele vendia. Lembrando daquilo que havia em seu quintal e que, com o rompimento da barragem de Fundão, perdeu-se em meio aos rejeitos, ele me conta:

Eu tinha uma horta muito grande. Depois que eu aposentei fui cuidar da minha horta, da minha plantação, criação... Galinhas. Eu tinha 35 galinhas que me davam 30 ovos todos os dias à tarde! Frango... Ficaram lá 17 frangos, entre frangas e frangos. Ficou... As galinhas, não, mas os franguinhos ficaram enterrados. Enterrados na lama (Antônio, 75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

A comunidade era voltada ao manejo da terra e às formas tradicionais de saberes desse manejo. Em muitos casos, os moradores mantinham práticas e saberes de lida que eram compartilhados em família, conhecimentos relacionados às estratégias de uso e manejo do solo geralmente passados de geração em geração.

Parte expressiva dos alimentos utilizados no preparo das receitas das refeições diárias que tinham lugar à mesa da comunidade era cultivada e colhida ali mesmo. Os excedentes que não eram doados aos vizinhos ou trocados eram comercializados, principalmente na sede de Mariana e em localidades próximas.

Em Bento Rodrigues era comum possuir horta e pomar no quintal, assim como era comum a criação de animais, conforme observamos por meio do depoimento de Antônio, apresentado anteriormente. Da mesma forma, por meio do depoimento de outro antigo morador do subdistrito, Marcos Manuel, podemos observar essa situação:

Durante os trinta anos em que trabalhei na Samarco, sempre encontrava tempo, no intervalo do trabalho, para cuidar das minhas coisas no Bento. Tinha várias cabeças de gado, muitas galinhas e até umas da raça Brahma. Os ovos que elas produziam



abasteciam minha família e também eram vendidos em Bento e em Mariana. No pomar, tinha pés de diferentes tipos de laranja, banana prata e caturra, para não falar dos vários pés de jaboticaba. Nas terras que meu pai me deixou, além do pomar e das criações, eu cuidava da horta, de onde saíam verduras que, junto com as frutas e os ovos, enchiam meu carro para atender aos pedidos que chegavam dos fregueses (A SIRENE, 2017, p.23, on-line)<sup>34</sup>.

Na economia havia destaque para uma cooperativa empreendida por um grupo de mulheres locais que despontava pela produção artesanal de geleia de pimenta biquinho, que se tornou um símbolo da região. O produto artesanal era fabricado por mulheres da comunidade e era comercializado nas cidades vizinhas e, à época do crime ambiental, havia previsão de que em pouco tempo seria exportado. Todo o processo produtivo da geleia artesanal de pimenta biquinho era realizado no subdistrito: da plantação, passando pela colheita, e o cozer no tacho.

### 2.3. SOCIABILIDADE

Em Bento Rodrigues eram fortes as tradições e as relações familiares, vicinais e comunitárias, as quais contribuem para evidenciar um modo de vida característico de zonas rurais e de pequenas cidades no interior do país. No mundo da tradição e das relações sociais baseadas no tradicionalismo de indivíduos que partilhavam culturas e crenças, as referências eram o comunitário e a afetividade nestas relações encerrados. Assim, as relações entre as pessoas fundadas em referências tradicionais, familiares, vicinais, comunitárias e afetivas compunham o quadro social da comunidade, engendrando um modo específico de organização da sociabilidade e da vida.

Em Bento Rodrigues, diferentemente do que ocorre em Mariana e, de modo geral, no ambiente urbano, o lugar público não se configura como o lugar das relações abstratas e anônimas, mas como o lugar do conhecido, do identificado, das relações concretas regidas senão pela sensação de confiança, ao menos pela de familiaridade. Assim, nesse lugar público é onde se sabe quem é o outro, qual o seu nome, quem são os seus pais e de qual família descende, toda sorte de relações sociais, enfim, que o situa no mundo da comunidade à qual pertence. Nesse mundo social é corrente escutar, conforme verificado diversas vezes durante a realização da pesquisa, depoimentos que apresentam falas que demonstram baixa ou relativa diferenciação entre amigos e vizinhos, entre vizinhos e parentes, como aqueles que dizem que na comunidade “todo mundo era amigo” ou “todo mundo da comunidade era como se fosse

---

<sup>34</sup> Depoimento contido em Jornal “A Sirene”, edição de novembro de 2017, p.23. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_-\\_ed.20](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20)>.

parente”. Poder-se-ia dizer que essa pessoalidade das relações, que codifica a conduta e as interações sociais, é uma característica fundante das comunidades e traz à baila a questão do convívio. No cerne da comunidade, encontram-se as pessoas e os laços de solidariedade e de reciprocidade. É o que podemos observar no depoimento de Francisco:

Meus vizinhos eram todos como se fosse uma família. Tudo o que um fazia o outro... Por exemplo, se eles saem: “Eu vou dar uma saída, você dá uma olhadinha para mim aí?” Eu também a mesma coisa com eles. Tinha três vizinhos, quatro vizinhos meus lá que geralmente eles trabalhavam fora e eu que olhava as criações, eu que tratava, eu que fechava o galinheiro, prendia o que tinha que prender. Tratava o que tinha que tratar. Aguava o que tinha de aguar. Então o relacionamento era muito bom. Principalmente os vizinhos mais chegados que moravam próximos um do outro. Então era uma coisa que... Mas Deus quis assim. Separou, paciência, né? O importante é que a gente está aí com vida, saúde, graças a Deus. O importante é isso (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Da mesma forma, ao falar sobre a vida no antigo subdistrito, Antônio relembra, nostálgico, as boas relações com os vizinhos e com a comunidade:

Muito bacana. Muito boa a relação. Demais da conta... Com meus vizinhos, com tudo. Sem ser meus vizinhos. Com todo mundo. Relação era muito boa. Demais da conta. Antes de eu ser evangélico eu tocava para todo canto ali. [...] Eu não vou falar que eu tinha muitos... Todo mundo era meu amigo. O Bento inteirinho. Eu não tinha lá inimizade com ninguém. Todo mundo lá era meu amigo (Antônio, 75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Em Bento Rodrigues as teias de relação eram constituídas com base na familiaridade e na proximidade e os fios, não raro, se cruzam, amalgamando relações de amizade, de vizinhança e de parentesco, como a fala de Maria, antiga moradora de Bento Rodrigues, evidencia:

Lá era todo mundo amigo, né? E... Eu tinha minhas sobrinhas, meus sobrinhos que moravam tudo perto de mim. E tinha os outros vizinhos também que eram tudo mesmo que parente, né? Porque lugar pequeno todo mundo conhece todo mundo, todo mundo é parente, né? (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Era comum a prática de atividades solidárias, estas se caracterizando como um elemento integrante da sociabilidade comunitária que se exprimia por meio da organização de celebrações e festividades, da participação em cultos religiosos caseiros, da realização de trabalhos coletivos e do auxílio mútuo, conforme aponta Francisco:

Tem... Tem pessoas lá que nós trabalhamos no grupo de jovens, e eu fui lá e falei: “Vocês fazem a arrecadação e a obra eu faço. Não vou cobrar nada”. Trabalhamos para uma daqui das que morreram. Gracita. Já ouviu falar? Maria das Graças que

morreu lá. A casa dela foi nós que fizemos. O grupo de jovens arrecadou, a mão de obra nossa. Não cobramos um centavo (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Os trabalhos eram realizados tanto conforme prestação remunerada quanto prestação gratuita de serviços, havendo também a troca de serviços geralmente entre vizinhos que auxiliavam uns aos outros, como no cuidado de criação de animais durante ausência, consoante assinalado no depoimento de Francisco, estabelecendo, assim, um sistema de solidariedade, algo próprio e característico da vida em uma pequena comunidade rural. Era comum também a prática de solidariedade da vizinhança marcada pela assistência mútua, pela retribuição, promovendo a interdependência das famílias, e contribuindo, assim, para a sua integração.

Nesses trabalhos de cooperação era comum a convocação de várias pessoas da comunidade para a realização de tarefas em prol do coletivo, como na implementação ou no conserto de bens públicos. A fonte de cooperação dessas atividades era a solidariedade comunitária, marcada pela atitude positiva da comunidade e pela boa vontade. Francisco conta um pouco sobre a sua participação em algum desses trabalhos que beneficiavam a comunidade como um todo:

Tudo o que tem de obra lá que foi embora tem a minha participação. Tudo: pavimentação de rua, rede de esgoto, rede de água, rede pluvial, alambrar campo, ginásio coberto, posto de saúde (PSF de lá), a escola, rua. Tem uma rua lá que fui eu que fiz na época com o João Ramos<sup>35</sup>. A gente colocou tudo... Então tudo tem o meu dedo. Correios [...] A gente pedia, mandava ofício na Prefeitura, eles iam ampliando e colocando lá à disposição. Guarita de ponto de ônibus para proteção de chuva. Todas as quatro que tinha lá fui eu que coloquei. Vinha, pedia, e eles: “Eu vou mandar”. “Não, pode mandar” que eu e o Zé Luís, a Associação, nós colocávamos. Então a maioria das obras tudo passaram por mim: reforma de igreja, telhado de igreja... da de São Bento que foi embora. Fui eu que fiz de 2001 a 2002. Eu trabalhei lá nove meses reformando telhado [...] Então eu sou muito feliz por isso. Acho que para mim nada falta por causa das ações que a gente já fez, tanto no coletivo quanto no individual (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Assim como observou Antonio Candido (2010), as relações em uma localidade rural se constituem a partir da tradição e se vinculam por meio do sentimento de localidade, de convivência, de práticas solidárias de auxílio mútuo e por meio da prática de atividades lúdico-religiosas.

Transcendendo o âmbito familiar e vicinal e o ambiente da casa e as suas relações com aqueles próximos, são frequentemente mencionados os pontos de encontro da comunidade

---

<sup>35</sup> João Ramos Filho foi prefeito da cidade de Mariana de 1973 a 1976, 1983 a 1988 e 1993 a 1996.

que os moradores filiam a três lugares principais: praça São Bento; igrejas da comunidade e Bar da Sandra<sup>36</sup>.

Os moradores de outros subdistritos e localidades próximas convergiam periodicamente para Bento Rodrigues, sobretudo aos finais de semana para o Bar da Sandra onde eram realizados torneios de truco. O lugar era também ponto de encontro para acompanhar os jogos dos clubes de futebol do Atlético Mineiro e do Cruzeiro. Em ocasiões de festividades religiosas, os moradores de outras localidades também compareciam.

Aos finais de semana, os dias de sábado e domingo eram preenchidos por outras atividades lúdicas e religiosas. No subdistrito, além das celebrações religiosas nos templos tinham lugar as rezas nas casas dos fiéis, atividades de caça, pesca e, inclusive, garimpo.

As igrejas e a praça assumiam papéis marcantes no lazer, nas recreações e nas relações da comunidade de Bento Rodrigues, constituindo-se como a base espacial de referência de sua sociabilidade. De acordo com Maria das Graças Quintão, antiga moradora do subdistrito, "Quase toda reunião que tinha era na praça. Quando tinha festa, o som e as brincadeiras também eram na praça. Era o point, né?" (A SIRENE, 2017, p.4, on-line)<sup>37</sup>. O depoimento de Marcos Manuel nos permite observar o lugar que a praça e a igreja possuíam em sua vida:

Quando era criança e estudava em Bento, tinha a praça que jogávamos "pelada". Só podíamos jogar depois de fazer as obrigações de casa e de ajudar os pais no trabalho da roça. O dedo chegava a ficar esfolado de jogar futebol descalço. Mas aí me tornei adulto e ficou difícil, porque trabalhava de turno e só tinha tempo para jogar no campo, quando tinha folga aos domingos. Aos sábados depois da missa, sempre ficávamos conversando na porta da igreja, isso para mim era lazer. Nas festas religiosas todos usavam a praça São Bento para diversão com os amigos e familiares. Antes do rompimento da barragem era assim (A SIRENE, 2018, p.4, on-line)<sup>38</sup>.

A praça, por sua localização central no subdistrito, constituía-se como a referência de todos e de todos os dias. Marco de referência e ponto de encontro da comunidade, Ana, também antiga moradora do subdistrito, fala sobre o papel da praça em sua vida e na sociabilidade da comunidade:

A praça era o lugar de lazer para a gente, né? Onde a gente cantava, onde o Francisco plantou a árvore que cresceu, depois a gente se sentava lá debaixo. Era o lugar que destacava para a gente. Era a praça, a igreja que a gente rezava o terço

---

<sup>36</sup> Tradicional ponto de encontro da comunidade de Bento Rodrigues, bem como de turistas e viajantes.

<sup>37</sup> Depoimento contido em Jornal "A Sirene", edição de novembro de 2017, p.4. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_-\\_ed.20](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20)>.

<sup>38</sup> Depoimento contido em Jornal "A Sirene", edição de março de 2018, p.4. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/mar\\_o\\_2018\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/mar_o_2018_issuu)>.

todos os dias. A gente ficava... A reza. Fechava a igreja e ficava do lado de fora batendo papo, né? Depois cada um ia para sua casa. Era o que... É isso aí. Porque a gente não tinha, assim, lá a gente não tinha muita coisa para fazer, né? A gente tinha... A única coisa que a gente tinha lá era rezar às 19h da noite. Eu com o Francisco, às vezes, aos sábados à noite a gente ligava o som... Ligava as caixas. A gente ficava cantando na varanda, ensaiando. Eram esses os lazeres que a gente tinha (Ana, 79 anos, atingida de Bento Rodrigues).

E continua em seu depoimento contando sobre os lugares de Bento e as interações e relações neles tecidas, mostrando parte de um cotidiano estruturado sobre um conjunto de relações comunitárias:

A gente tinha amizade com todo mundo. À tarde a gente ia ao Terço de 19h na igreja de São Bento lá no Santíssimo todos os dias. Só quando nós não estávamos aí que nós não íamos. E tinha a praça, tinha lá o Bar da Sandra, o povo juntava lá... Reunia né? De domingo a gente ia com o violão para lá, a gente cantava [...] Era isso aí, sabe? O dia que a gente estava com a grana a gente ia para lá tomar uma Coca-Cola, comer uma coxinha. Quer dizer, a gente passava aquelas horas felizes, né? Batendo papo com os amigos. Era isso aí que eram as coisas boas. Sempre quando tinha as festas de igreja eram muito boas também, festa do padroeiro... Era bom demais. Nossa senhora! (Ana, 79 anos, atingida de Bento Rodrigues).

A vida social da comunidade de Bento Rodrigues se pautava, e ainda se pauta, conforme veremos adiante de forma mais nítida, pela religião. O seu relevo é patente. Do processo de ocupação colonial resultou não apenas o povoado, mas a definição de uma vida social relacionada, em grande medida, ao fenômeno religioso. Muitos dos aspectos sociais e culturais de Bento Rodrigues se assentam e conservam referenciais do passado colonial. Um breve panorama das tradições religiosas católica das festas contribui para iluminar aspectos da realidade observada.

## 2.4. ASPECTOS RELIGIOSOS E DEVOCIONAIS DA COMUNIDADE DE BENTO RODRIGUES

### 2.4.1. Entre católicos...

De talhe e feições religiosas, a identidade da comunidade de Bento Rodrigues é fortemente marcada pelo fator devocional, possuindo celebrações e festas religiosas que mobilizavam boa parte da comunidade no antigo subdistrito. Entre as festas tradicionais previstas no calendário religioso da comunidade estavam a Folia de Reis que de acordo com o costume ocorre no mês de janeiro. Os foliões ao longo das visitas realizadas de casa em casa recolhiam dinheiro que no mês de setembro era empregado na compra de comidas e bebidas para as festas do Menino Jesus; a Festa de São Bento, padroeiro de Bento Rodrigues e de uma

das capelas, comemorada durante o último final de semana de julho; a Festa de Nossa Senhora das Mercês, padroeira da outra capela, que ocorria durante o último final de semana do mês de setembro e a Festa de Nossa Senhora Aparecida, celebrada no dia 12 de outubro em uma pequena capela construída na estrada que conduzia a Bento Rodrigues. Em meio à multiplicidade de dias santos e festas presentes no extenso calendário religioso de Bento Rodrigues eram também celebradas: Maria Concebida e Nossa Senhora das Dores e os santos São Benedito, São José e São Sebastião. As festas atraíam não apenas os moradores de Bento Rodrigues, mas moradores de localidades próximas e outros visitantes.

Em um passado recente, até a década de 1960, a Festa de Nossa Senhora das Mercês era celebrada conjuntamente com a de São Benedito no mês de setembro, e os reinados, consoante apontam Novais e Novais:

[...] até a década de 1960, a Festa de Nossa Senhora das Mercês, no subdistrito de Bento, era realizada numa celebração conjunta com a Festa de São Benedito e Festa de Reisado. Grupos de congado de regiões próximas, como Carneirinhas e Águas Claras, eram convidados para participarem das celebrações (2017, p.8, grifo nosso).

Eduardo Campos, um dos festeiros da comunidade, nos oferece uma imagem desta festa ao descrever como eram os reinados em Bento Rodrigues:

*Os reinados aconteciam na Festa de Nossa Senhora das Mercês e São Benedito, em que o padre vinha a cavalo para Bento Rodrigues e ficava toda semana durante a realização da novena. Os reinados eram muito bonitos, com sua rainha, rei, príncipe e princesas, a juíza da palma e o juiz, que davam esmolos para o santo. Na hora que o rei e a rainha tomavam posse, subiam no altar-mor e a banda tocava saldando os dois, no final o rei e a rainha em agradecimento aos presentes serviam barris de vinho para os fiéis. Eram dois dias de festa que se dividiam entre a igreja das Mercês e a igreja de São Bento onde ficava o Benedito (CAMPOS, 2016, p.14, grifo nosso).*

Folguedo de prática antiga, cujo registro remonta a finais do século XVI, o Congado congrega os elementos devocionais da Igreja Católica com os elementos da religião e costumes africanos. Conforme assinalado por Santos (2011), o Congado chega a Minas Gerais a partir da década de 1710 e, inicialmente, recebe o nome de Reinado de Nossa Senhora do Rosário. A partir de então, Minas Gerais se transforma em um dos grandes focos da manifestação religiosa dos reinados através das irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Santa Ifigênia e São Benedito. A seguir, observamos a relação entre as irmandades e o festejo:

O Reinado é um dos componentes do Congado, exatamente aquele que se refere à coroação de reis e à constituição de uma corte. Esse fator: Reinado se tornou muito

forte em Minas Gerais, pela atuação das numerosas Confrarias. Nas Irmandades de N. Sra. do Rosário havia os cargos de reis, cuja eleição e funções se regulamentavam através dos compromissos. O costume de se alforriar o rei eleito anualmente no Congado deu grande prestígio à instituição do Reinado, principalmente em Minas Gerais. Embora existissem reis eleitos em outros estados, o Reinado mineiro se marcou pelo fato de ser consequente ao catolicismo de confraria, com forte atuação das Irmandades do Rosário (GOMES; PEREIRA, 2000, p.246 apud SANTOS, 2011, p.32).

Tanto o reinado ou Ciclo do Rosário quanto o reisado ou Ciclo de Reis, festas do catolicismo popular brasileiro, possuem uma estrutura ritual típica. Com base na descrição da festa em Campos (2016), considerando o período de ocorrência da festa - mês de setembro -, o movimento da oferta sagrada - o vinho servido pelos reis aos devotos -, e o modo como a realeza é exibida na festa - os reis são solenes e consagrados, tomando posse -, compreendemos que a prática se refere ao *reinado*, conforme foi assinalado por este autor, e não ao *reisado*, conforme foi assinalado por Novais e Novais (2017). No reisado, o período de ocorrência da festa é entre os meses de dezembro e janeiro, e os elementos acionados<sup>39</sup> são outros: os reis são reconhecidos pelo uso de suas máscaras que representam os reis magos e a oferta sagrada, na forma de alimento e/ou bebida, é oferecida pelo devoto.

As celebrações religiosas e tradicionais de Bento Rodrigues foram registradas em um livro de memórias escrito por Campos após o rompimento da barragem de Fundão que nos permite um vislumbre de como eram as festas religiosas e tradicionais da comunidade. Este excerto traz, em especial, como eram os preparativos para o festejo dedicado a São Bento, a celebração mais importante para a comunidade:

Na praça a movimentação era intensa enquanto os homens furavam buracos para colocarem estacas para dependurar os enfeites e as bandeirolas, as mulheres davam a faxina na igreja. As primas de Thaís, dentre elas a Simária, a Mônica, a Maria, a Flavinha, a Sandra, a Terezinha e Efigênia todas filhas e netas do Sr. Olívio com a D. Amélia se entregavam aos afazeres, limpando aos altares, retábulos, as imagens e encerando o piso. Aos poucos na companhia do “Sô Lulu” ia conhecendo as pessoas que se empenhavam na realização da festa [...] Dona Tutita logo que chegava, acendia o fogão a lenha começava a preparar as delícias da festa, fritando frango, torresmo, cozinhando a canjica, preparando os caldos que geralmente eram de feijão e mandioca e também preparando as carnes para o churrasco que era realizado no quintal de casa mais tarde, após a procissão da bandeira. Logo quando a noite caía, todos iam tomar banho para acompanhar a procissão da bandeira, que neste ano saiu da casa do Sr. José Sobreira. Dona Tutita e o S. Lulu não deixavam ninguém beber antes de cumprir o ritual religioso (CAMPOS, 2016, págs.11-12).

---

<sup>39</sup> Entre outros elementos distintivos. Para maiores informações sobre os reinados e reisados, ver a dissertação “De Reinados e de Reisados: Festa, Vida Social e Experiência Coletiva em Justinópolis/MG”, de Juliana Aparecida Garcia Corrêa.

Em Bento Rodrigues, a Festa de São Bento era celebrada tradicionalmente, como em muitas outras localidades, no dia 21 de março, data de seu falecimento. Na programação do festejo, havia a novena preparatória e a procissão da Bandeira, onde a imagem de São Bento era conduzida pelas ruas do subdistrito em andor enfeitado por voluntários e realizado o hasteamento da Bandeira em homenagem ao padroeiro. Na madrugada do dia 21, às quatro horas da manhã, iniciava a alvorada acompanhada pelo lançamento de foguetes, pelo dobre do sino e pelo som da Banda de São Bento. Às dez horas da manhã era celebrada uma nova missa, e, após a celebração, a comunidade se reunia em frente à capela para assistir a retreta<sup>40</sup>. Durante a tarde, era realizada novamente uma procissão, e o ritual terminava com a benção do Santíssimo.

A festa foi celebrada no mês de março até o ano de 1962 e, em função da dificuldade de levar um pároco ao local, foi retomada apenas duas décadas mais tarde, no ano de 1984, por iniciativa de Filomeno e de outros festeiros que reorganizaram a celebração do padroeiro que passou ao último fim de semana de julho, próximo ao dia do Santo no mês, dia 11. Natural de Bento Rodrigues, Filomeno se tornou procurador<sup>41</sup> da capela de São Bento aos treze anos, idade em que herdou o ofício de sua mãe. Por mais de setenta anos Filomeno zelou a capela e seu acervo e se dedicou aos preparativos e à execução da Festa de São Bento. A seguir, em seu depoimento para o Jornal “A Sirene”, observamos algumas mudanças e a reorganização da cerimônia:

A Banda de São Bento, extinta também nos anos 1960 foi substituída pela Banda Bom Jesus do Matozinhos, de Ouro Preto, que até o ano passado acompanhou o festejo. Esse período de retomada levou a definição de uma nova data: o último domingo de julho, período que casava com as férias escolares das crianças e que permitia as famílias de fora programarem melhor suas estadias no Bento (A SIRENE, 2016, p.13, on-line)<sup>42</sup>.

No campo da imaginária, entre as imagens católicas de grande apelo devocional, encontram-se as representações de santos, santas e da Virgem. No interior iconográfico desses três grupos de representações, encontram-se Santana Mestra, Santo Antônio, São Benedito, São Bento, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora do Rosário, sendo especialmente forte a devoção a São Bento e à Nossa Senhora das Mercês, padroeiros das capelas em Bento Rodrigues. É curioso observar entre estas representações a

---

<sup>40</sup> Retreta se refere à apresentação de banda de música, geralmente em praça pública.

<sup>41</sup> Procurador ou zelador é a forma como são popularmente conhecidos aqueles que se encarregam de zelar pelos templos religiosos e seus acervos.

<sup>42</sup> Depoimento contido em Jornal “A Sirene”, edição de julho de 2016, p.13. Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_ed4\\_julho\\_sm](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed4_julho_sm)>.



existência de santos que desfrutavam de maior popularidade em Portugal, ao fim da idade média, como Santana, Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio, “o santo português por excelência” (CAMPOS; OLIVEIRA, 2010).

Atribui-se ao desenvolvimento do catolicismo na região características como espontaneidade e naturalidade, como se fruto da fé trazida pelos colonos portugueses. As ordens religiosas eram proibidas na região das minas pelo governo português durante o período colonial, incluindo no veto tanto os jesuítas e seus colégios quanto os mosteiros beneditinos e os conventos franciscanos e carmelitas. Assim, estabeleceram-se as irmandades, associações religiosas compostas por leigos, que possuíam muita influência na vida social da colônia, algo típico no século XVII. As irmandades foram responsáveis por iniciativas de construções religiosas que contribuíram para a instalação efetiva do catolicismo. Além disso, as associações se vinculavam a outras atividades como a organização de festas religiosas e rituais litúrgicos e a funções assistenciais. Consoante Campos e Oliveira, “a vida social das vilas da região das minas era regulada pela movimentação constante das irmandades, em seus rituais, festas e procissões” (2010, págs.48-49).

Podemos vislumbrar no excerto a seguir apresentado pelas autoras (2010, págs.43-44, grifo nosso) o relato de uma procissão solene realizada na ocasião da reabertura da Matriz do Pilar, em Vila Rica, no ano de 1734, com a participação de diversas irmandades. A citação descreve o momento do cortejo que compunha parte dos festejos religiosos. Ao longo do texto, encontramos entre as descrições das irmandades aquelas cujos santos e padroeiros mencionamos anteriormente devido à relação devocional da comunidade de Bento Rodrigues. Esse vínculo devocional, possivelmente, guarda estreitas relações com a época colonial, constituindo laços de devoção que subsistiram à passagem do tempo e das gerações.

Seguiam-se logo depois varias Irmandades guiadas de suas cruces de prata com mangas de custosas sedas de ouro, e prata, cobertas dos seus Juizes com varas de prata; as quais em andores de precioso ornato conduziam os Santos seus Padroeiros: em tudo se via nelas uma ordem, e asseio competente à gravidade de tão solene ato. [...]

Seguia-se a Irmandade da *Senhora do Rosário* dos Pretos, numerosa de muitos irmãos, todos com opas de seda branca. No meio dele iam três andores: o primeiro de Santo Antônio de Calatagirona; o segundo de *São Benedito*; o terceiro da *Senhora do Rosário*; nas imagens era muito vistoso o ornato em seda de ouro, e prata; e em varias, e custosas peças de ouro, e diamantes: nos andores em sedas; galões, e franjas de outro; e variedade, e galantaria de diferentes flores de diversas matérias, e alternadas cores. Seguia-se a esta a Irmandade de *Santo Antônio de Lisboa* de muitos Irmãos; quase todos sobre diversas, e preciosas galas vestiam opas de chamalote branco [...] Seguia-se a Irmandade da *Senhora do Rosário*, intitulada a do Terço dos Brancos, abundantíssima de Irmãos; todos geralmente sobre galas com opas de nobreza branca. No meio se via a Senhora com manto de tela branca, sobre

um andor de talha dourada com muita miudeza; rematada com muitos, e bem figurados Serafins, que sustentavam o Trono da Senhora (TRIUNFO,1734 apud AVILA, 2006, págs.266-282).

Além das festas religiosas, durante todos os dias do ano era rezado, às 18h na capela de São Bento, o Terço do Santíssimo. Segundo Francisco, cerca de doze a quinze pessoas participavam do grupo de orações e era muito raro faltarem, excetuados os casos como viagens e doenças.

#### *2.4.1.1. Capela de Nossa Senhora das Mercês e capela de São Bento*

Com povoamento antigo e devido ao seu histórico de ocupação, assim como a sua cidade sede Mariana, Bento Rodrigues possuía uma série de bens culturais não reconhecidos oficialmente que remetiam ao período do ciclo do ouro e que potencialmente também representariam em razão de seus atributos – uma vez que coadunam com aquilo que o espaço institucional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>43</sup>, elegeu para atuar sobre o patrimônio: o século XVIII –, importante valor histórico e cultural para a região. Entre esses bens se encontravam edificações coloniais, como casas e estabelecimentos comerciais – dentre os quais o famoso Bar da Sandra –, muro em pedra seca, a capela de Nossa Senhora das Mercês e a capela de São Bento, bens móveis e integrados que constituíam um acervo sacro ímpar. A importância e significado destes bens residem não apenas em seus valores estéticos e documentais relacionados às características arquitetônicas e ao testemunho material da história mineira. Sobretudo, conforme veremos em subseção seguinte, residem

---

<sup>43</sup> Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN) em 1937, a questão da nacionalidade, já presente no modernismo brasileiro, é retomada como política de Estado durante a Era Vargas. Através da instituição e da legislação destinada à proteção dos bens culturais (Decreto-Lei n.º 25/1937), a salvaguarda é pautada no patrimônio material, sobretudo a partir de uma valorização da arquitetura colonial, como é o caso que observamos nos bens protegidos em Mariana e, por extensão, pode ser verificado nas demais cidades coloniais do país, mas, especialmente nas cidades de Minas Gerais. Segundo Gonçalves (1996, p.69): “Durante o período que se estende de 1937 a 1979, a maioria dos monumentos e obras de arte tombados como “patrimônio cultural” era considerada como representativa do barroco brasileiro. Desde os anos trinta, o barroco tem sido oficialmente usado como um signo totêmico da expressão estética da identidade nacional brasileira. Outros estilos, como o neoclassicismo, foram colocados de lado. Nos anos vinte, o barroco foi “redescoberto” por intelectuais “modernistas” em busca de uma arte e uma cultura brasileira autêntica. Historiadores do “movimento modernista” no Brasil usualmente referem-se à viagem cultural realizada por Mário de Andrade e outros intelectuais ao estado de Minas Gerais para visitar o que veio mais tarde a ser conhecido como “as cidades históricas de Minas” (AMARAL, 1970). A viagem era parte do esforço de intelectuais modernistas no sentido de “redescobrir” o Brasil. A paisagem e a arquitetura barroca das antigas cidades coloniais mineiras desempenharam um importante papel na obra de poetas e artistas brasileiros. Elas eram usadas como temas para a produção de uma autêntica arte brasileira. Cidades, casas e igrejas coloniais barrocas eram consideradas como signos de um Brasil original e esquecido, um exemplo de vitalidade e originalidade cultural. Após a famosa viagem dos modernistas, em 1924, as cidades coloniais mineiras tornaram-se, progressivamente, um foco de atenção nacionalista”.

nos referenciais sociais e de memória da comunidade de Bento Rodrigues que neles se encerram.

Apesar de pequeno, o subdistrito de Bento Rodrigues oferecia à apreciação de seus moradores e visitantes um vasto acervo cultural. Entre esses bens se encontravam as capelas de São Bento e de Nossa Senhora das Mercês, chamadas pelos moradores de “igrejas”. Ambas as construções traziam em si a simplicidade das edificações religiosas coloniais que havia na região, apresentando em sua arquitetura características tradicionais de capelas setecentistas e oitocentistas cujas “raízes remontam às construções populares de ermidas e capelas das aldeias portuguesas [...] que forneceram um grande número de imigrantes ao povoamento inicial de Minas Gerais” (CAMPOS; OLIVEIRA, 2010, p.63).

A capela de São Bento foi a primeira construída em Bento Rodrigues e sua construção data de 1718. Segundo relatos de moradores da comunidade, a capela sofreu um incêndio no ano de 1849 que destruiu boa parte da edificação. Por esse motivo, as peças foram levadas para a capela de Nossa Senhora das Mercês. Após o episódio, a capela de São Bento foi reconstruída e passou por quatro reformas, sendo três destas realizadas na década de 1960 e a outra no ano de 2003 (SAMARCO, 2013, p.3).

Segundo os mais antigos, a igreja de São Bento era uma igreja matriz, com suas torres e que um dia caiu um raio provocando um incêndio e a danificando quase toda, foi naquele período que construiu-se outra igreja sem as torres onde ficava localizada a sacristia da matriz, assim contava Dona Dercira, moradora de Bento, mãe de Sr. Filomeno (CAMPOS, 2016, p.15).

A capela de Nossa Senhora das Mercês foi construída entre os anos de 1750 e 1815, mas não se sabe precisar quando exatamente. O período estimado se baseia em registros contidos no livro de recibo de sermões, missas e serviços de capelães à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (CASTRIOTA; FREITAS, 2017, p.6).

Para além dos bens culturais consagrados e classificados pelo Estado, ampliaremos a compreensão da categoria patrimônio, sobrepujando o seu reconhecimento formal, articulando-a de forma a contemplar elementos que fazem parte da história de vida das pessoas e que podem ser certamente entendidos como patrimônios na medida em que possuem ressonância e respaldo junto à população, realizando mediações sensíveis importantes entre o passado e o presente, na esteira do proposto por José Reginaldo Gonçalves (2005).

Em sua acepção original, o vocábulo patrimônio designa os bens que descendem de herança familiar. Por extensão, em uma “transferência metafórica” (CHOAY, 2011), nas

sociedades nacionais modernas, patrimônio designa herança memorialística vinculada aos bens culturais, em suas dimensões materiais e imateriais. O patrimônio é qualificado de acordo com a sua inserção na temporalidade, como histórico ou contemporâneo, e de acordo com as suas diversas categorias: arquitetônico, arqueológico, imaterial, paisagístico, urbano. Segundo os usos sociais e simbólicos, enfatizando a dimensão cultural que o vocábulo pode assumir, o patrimônio denota a riqueza das experiências, das vivências, dos valores e das referências, dos modos de criar, fazer e viver, enfim, que conformam a identidade de grupos sociais distintos.

Uma conceituação mais abrangente de patrimônio é oportuna sobretudo se considerarmos que a localidade de Bento Rodrigues e seus bens culturais se tornaram objetos de atenção, de pesquisa e de interesse após o rompimento da barragem de Fundão e que parte expressiva destes bens não gozavam de amparo e proteção legais. Neste ponto, observamos o valor e a relevância do patrimônio para o próprio grupo atingido que, a despeito da ausência da proteção das legislações agenciadoras do patrimônio cultural e da diversidade que ele encerra, durante anos foram os próprios gestores daqueles bens. Assim, à ausência de disposições legais sobre os bens culturais<sup>44</sup> confrontaram-se práticas concretas de preservação por parte dos próprios moradores. Conforme me relatou Eduardo, autor do livro de memórias de Bento Rodrigues mencionado anteriormente, o Bispo se espantou diante do acervo da capela de São Bento, o qual desconhecia e lhe foi apresentado por meio de um inventário. Em sua fala, Eduardo pontua que a gestão, por assim dizer, das peças sacras era realizada pela comunidade, sublinhando que o patrimônio pertence à comunidade, “ao povo”.

Nem o Bispo direito sabia o que tinha lá na igreja de São Bento. Seu Filomeno fala que quando ele chegou com a lista do que tinha lá, das imagens, do acervo total, o Bispo: "Ah! Tinha tudo isso?". Porque eles vêm de fora, né? Quem toma conta mesmo é a comunidade. Que na verdade a igreja ela é... Ela não é dona, ela é a guardiã. E o patrimônio é do povo [...] Quando eles viram as fotos, o Bispo viu as fotos das peças que tinha lá, segundo o Seu Filomeno, ele assustou. Ele não esperava aquilo (Eduardo, 47 anos).

---

<sup>44</sup> Conforme mencionado anteriormente, havia na comunidade bens culturais passíveis de reconhecimento e proteção, sobretudo se considerada sua natureza estética e arquitetônica, participantes da história do ciclo do ouro da região, as quais inspiraram e nortearam a salvaguarda de diversos bens nos primeiros anos do SPHAN. Conforme pontua Gonçalves (1996, p.69): “O uso do “barroco” nas várias identificações do Brasil tem funcionado, desde os anos trinta, como uma espécie de sinal totêmico da identidade cultural brasileira expressa”. E ainda pontua: “De 1937 em diante, após a criação do SPHAN, as “cidades históricas de Minas” tornaram-se um importante centro do chamado “turismo cultural”. Em seu conjunto, essa área é considerada como a mais importante concentração de arte e arquitetura barroca da América do Sul” (ibid., p.70-71).

A mesma postura de deferência e de cuidado na manutenção do patrimônio pela comunidade pode ser verificada no depoimento de Maria, atingida de Bento Rodrigues. Em seu depoimento, Maria diz que “as igrejas do Bento eram ruins”, pois as construções religiosas, tanto a dedicada a São Bento quanto à Nossa Senhora das Mercês, tipologicamente eram capelas e não uma matriz<sup>45</sup>, ligando esse fato ao desinteresse pela conservação por parte dos órgãos patrimoniais, assinalando que a conservação era realizada, então, pela comunidade, destacando a atuação de Filomeno nesse sentido.

As igrejas do Bento eram ruins... Elas... Uma capela, não era uma matriz, né? Então aquelas igreja elas eram conservadas... Era Filomeno na frente e todo o pessoal do lugar. A igreja precisava de uma pintura? Todo mundo dava esmola e pintava. Precisava de arrumar um telhado? Era assim. A igreja lá vivia do povo. Não era... Agora diz que tombou a igreja. Agora não sei como que vai ser... Porque agora é o patrimônio que mexe, né? E o patrimônio tem tanta igreja para mexer, né? É... Lá não era não. Era o povo, era o povo. E não era assim, tirava esmola de dízimo não. O pessoal juntava e contribuía. Gastou tanto, cada um dava um tanto. Era assim. E as igrejas eram assim, muito... Muito arrumadinhas, sabe? Toda conservada (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Ambos os depoimentos, tanto o de Eduardo quanto o de Maria, revelam que a importância pela comunidade não era dada pelo valor intrínseco desses bens ou pela sugestão de que estes encerrem valores em si próprios por participarem da história colonial da região, mas por sua ressonância junto à comunidade de Bento Rodrigues. Sua importância, conforme observado ao longo da pesquisa, advém do fato de que esses bens se constituem como referências à identidade e à memória da comunidade. Dito de forma mais clara, esses bens são reconhecidos e participam da dinâmica de atribuição de sentidos pela própria comunidade que os detém.

Na esteira de pensamento de que os bens culturais não possuem valores intrínsecos em si, independentes de qualquer ressonância (GONÇALVES, 2005), legitimação e respaldo popular, e se caracterizam como bens culturais justamente por se ligarem às práticas e domínios da vida social que constituem importantes elementos da identidade de um grupo, Yussef Daibert Salomão de Campos pontua que:

É preciso que se proteja o patrimônio cultural não com imposições verticais, de cima para baixo; é necessário que se vincule a população envolvida com o patrimônio, já que a identidade é inerente ao grupo produtor de determinado saber; é ele que se expressa de determinada forma; é no ambiente desse grupo que se celebra algo; ou é

---

<sup>45</sup> Ao contrário das modestas capelas, construídas em maioria no início do povoamento da região, a construção de igrejas matrizes, construções religiosas de grande dimensão, teve lugar entre os anos de 1733 e 1748, no período correspondente ao ápice da economia do ouro, materializado em suas ricas ornamentações por meio da exuberância de sua arquitetura religiosa (CAMPOS; OLIVEIRA, 2010).

esse grupo que se apropria de determinado lugar como símbolo de sua cultura (CAMPOS, 2013, p.70).

As capelas de São Bento e de Nossa Senhora das Mercês acolheram momentos diversos da vida em comunidade, constituíam-se como um importante espaço de sociabilidade. Além das missas, as capelas oficiaram batizados, catequeses, casamentos, bodas, novenas, velórios, funerais e serviram a outras solenidades e ocupações, e se constituíam enquanto verdadeiros locais de referência, encontro e reunião da comunidade. A capela de São Bento, especialmente. Em função de sua localização central, a capela de São Bento fazia parte não apenas da vida religiosa dos moradores devido aos rituais e festividades que eram realizadas no local, mas de seus cotidianos. Por sua vez, a capela de Nossa Senhora das Mercês era frequentada, segundo os moradores, em ocasiões específicas, como velórios e funerais<sup>46</sup> e durante as festividades em comemoração ao mês de Maria e no dia de Nossa Senhora das Mercês.

#### 2.4.2. ... E evangélicos

Imagens de velas, santos, cruzeiros, foguetes, altares enfeitados, festas, cortejos, procissões e seus andores ricamente ornamentados com flores dão o tom dos depoimentos colhidos ao longo da pesquisa de campo. Em uma primeira leitura, essa vinculação pode ser apontada, em grande medida, como resultado do processo de ocupação da região, cujas raízes remontam ao período colonial. Entretanto, apesar do culto católico estar intimamente ligado às origens de Bento Rodrigues e muitas celebrações ainda serem realizadas seguindo suas crenças e práticas tradicionais, o catolicismo não é a única fé presente na comunidade.

Comunidade de fortes vínculos religiosos, no subdistrito havia duas igrejas de orientação evangélica, uma igreja batista e a Assembleia de Deus. A instituição do culto evangélico no subdistrito foi vivenciada de perto por Antônio.

Antônio, 75 anos, nasceu em Barão de Cocais (MG) e no ano de 1970 se mudou para Bento Rodrigues, onde se casou com a sua esposa, natural do subdistrito. Em Bento, Antônio constituiu família, criou seus filhos e viu a religião evangélica crescer.

---

<sup>46</sup> De acordo com Pereira (2017), o cemitério próximo à capela de São Bento foi desativado em razão do solo impróprio para realização de sepultamentos. De característica muito rochosa, o solo não absorvia a matéria orgânica depositada, resultando em odor nas adjacências e imediações da capela. Sendo assim, a comunidade de Bento Rodrigues passou a utilizar o cemitério da capela de Nossa Senhora das Mercês.

Antes de sua conversão, Antônio tocava acordeão, viola e violão em bares, bailes, festas religiosas e serenatas de Bento Rodrigues e de outras cidades da região durante os finais de semana. Nesse período, segundo Antônio, sua vida como músico nos bailes da vida era regrada por vícios, como a bebida e o fumo. Sentindo “o peso da idade” com o passar dos anos e a incompatibilidade de sua forma de levar a vida com aquilo que assinala ser a postura de um “pai de família”, Antônio procurou um pastor para se aconselhar. Cansado de viver como um “meio homem” e de “fazer as vontades do inimigo de Deus”, prenhe do desejo de mudar a sua vida, Antônio se converte então à religião evangélica na década de 1980. Em seu depoimento, Antônio assinala a mudança de sua conduta e o efeito libertador da fé de seus vícios sem que houvesse esforço necessário para dominá-los:

E foi assim, foi a mesma coisa que você jogar uma água no fogo, nunca mais... Acabou de uma vez... Não fiz assim esforço nenhum, nenhum pra mim parar [...] a vontade acabou tudo... De fumar e beber, de sair para tocar pros bailes. A minha vontade transformou ela assim... A vontade para ir pra igreja evangélica e na hora que desse a oportunidade pra cantar, eu ia cantar. Eu ia fazer o acompanhamento dos conjuntos. Eu fazia o acompanhamento de todos os conjuntos: Círculo Girassol, conjunto de jovens, adolescentes, criança. E lá vou nessa rotina. (Antônio, 75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

O templo evangélico, uma das construções que resistiu à passagem dos rejeitos, foi construído no terreno doado por Antônio que, após a sua conversão, cedeu uma de suas duas propriedades para erguer a edificação religiosa e “ficar mais perto” do templo, localizado a cinco passos de sua casa, conforme disse. Apesar de a fé desfrutar de um número significativo de devotos, segundo Antônio, antes da doação não havia igreja evangélica em Bento Rodrigues, e o concunhado de Antônio, que pertencia à igreja Assembleia de Deus, congregava na casa dos próprios moradores. Nas ocasiões em que conjuntos evangélicos de outras localidades tocavam em Bento, Antônio era convidado para fazer o acompanhamento dos hinos evangélicos, o que contribuiu para a sua aproximação com a fé evangélica.

Convertido, Antônio passou a tocar estritamente na congregação religiosa, acompanhando os hinos evangélicos, quer fosse no subdistrito, quer fosse na sede da Assembleia de Deus no município de Santa Bárbara. Com a sua experiência como músico, Antônio ofertou aulas de violão e ensinou muitas pessoas em Bento a tocarem o instrumento, sobretudo os fiéis da igreja.

De acordo com Antônio, a relação existente entre católicos e evangélicos em Bento Rodrigues era boa e havia muito respeito entre os fiéis, sendo comum a realização de cultos em casas de devotos católicos. Para ele, a religião unia a todos da comunidade.

A aspiração pela transformação no cenário habitual de sua vida, marcada por um comportamento desregrado, de acordo com o pontuado por Antônio, atinge efeitos práticos mediante a conversão e adoção de uma nova perspectiva religiosa. Para ele, a disciplina religiosa remodelou seu comportamento e promoveu sua restauração moral. Em sua fala, Antônio deixa antever a importância da igreja evangélica como estrutura de apoio para a mudança de seu comportamento ao comentar como era sua vida em um momento anterior à conversão, sublinhando a relação entre o catolicismo e o consumo de bebidas alcoólicas no Bar da Sandra:

Eu tocava no coral da igreja... igreja evangélica... Não, evangélica não, é católica, né? Toquei lá primeiro nisso. Toquei lá 14 anos no Coral... Violão. 14 anos... Na igreja católica, né? 14 anos. Quando terminava lá, sentava lá perto do Bar da Sandra lá. Ô, mas eu saía de lá era tarde mesmo! Cantando, tocando... Todo mundo lá... E vinha, por exemplo, chegava em casa já, já bem tonto já... Bebendo... Ô, vida ruim sô! Você pensa bem, o catolicismo tinha essa desvantagem. A gente tá tocando lá a gente bebe pra lá, pra cá. Quando a gente sai de lá a gente... Não, não tem aquele ditado?: “Sai tocando porco de tão tonto” [risos] (Antônio, 75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Diante do exposto neste capítulo, observamos que a vida social de Bento Rodrigues se apresentava em função da união e da religiosidade, organicamente entrelaçadas, exprimindo uma sociabilidade cujos vínculos são fortemente ligados à fé. A religião é uma componente básica da estrutura social da comunidade de Bento Rodrigues e se configura como um dos principais espaços de manifestação de sociabilidade, sendo por meio da religião que parece haver-se configurado os laços comunitários fundamentais de uma comunidade voltada para a fé – quer os católicos em suas missas e festividades religiosas, quer os evangélicos em seus cultos e encontros dominicais.



### 3. A VIDA EM MARIANA

#### 3.1. O MAIOR CRIME SOCIOAMBIENTAL DO BRASIL E A INSTALAÇÃO DE UM CONTEXTO DE DESASTRE NO COTIDIANO DOS ATINGIDOS DE BENTO RODRIGUES

Na tarde do dia 05 de novembro de 2015, às 15h45, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, situada no Complexo Industrial de Germano, localizado na Bacia do rio Gualaxo do Norte, afluente do rio do Carmo, que por sua vez é afluente do rio Doce. O colapso da estrutura liberou cerca de 40 metros cúbicos de rejeitos<sup>47</sup> que se misturaram à água contida na barragem de Santarém, incorporando-a aos rejeitos já lá existentes, transbordando e resultando naquela que ficou conhecida como “onda de lama” que devastou a comunidade de Bento Rodrigues, localizada à jusante da barragem. Após passar pelo subdistrito, os rejeitos alcançaram em seu trajeto o rio Gualaxo do Norte até desaguar no rio do Carmo, atingindo diretamente várias localidades rurais, entre distritos e subdistritos, como as comunidades de Paracatu de Baixo, Camargos, Águas Claras, Pedras, Ponte do Gama, Gesteira, e os municípios de Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. No trajeto compreendido entre o ponto de ruptura da barragem e a foz do rio do Carmo no rio Doce, a lama extrapolou a calha dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce e o seu principal efeito destrutivo tange às comunidades lindeiras aos cursos de água. Ao atingir o rio Doce no dia seguinte ao rompimento, os rejeitos chegaram à Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, conhecida como Usina de Candonga, onde parte dos rejeitos ficou contida no barramento e na área do reservatório da Usina. Essa contenção na UHE de Candonga desempenhou papel disciplinador sobre os rejeitos de onde a lama passou a correr praticamente apenas na calha central do rio até a sua foz, em Regência, distrito do município de Linhares no estado do Espírito Santo.

Como se pode notar, então, a pluma formada pela água e pelos rejeitos não ficou restrita apenas ao estado de Minas Gerais, tendo continuado seu fluxo pelo rio Doce em direção ao Oceano Atlântico, exercendo impactos sobre manguezais e o ambiente estuarino ao

---

<sup>47</sup> Para um melhor entendimento e dimensionamento da magnitude do rompimento e seus impactos na dinâmica dos rios, na sociedade e no meio ambiente, cabe, em complemento às informações apresentadas, ilustrarmos com a seguinte passagem: “Caso fosse dividido, cada brasileiro receberia do trio Samarco/Vale/BHP Billiton, responsável pela tragédia, aproximadamente 450 quilos de rejeitos da mineração, que ficaram apenas nas costas da população de Bento Rodrigues e várias comunidades e cidades entre Minas Gerais e Espírito Santo que viraram, da noite para o dia, uma extensão do complexo minerador de Mariana” (ZONTA; TROCATE, 2015, p.7).

atingir sua foz em Regência (ES) no dia 21 de novembro de 2015, avançando sobre o oceano na direção norte e alcançando o litoral sul da Bahia.

O crime ambiental continua se processando na permanência de seu impacto, simbólico e material, na vida cotidiana das comunidades afetadas e vulneráveis em suas circunstâncias tecnológicas, econômicas, sociais e políticas. Conforme exposto na introdução desta dissertação, o rompimento da barragem de Fundão afetou profundamente a comunidade de Bento Rodrigues, fisicamente removida às pressas de seu território como consequência de um evento externo que lhes foi imposto, causando uma abrupta ruptura nos processos produtivos, culturais, econômicos e sociais de uma comunidade tradicional baseada em recursos compartilhados, organizações de associação e cooperativa, redes de apoio mútuo e laços baseados em parentesco, religião e outras instituições, desorganizando os meios e os modos de vida dessa população.

O evento crítico causou sérias perturbações nos padrões tradicionais da comunidade de Bento Rodrigues, transformando-os drasticamente e promovendo uma desorganização das relações sociais. Em virtude do rompimento da estrutura tradicional devido à passagem, imposta, do ambiente rural ao ambiente urbano, novas condições sociais e técnicas de vida se apresentaram e, da mesma forma, tão logo os problemas de adaptação ao meio e as transformações sociais relativas às novas condições materiais de existência.

O entorno material no qual a comunidade de Bento Rodrigues se encontrava localizada a absorvia, formando uma espécie orgânica de continuidade entre o grupo e o espaço (HALBWACHS, 1990). O espaço, nesse sentido, representava uma totalidade e em seus limites se circunscreviam as atividades cotidianas e as vidas dos integrantes daquela comunidade. A perturbação nesse meio provocou alterações sensíveis e irremediáveis na organização da vida social da comunidade, modificando a relação do grupo com o novo meio físico ao qual foram, após o rompimento da barragem de Fundão, condenados – a cidade de Mariana. Agora, na cidade, a adaptação do grupo não ocorre de forma imediata devido ao esfacelamento provocado por uma série de disrupturas nos processos normais da comunidade e ao estabelecimento de novas relações com o mundo externo. Dado o caráter disruptivo do evento crítico, viver na cidade de Mariana é fonte dos sentimentos de angústia e desnorтеio aos borbotões. Em Mariana surgem, constantemente, situações novas que contribuem para a intensificação desses sentimentos diante do evento crítico que irrompe no dia a dia dos atingidos e se desdobra em seus cotidianos evidenciando a crise social que se estabeleceu.

O desastre deve ser observado enquanto um processo contínuo que resiste ao seu encerramento, não como um evento que pertence à história, situado no passado e cujo término oficial se deu quando os milhões de metros cúbicos de rejeitos minerários e água foram lançados ao rio Doce, abrindo o caminho da destruição ao longo de seu leito e atingiram, finalmente, o mar pelo litoral do Espírito Santo.

Frente ao rompimento da barragem de Fundão, constantes violações de direitos ocorrem, e experiências de sofrimento relacionadas ao evento crítico são vividas diariamente pelos atingidos, sendo incorporada, assim, a memória viva do desastre ao cotidiano, trazendo o evento para o presente e atualizando-o continuamente.

Sob essa ótica, as transformações nos modos e meios de vida que se impuseram em face do rompimento da barragem de Fundão podem ser identificadas a partir também de uma série de violências que se estabeleceram e se estabelecem no cotidiano da comunidade de Bento Rodrigues desde os primeiros dias que se seguiram ao rompimento, como na ausência de comunicação clara com os atingidos sobre qual seria o seu destino. Em função disso, os atingidos viveram um longo período de angústia e incerteza nos hotéis e pousadas de Mariana durante os meses de novembro e dezembro de 2015; também na desconfiança, na discriminação, na hostilidade e no assédio diário vivido<sup>48</sup> pelos sujeitos por parte daqueles que residem na área urbana de Mariana, cidade que recebeu boa parte dos moradores de Bento Rodrigues e de outras comunidades impactadas pelo rompimento da barragem; no estigma de aproveitadores e culpados pelo grave momento econômico vivido pela região cuja parte expressiva da arrecadação<sup>49</sup> provinha da atividade mineradora da Samarco cujas atividades foram suspensas em virtude do rompimento da barragem, resultando no aumento do desemprego e em demissão em massa das subsidiárias; no constrangimento pelo qual as crianças atingidas de Bento Rodrigues passaram na escola municipal de Mariana onde foram alocadas em turmas com os alunos que já estudavam na instituição, entre os quais aqueles por quem elas eram chamadas de “pés de lama”<sup>50</sup> até a construção da Escola de Bento Rodrigues, inaugurada pela Prefeitura de Mariana e pela Fundação Renova no ano de 2017;

---

<sup>48</sup> Para mais informações, disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/03/politica/1478188722\\_606609.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/03/politica/1478188722_606609.html)>.

<sup>49</sup> Apesar do turismo em Mariana ser uma importante fonte de receita econômica, o principal gerador de receitas no município era a mineração; não apenas devido aos impostos arrecadados, como a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CEFEM), mas devido aos empregos diretos e indiretos que a atividade gera. Cerca de 90% de toda a arrecadação da cidade advinha de tributos ligados à mineração e os principais impostos que abastecem e compõem a receita do município têm sofrido drástico declínio (MARIANA, 2017, online). Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/4071/fique-por-dentro-e-entenda-a-drastica-queda-da-arrecadacao-municipal>>.

<sup>50</sup> Para mais informações, disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,desabrigados-pela-lama-enfrentam-preconceito-e-desconfianca-em-mariana,10000085277>>.

na inoperância da justiça no caso; na suspensão de processos criminais, ainda que temporária, e impunidade das mineradoras responsáveis pelo desastre; no descaso com a adequação das habitações para pessoas habituadas com a vida rural, que tiveram que passar a viver na cidade e se acostumar forçadamente à rotina urbana, mudando seus modos vida; na separação física e na distância que se estabeleceu entre os parentes, os antigos vizinhos e os grupos, enfim, constituintes da comunidade, que passaram a viver dispersos territorialmente em residências temporárias alugadas pela Samarco ou em residências de familiares em Mariana e região; nos obstáculos ao processo de reconhecimento e cadastramento dos atingidos (CONNECTAS, 2016; GESTA, 2016); no cerceamento<sup>51</sup> dos moradores em relação ao seu patrimônio sem acesso às suas próprias terras, interditadas em um primeiro momento pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) de Mariana por ser uma área considerada de alto risco dada a possibilidade de novos colapsos nas outras estruturas mantidas pela Samarco que foram afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, entre outros.

Podemos observar as restrições de acesso dos moradores ao seu patrimônio em uma passagem do livro “Uma Visão Sobre Bento Rodrigues” escrito por Eduardo, artista plástico e professor, que conviveu em Bento Rodrigues por mais de quinze anos em função do vínculo de parentesco com a família de sua esposa, Thaís. Eduardo iniciou a escrita do livro logo após o rompimento, em um momento traumático no qual as lembranças do antigo subdistrito estavam vivas e pulsando em sua memória, necessitando *transplantá-las* para o papel sob o risco, e o temor, de perdê-las, conforme me relatou pessoalmente. Em seu depoimento, Eduardo conta muitos “causos” e muitas histórias que, em suas próprias palavras, não foram vividas apenas por ele, mas por “muitas pessoas que ali viveram” (CAMPOS, 2016, p.8) não apenas em um momento anterior ao rompimento da barragem de Fundão, mas, inclusive, após a sua ocorrência. Eduardo pontua em seu livro diversas perdas e violações dos direitos dos moradores que foram verificadas pós-rompimento. Sobre a situação de cerceamento, escreve o autor:

Quanto ao Bento Rodrigues após tudo que aconteceu tornou-se um lugar intocável, foi todo cercado e os seus moradores impedidos de entrarem e quando ousavam a irem lá, tinham que dar satisfação aos vigias da SAMARCO, mesmo sem serem ressarcidos pelos prejuízos, e ainda sendo os verdadeiros donos do lugar (CAMPOS, 2016, p.54).

---

<sup>51</sup> Apenas em 04 de agosto de 2016, às vésperas de se completar nove meses do rompimento da barragem de Fundão, durante a Audiência de Instrução e Julgamento realizada nos autos da ACP 0400.16.001481-9, ocorre um ajuizamento no sentido de garantir o acesso seguro pela população às áreas degradadas e pelos órgãos públicos, sendo realizada a celebração de um acordo que dispõe sobre o acesso à localidade de Bento Rodrigues para visitação e garante aos atingidos livre acesso das 08 às 18 horas, nas quartas-feiras, aos sábados e domingos.

Posteriormente, no ano de 2016, esse cerceamento ocorreu devido à construção do dique S4 (Figura 3), que integra o sistema emergencial de retenção de sedimentos no Complexo Minerário de Germano e que alagou parte da área impactada em Bento Rodrigues, transformando a localidade que constituía a base material e cultural da existência da comunidade em uma área na qual o desastre não está notadamente manifesto e os espaços comuns de reprodução material e social da vida se encontram encobertos, contribuindo, assim, para “a diluição da memória do crime”, nas palavras de Antonio, atingido de Bento Rodrigues<sup>52</sup>.

Através do depoimento concedido no ano de 2017 por Antonio ao Jornal “A Sirene”, é possível observarmos como a construção do dique S4 é compreendida por ele como mais uma dentre tantas imposições que se caracterizam devido a ações que são realizadas sem a participação e o consentimento dos atingidos e tantas outras violações de direitos às quais são constantemente submetidos. Ao falar sobre a implantação do dique, Antônio pontua que o crime continua por meio destas violações e imposições que se processam à revelia dos atingidos:

Desde o rompimento da barragem ainda não conseguimos entender o quanto somos obrigados a aceitar por imposição tantas violações de direitos [...] A construção do dique S4, em Bento Rodrigues, é retrato da imposição a que fomos submetidos. Sua construção se deu através de um decreto estadual e sem o consentimento da comunidade. Pela cronologia dos fatos e as ações direcionadas para apagar nossa história, tais como criar condições para inviabilizar o acesso ao Bento ou então as alianças firmadas entre empresa e poder público que não levam em conta a nossa vontade, não me surpreenderia se o próximo passo de imposição fosse a demolição das casas que resistiram a lama, aos saques e aos abalos de máquinas e caminhões. Existe o receio de que se crie condições que favoreçam essa destruição, ou que se comprove uma necessidade através de novos laudos. Até quando isso vai continuar acontecendo? A Samarco ter uma fundação para cuidar do crime cometido, e o crime continuar? O mais cruel é querer a qualquer custo arrancar nossa raiz e acabar com a nossa dignidade. Estamos vulneráveis, mas lutaremos até o último suspiro para manter nossa história viva (A SIRENE, 2017, p.19, on-line)<sup>53</sup>.

Além disso, passados dois anos do rompimento da barragem de Fundão, muitos atingidos não tiveram os seus direitos reconhecidos (Figura 4) e lutam pela conquista de direitos básicos, como o acesso aos auxílios emergenciais. Essa situação é relatada em documento elaborado pelo MPMG, cujo intuito foi apresentar o balanço de atividades executadas em defesa dos atingidos de Mariana. Ao pontuar os principais desafios enfrentados

---

<sup>52</sup> O depoimento apresentado pode ser encontrado na íntegra através do link: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene\\_ed5\\_agosto\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed5_agosto_issuu)>.

<sup>53</sup> Id.: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_fevereiro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_fevereiro_issuu)>.

ao longo dos anos de 2015 e 2017 com relação à atuação da defensoria a favor de que as empresas cumpram os acordos e atendam às ordens de compensação e reparação de direitos dos atingidos, o documento assinala:

O primeiro desafio é a mudança na forma de atuação das empresas Samarco, Vale e BHP, juntamente com a Fundação Renova, posto que durante dois anos elas insistiram em medidas injustas e excludentes, provocando a constante intervenção do MPMG. O maior sintoma pode ser percebido pelas dezenas de famílias que não foram atendidas com os auxílios emergenciais, sendo que algumas ficaram quase dois anos sem nada receber das empresas e outras ainda dependerão de uma decisão judicial. Desse modo, o MPMG teve que intervir para garantir a essas famílias os auxílios necessários para resguardar a dignidade (MPMG, 2017, on-line)<sup>54</sup>.

**Figura 3** - Foto: Dique S4.

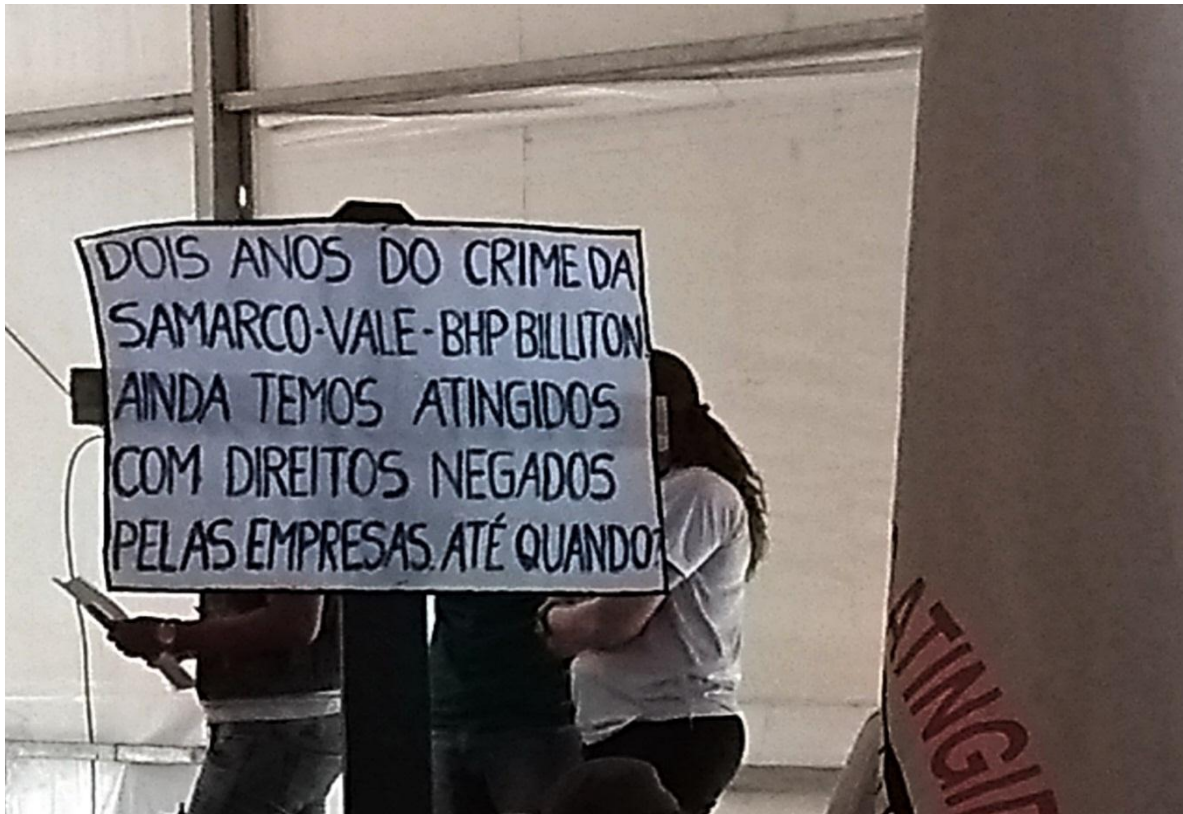


Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2017.

---

<sup>54</sup> Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA95F902195015F9177504E7BB8>>.

**Figura 4** - Foto: Cartaz.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2017.

A fala dos atingidos é permeada de referências à atualização e continuidade do desastre em seus cotidianos. Para além dos depoimentos encontrados em diversas fontes escritas, como aqueles apresentados anteriormente que constam em livros e jornais, somam-se a essas vozes outros depoimentos colhidos no período de realização do trabalho de campo desenvolvido nesta pesquisa, durante o qual também emergiram nos depoimentos falas a respeito dos desdobramentos e da continuidade do crime ambiental no cotidiano. Dentre eles, o depoimento de um dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, Papagaio, morador de Barra Longa, subdistrito de Mariana. O depoimento a seguir foi concedido em uma reunião da qual participaram os atingidos de Bento Rodrigues, de Paracatu de Baixo, de Barra Longa, a assessoria jornalística do Jornal “A Sirene”, pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora e assessores técnicos da Cáritas. Em sua fala, Papagaio demonstra como o rompimento da barragem de Fundão não ficou circunscrito à sua incidência no dia do ocorrido, mas pôs em marcha um evento que se caracteriza por um processo contínuo:

Isso para a gente que sofreu o rompimento da barragem e ainda está sofrendo, porque esse rompimento está em curso, né... Eu costumo dizer que a Samarco plantou desertificação, que é o deserto continuado... (Papagaio, atingido de Barra Longa).

Em face do apresentado, é possível compreendemos a atualização do desastre dia após dia e a definição de uma situação de crise através da morosidade das ações, medidas e movimentos necessários à compensação e reparação dos atingidos.

No presente capítulo e no seguinte, discutiremos o processo de reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues por meio da forma como os atingidos articulam o seu passado com o seu presente e o seu futuro em meio a um cotidiano marcado, desde os primeiros dias que se seguiram ao rompimento, por tantas violações, através da luta em favor da garantia de seus direitos.

Torna-se claro que o evento ainda está em curso e que existem impactos deste desastre atroz ocorrendo neste momento. Muitas das consequências a curto e médio prazo foram mensuradas e identificadas, assim como os seus responsáveis foram reconhecidos e tornaram-se réus em processos criminais. Entretanto, não conhecemos quais serão as extensões de suas consequências além daquelas imediatas e que ainda hoje permanecem no cotidiano dos atingidos. Sabemos apenas que essa situação afetou drasticamente um conjunto de condições, influências e interações nos meios físicos, bióticos e socioeconômicos ao longo da Bacia hidrográfica do rio Doce como resultado de um evento crítico que põe em perigo a preservação da vida, da saúde, da propriedade e do meio ambiente e que rompeu com os processos normais ao longo de seu curso. Assim, partimos da premissa de que é necessário situar o evento crítico dentro de uma cadeia de acontecimentos e incidentes que atuam no sentido de propagar o desastre, atualizando-o no cotidiano dos atingidos a partir das restrições, violações e violências que se desdobram em seu dia a dia, impedindo o restabelecimento mínimo de uma situação próxima à normalidade e, caracterizando dessa maneira, uma situação de crise social.

### 3.2. A ORGANIZAÇÃO COLETIVA E A UNIÃO EM TORNO DO DESEJO PELO REASSENTAMENTO COLETIVO DE BENTO RODRIGUES

O rompimento da barragem de Fundão alterou de forma drástica e irremediável a vida social de Bento Rodrigues, instalou o evento crítico no cotidiano dos atingidos e estabeleceu um campo minado por interesses econômicos, políticos e, inclusive, simbólicos - haja vista, a título de exemplo, a disputa pela narrativa do evento em torno em torno do emprego dos



termos “atingidos” e “impactados”<sup>55</sup>. De modo consequente, os agentes implicados neste evento crítico se encontravam, e ainda se encontram, em um terreno eivado por conflitos e disputas. É diante dessa conjuntura, logo nos primeiros dias que se seguiram ao rompimento da barragem de Fundão, que surge e se torna manifesto o desejo pelo reassentamento coletivo da comunidade de Bento Rodrigues recuperando ao máximo as características que havia originalmente no antigo subdistrito. O Jornal “O Tempo”, à época, registrou a fala de Francisco, atingido de Bento Rodrigues e um dos principais informantes desta pesquisa, sobre o anseio expresso pelo reassentamento coletivo conservando as características preexistentes em Bento Rodrigues, como a toponímia do lugar, a configuração espacial das casas e dos marcos simbólicos - a exemplo da praça que havia no subdistrito e que se configurava como ponto de encontro da comunidade. Na reportagem, Francisco assinala que ele e a comunidade desejam um reassentamento coletivo “do jeitinho que sempre foi, com o mesmo nome, o mesmo padroeiro. Com as casas na mesma disposição, os mesmos vizinhos. A pracinha que a gente se reunia no domingo” (2015, on-line)<sup>56</sup>.

Após o rompimento da barragem de Fundão, os atingidos foram abrigados, provisoriamente, em hotéis e pousadas da cidade de Mariana cujas custas diárias foram arcadas pela Samarco. O processo de saída das famílias dos hotéis e pousadas para casas alugadas pela empresa foi moroso, sendo realizado aos poucos, considerando prioritárias aquelas famílias que possuíam idosos, crianças e pessoas com deficiência em seu núcleo familiar, estendendo-se pelos meses de novembro e dezembro de 2015. Em entrevistas da época, é comum encontrar falas de atingidos sobre as incertezas com relação ao futuro em função da ausência de informação sobre a situação que se delineou após o rompimento e da comunicação precária que a Samarco estabelecia, a qual se furtou, não raro, a esclarecimentos acerca dos planos de ação que seriam adotados.

Não se sabia em que momento, em que lugar e de que maneira as famílias, abrigadas provisoriamente nos quartos dos hotéis e das pousadas, sairiam daquela condição liminar, conforme podemos observar nos depoimentos abaixo publicados pela Agência Brasil (2015,

---

<sup>55</sup> A respeito dessa discussão, Cf. SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens: direitos humanos e cidadania. In: Direito & Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 11, 2015, p. 113-140; A SIRENE. As Contradições da Renova. A Sirene, Mariana, abr./2018. Disponível em: <<http://jornalasilrene.com.br/especial-as-contradicoes-da-renova>>; PATARO, Bianca. O tempo suspenso na reconstrução do passado: o desafio da reparação após o desastre em Mariana. Folha de São Paulo, São Paulo, jul./2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/07/bianca-pataro-o-tempo-suspenso-na-reconstrucao-do-passado.shtml>>.

<sup>56</sup> O depoimento apresentado pode ser encontrado no link: <<https://www.otempo.com.br/pampulha/reportagem/e-agora-bento-1.1174538>>.

on-line)<sup>57</sup> no mês de dezembro. O incômodo e a insatisfação dos atingidos com aquela situação de indefinição tornam-se patentes:

Dentro de hotel, não aguento ficar. Venho sentar aqui fora, papear. Perdemos muita memória e muita lembrança e isso ninguém consegue dar de volta. É por isso que queremos uma nova vila, longe da cidade, como era antes. Só assim pra conseguir recomeçar a vida (Paulo, atingido de Bento Rodrigues).

Há mais coisa lá em cima. E se essa barragem também se romper? Não quero voltar pra lá. Quero uma vida nova, num lugar diferente, mas fora do centro urbano. Já viajei muito, já fiquei em muito hotel, mas meu lugar não é aqui nessa pousada. É lá. Era lá. Agora não sei mais (José, atingido de Bento Rodrigues).

A saudade é demais. É o que mais incomoda a gente. Não ter pra onde voltar é muito ruim (Edna, atingida de Bento Rodrigues).

O discurso do reassentamento coletivo da comunidade de Bento Rodrigues floresceu no mês de novembro, ainda no Hotel Providência, situado na sede de Mariana, que abrigou parte dos atingidos após o rompimento da barragem de Fundão em pleno contexto de incerteza, em um momento de indefinição em que os atingidos se encontravam desabrigados e sem informações consideráveis e precisas sobre qual seria o seu destino. Diante desse cenário, a iniciativa de mobilização da comunidade de Bento Rodrigues partiu de Francisco, na condição de presidente da Associação dos Moradores de Bento Rodrigues. Sobre o início desse movimento de reunir os moradores, em entrevista, Francisco me relata:

Desde os primeiros dias a gente conversava com a comunidade. E... Eu, como presidente da Associação, a gente fez a reunião, a assembleia, nós ainda não tava de casa alugada. A gente tava no Hotel Providência ainda... Parece que 138 pessoas tavam no Hotel Providência e a gente reuniu a comunidade toda e decidimos por isso. Que a gente quer uma semelhança muito próxima (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

No contexto do rompimento da barragem de Fundão, os atingidos de localidades próximas, como os da comunidade de Paracatu de Baixo, foram organizados coletivamente por meio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimento social que se estabeleceu em toda a região desde o primeiro dia do ocorrido, promovendo reuniões com as populações atingidas e lideranças da região – como padres, lideranças sindicais e ambientais – além de atuar na realização de diversos mutirões nas comunidades. A penetração do MAB ocorreu de formas distintas nas áreas atingidas. Em Bento Rodrigues houve um distanciamento e a participação política da comunidade não se deu junto ao movimento social.

---

<sup>57</sup> Os depoimentos apresentados podem ser encontrados no link: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/tragedia-em-mg-sobreviventes-falam-do-futuro-e-querem-reerguer-comunidade>>.

A participação dos atingidos de Bento Rodrigues, organizados coletivamente em um primeiro momento a partir do Hotel Providência, colocou-se como forma de enfrentamento às violências do cotidiano e de atuação em defesa da garantia de seus direitos. Essa organização coletiva da comunidade ganhou força, de fato, no dia 28 de novembro quando ocorreu a formação das Comissões de Representantes dos Atingidos em assembleia realizada sob a coordenação do MPMG, possibilitando a ação coletiva mais forte na reivindicação dos direitos da comunidade através da nomeação de representantes comunitários, tornando mais efetivo o acompanhamento dos processos e a disseminação de informações para os atingidos. Nesse cenário, o MAB não foi visto pela comunidade de Bento Rodrigues como uma organização possível para a resistência e luta comunitárias na garantia e na (re)conquista de seus direitos.

De forma mais detalhada, Francisco conta sobre a sua resistência ao MAB, que vem de antes do rompimento da barragem de Fundão, de um caso no qual o movimento social teria atuado:

Tem MAB no meio... Eu não concordo com o MAB porque o MAB exige muita indenização demasiada [...] Eu não gosto do MAB, muita gente não gosta. Pessoal de Paracatu, muita gente não gosta porque o MAB... Eu já participei de caso quando rompeu uma barreira em Itabirito [...] Eu participei lá como operador de máquina nos resgates lá de coisas, descobrir objetos, e o MAB entrou no meio dando direito a torto e a direito. E o que é que a empresa fez? Faliu. Até hoje ninguém recebeu. Essa aqui ainda não faliu por causa do MAB porque ela não pode falir. Elas são privadas: Vale, BHP e Samarco. Por isso ainda não aconteceu isso. Itabirito aconteceu. Era uma empresa só, não era tão grande. Faliu, está lá minerando a mesma coisa, com outro nome, sem indenizar ninguém (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

A despeito de participar de reuniões com os atingidos, serem respeitados por muitos da comunidade e vistos, inclusive, por alguns como aliados na luta coletiva, o movimento social não conseguiu lograr êxito nas aproximações que tentou realizar, ao longo dos meses e dos anos que se seguiram ao ocorrido, junto aos atingidos de Bento Rodrigues, que optaram por continuar fora dessa forma de organização. À tentativa de incorporação do MAB ao quadro de organização da Cáritas Regional de Minas Gerais, assessoria técnica contratada<sup>58</sup> para assistir os atingidos, a comunidade se mostrou, novamente, relutante:

---

<sup>58</sup> Em outubro de 2017, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e as empresas Samarco S.A., Vale S.A. e BHP Billiton celebraram acordo para que a assessoria técnica dos atingidos fosse coordenada pela Cáritas Regional de Minas Gerais. A assessoria técnica é independente e atua no sentido de contribuir para que a comunidade de Bento Rodrigues tenha participação efetiva no processo de compensação e reparação de seus direitos.

MAB é igual sarna, direto. Tem uma tal de Letícia aí, ela queria até pegar a coordenação da Cáritas. Aí nós chamamos o Promotor e falamos: “Ou ela ou nós”. 4 da Comissão: “Se ela entrar, nós saímos. O senhor prefere quem?”. “Não, vocês têm que ficar”. “Então o senhor dá cinco dias”. Eles já tinham contratado ela. Aí depois ela mandou uma carta para nós da Comissão desistindo do projeto... Do processo dela. Querer, nós não queremos. Vai atrapalhar, tenho certeza que vai. Absoluta (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

O movimento eclesial, representado pela Igreja Católica em Mariana, exerceu um importante papel na organização dos atingidos de Bento Rodrigues. Tanto os padres ligados à Arquidiocese de Mariana quanto os párocos ligados à Paróquia de Bento Rodrigues assumiram uma postura de defesa em favor dos atingidos e assistiram a comunidade. O movimento eclesial atuou, entre outros momentos, na celebração de missas e procissões. Participei de um desses momentos religiosos da comunidade no subdistrito de Bento Rodrigues, na ocasião de dois anos do rompimento da barragem de Fundão. A celebração contou com atingidos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e de outras localidades atingidas, assim como militantes do MAB, membros da sociedade civil e ampla cobertura da imprensa jornalística. Na ocasião, o padre durante a pregação realizou críticas ao sistema econômico vigente cuja economia se encontra baseada no lucro, na desigualdade e exclusão sociais e que coloca em seu centro o dinheiro e não a pessoa; enfatizou também os valores de solidariedade e de união, convocando os moradores ao enfrentamento das empresas envolvidas na tragédia e à luta em favor da garantia de seus direitos. Esse movimento em defesa dos atingidos, com teor político e religioso, foi realizado por autoridades eclesiásticas em outras várias localidades atingidas pelo crime ambiental, conforme pode ser visualizado abaixo na “Declaração dos Bispos das Dioceses da Bacia Hidrográfica do Rio Doce” (Figura 5), documento assinado por Bispos de Dioceses da Bacia do Rio Doce, de Minas Gerais e do Espírito Santo, entregue durante a realização da celebração da missa de dois anos do rompimento da barragem de Fundão, em 05 de novembro de 2015. É frisado no documento:

Apoiem os atingidos pela tragédia do rompimento da barragem de Fundão para que tenham seus direitos respeitados, sua dignidade reconhecida, seus bens ressarcidos e seu protagonismo considerado na busca de soluções que atendam a seus legítimos interesses. Estimulem os que lutam em defesa da “casa comum” para que não desanimem diante dos obstáculos e da prepotência dos grandes poderosos. Ajudem a salvar o Rio Doce, com tudo o que ele significa para tanta gente em Minas Gerais e no Espírito Santo. Perseverem na luta a favor da vida e da esperança, na certeza de que “a paz é fruto da justiça” (Isaías, 32, 17). (Declaração dos Bispos das Dioceses da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, 2017).

Figura 5 - Documento: Declaração dos Bispos.

## **Declaração dos Bispos das Dioceses da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**

No dia 5 de novembro de 2015, as populações da Bacia do Rio Doce foram brutalmente atingidas pelo maior desastre socioambiental do Brasil, com o rompimento da barragem de Fundão, das mineradoras Samarco-Vale-BHP Billiton, no distrito de Bento Rodrigues, município de Mariana-MG. A lama tóxica destruiu comunidades, ceifou vidas, desalojou populações inteiras, devastou o meio ambiente, atingiu o Rio Doce e chegou ao Oceano Atlântico, jogando na incerteza e na insegurança milhares de pessoas.

Como pastores do Povo de Deus, atentos aos "sinais dos tempos" e fiéis à nossa missão evangelizadora, queremos dirigir nossa palavra e nos solidarizar com os atingidos pela lama tóxica que provocou um prejuízo incalculável, que engloba aspectos ambientais, sociais e econômicos, envolve a vida de grande parte da população estabelecida nesta bacia hidrográfica e ultrapassa as localidades situadas às margens do Rio Doce.

### **Esperar contra toda esperança (Rm 4,18)**

Nas localidades atingidas, a lama de rejeitos de minério afetou o sentimento de pertencimento de moradores, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, areeiros, artesãos, comerciantes, agricultores, pois muitos perderam casas, estilo de vida, memória, postos de trabalho, saúde, segurança e perspectiva de futuro. Mesmo em meio a tanto sofrimento, nós cristãos somos chamados a alimentar a chama da esperança.

Esse crime socioambiental, cujos efeitos repercutem na vida e nas atividades da população desta região, incide fortemente na história da Bacia do Rio Doce. Lamentamos que, passados dois anos, pouco foi feito, sobretudo por parte dos responsáveis, diante do muito que há por fazer. A atuação da Fundação Renova, criada pela Samarco, Vale e BHP Billiton, com o aval do Governo Federal e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tem sido insuficiente diante da magnitude das consequências incalculáveis dessa tragédia. Há promessas não cumpridas, o que gera desânimo e descrédito em muitas pessoas. Muitos atingidos não foram reconhecidos como tais, ficando sem receber a devida assistência da empresa responsável pelo rompimento da barragem. É preciso recordar que não se faz justiça sem respeito aos direitos e à dignidade da pessoa humana. Entretanto, até o presente, não houve punição aos culpados, nem pleno ressarcimento às populações atingidas, nem o devido reparo aos danos causados ao meio ambiente.

São conhecidos também outros casos de rompimentos de barragens de contenção de resíduos de minérios ocorridos em Minas Gerais: Itabirito (1986), São Sebastião das Águas Claras (2001), Mirai (2007), Itabirito (2014) e Mariana (2015). A dívida contraída pelas empresas responsáveis ainda não foi plenamente saldada e a atuação dos órgãos públicos não é satisfatória.

Apesar desse quadro sombrio, há pontos luminosos que brilham nos gestos de solidariedade de muitas pessoas e instituições públicas e privadas para minorar o sofrimento causado pelas duras consequências dessa tragédia. A solidariedade alimenta a esperança.

Há princípios éticos que estão sendo feridos especialmente pela irresponsabilidade, negligência e omissão por parte de empresas e de instituições governamentais. Prova disso é a assinatura de acordos referentes a reparação, compensação e indenização dos danos; a reduzida participação das comunidades atingidas nas decisões que lhes dizem respeito; e a falta da devida avaliação sistêmica e estratégica dos impactos provocados. É responsabilidade do Ministério Público e do Poder Judiciário garantir o efetivo respeito aos direitos dos atingidos, o fiel cumprimento da justiça e a devida punição dos responsáveis.

### **A questão da mineração**

O rompimento da barragem de Fundão tornou inadiável a reflexão crítica sobre a complexa questão da mineração. Essa tragédia revelou a fragilidade e a grave insuficiência dos critérios utilizados para a definição de novas áreas de mineração, dos métodos utilizados, das técnicas de produção e gestão de barragens, das tecnologias da engenharia de mineração.

Além disso, a tragédia mostrou a vulnerabilidade da atual legislação socioambiental; a insuficiente fiscalização dos órgãos competentes; a baixa qualidade e a morosidade das ações emergenciais; o despreparo da sociedade e dos governos para planejar, discutir, condicionar, negociar e garantir as estratégias de desenvolvimento centradas na busca da sustentabilidade. Ademais, não é suficientemente considerada a situação em que se encontram as diversas minas de exploração e os altos riscos socioambientais nelas envolvidos. Os grandes empreendimentos minerários têm sido concebidos e gerenciados sem a efetiva consideração sobre a exaustão das jazidas, os processos de fechamento de minas e as alternativas para a diversificação da economia local.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2017.

De acordo com Francisco, a própria dimensão do evento crítico impôs, de saída, a necessidade de união entre os atingidos. Neste ponto, cabe sublinhar a magnitude do evento e a sua extensão, apresentadas na seção anterior, as quais contribuíram para a intensificação do sentimento de incerteza e para a necessidade de lutarem em favor da garantia de direitos, afinal, os atingidos de Bento Rodrigues não eram os únicos a serem indenizados; eram “apenas” centenas dentre os milhares de atingidos pela “onda de rejeitos” ao longo de seu percurso de destruição, de Bento Rodrigues ao mar.

Francisco, na dupla condição de presidente da Associação dos Moradores de Bento Rodrigues, cuja constituição preexiste ao rompimento da barragem de Fundão e de membro da Comissão de Atingidos de Bento Rodrigues, desempenhou um papel fundamental na articulação da narrativa sobre o reassentamento coletivo, norteando as práticas da comunidade nesse sentido. Quando perguntado em entrevista sobre a forma como a atuação da comunidade foi pensada desde novembro de 2015 para alcançar o reassentamento coletivo sob a perspectiva desejada, Francisco afirma a união como elemento fundamental:

O primeiro passo é a união. É por que... Não adianta um querer uma coisa, outro querer outra. A gente tem que unir e ver o melhor, o viável para cada um [...] Então, tudo segue isso aí... É... Tudo através de, de... de bom senso<sup>59</sup>, de união, de igualdade pra colocar as coisas igual nós precisamos. Ter um Bento novo, sem problema algum nem agora no presente, nem no futuro (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

A apropriação do passado no discurso sobre o reassentamento coletivo de Bento Rodrigues, referenciado no desejo por se recuperar as características de “como era antes”, propiciou, naquele momento, o estabelecimento de uma união. Nessa linha de análise, é interessante recobramos Pollak (1989). De acordo com o autor:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum [...] eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência (1989, p.7).

---

<sup>59</sup> “Bom senso” é empregado de maneira corrente pelos atingidos para designar uma postura esperada, segundo a qual o coletivo deve ser considerado ante quaisquer interesses individuais. As posturas divergentes devem ser conciliadas considerando o coletivo de forma que a comunidade chegue a um acordo que seja “bom para todos”. Às vezes chegar a um acordo é difícil, conforme pontua Antônio: “Custa, mas chega. Chegou, né? Por que você sabe: a pedra é dura, e a água é mole. A água vai batendo, vai batendo até furar um buraco na pedra. É, chegou. Agora chegou no bom senso” (75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Considerando o excerto anterior, neste capítulo abordaremos a compreensão de “quadro de referências” como a tradição, a partir da qual a comunidade narra a sua identidade e, no capítulo a seguir, de “pontos de referência” como pontos nodais e particulares de articulação dessa identidade, nos quais esta é substancializada. Estes pontos de referência, conforme observaremos adiante, desfrutam de um lugar central e privilegiado na concepção do projeto de reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues, pois se referem ao desejo de manutenção das relações de vizinhança, bem como os equipamentos públicos articulados à manutenção de distância e proximidade que estes guardam com as casas e que, assim como estas, serão recompostos de acordo com a sua configuração espacial no antigo subdistrito.

Conforme pontua Halbwachs (1990), diante de transformações no espaço e deslocamentos, para que a resistência se manifeste nessas situações é preciso que esta emane de um grupo, não apenas de um indivíduo. Naquele momento, a tradição desempenhou um importante papel, e a compreensão acerca da mobilização da comunidade e do processo de reassentamento, sob a perspectiva coletiva, ganha fôlego à luz do autor:

Um grupo, ao contrário, não se contenta em manifestar que sofre, em indignar-se e protestar na hora. Resiste com todas as forças de suas tradições, e essa resistência não permaneça sem efeito. Procura e tenta, em parte, encontrar seu equilíbrio antigo sob novas condições. Tenta se manter ou se adaptar a um quarteirão ou rua que não são mais para ele, mas sobre o terreno que já foi seu (HALBWACHS, 1990, p.137).

É no instante em que as rupturas do cotidiano ocorrem, no momento de inviabilidade de reprodução da comunidade, despojada de seu contexto de ação e da vida, que se inaugura o momento de recriá-la: na esperança de um mundo novo, de um Bento novo que permita, por meio do espaço, a reconstituição do tecido social rasgado, sobretudo por meio do reestabelecimento das suas relações sociais interrompidas e daquelas ameaçadas de ruptura.

A partir de Halbwachs (1990), refletindo sobre o grupo que procura e tenta encontrar seu equilíbrio antigo sob novas condições, observamos durante a presente pesquisa que a identidade se torna uma questão evidente quando o espaço, em função de seu princípio articulador e organizador, responsável por estabilizar a vida da comunidade de Bento Rodrigues e servir como um suporte à sua identidade fornecendo sentidos a seu respeito tem, com o rompimento da barragem de Fundão, as características de continuidade, estabilidade e coerência que lhes são próprias, suplantadas pela experiência de incerteza, dúvida e provisoriade.

O espaço em função de sua estabilidade transmite a um grupo a noção de sua permanência e continuidade e, nesse sentido, podemos compreender o evento crítico

responsável pela completa destruição do subdistrito de Bento Rodrigues como um caso extremo de ruptura dessa imagem estável que permitia ao grupo “encontrar o passado no presente” (HALBWACHS, 1990, p.160). Halbwachs assevera que situações extremas ensejam a possibilidade de percepção dos vínculos que uniam o grupo ao espaço. Se o espaço representa uma espécie de extensão real de um grupo que se encontra sob a sua influência material, nessa relação de identidade e continuidade que se estabelece, os acontecimentos disruptivos que têm lugar atuam não apenas no espaço, mas também sobre os indivíduos constituintes do grupo:

Certamente os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial, mas porque na ocasião certa o grupo tomou consciência com mais intensidade daquilo que ele era desde há muito tempo e até este momento e, porque *os vínculos que o ligavam ao lugar se tornaram claros, no momento em que iam se romper* (HALBWACHS, 1990, págs.139-40, grifo nosso).

A riqueza da interpretação de “como era antes” no projeto de reassentamento não reside, então, em uma mera busca pelo aspecto fidedigno do subdistrito ou em uma questão nostálgica. É preciso, diante desse quadro, observar também a capacidade que a referência à memória coletiva possui ao servir como orientação e referencial às ações da comunidade em uma acentuada situação de crise social. Para os atingidos, não é difícil a negociação entre passado e presente, pois a memória é viva; o passado não é simplesmente trazido para o presente através do discurso, ele é, sobretudo, vivido.

### 3.2.1. A tradição como narrativa

Ao longo do século XX, inúmeros estudos foram produzidos sobre o processo de invenção de “culturas” e de “tradições” em modernos contextos nacionais, demonstrando, sob o viés político, como as narrativas foram utilizadas como instrumentos simbólicos nos processos sociais e históricos de constituição de comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008).

Baseados nas reflexões de Gonçalves (1996) acerca dos discursos do patrimônio cultural no Brasil, criados com o intuito de construção da nação associados à formulação e implementação de políticas de proteção oficiais, empregaremos aqui uma noção muito próxima a do autor com respeito às estratégias de narração da identidade a partir de um enquadramento do passado. Nesse sentido, compreenderemos as narrativas como modalidades discursivas cujo propósito fundamental é a construção de uma “memória” e de uma



“identidade” (GONGALVES, 1996, p.11). A partir do contexto de análise apresentado por Gonçalves, o autor assinala que um discurso “[...] pode muito bem ser percebido como um empreendimento linguístico, como um conjunto de metáforas produzido coletivamente e usado segundo determinados propósitos” (1996, p.137).

Adotar essa interpretação acerca dos discursos que constroem identidades permite que o foco das discussões sobre o reassentamento não centre as atenções na “tradição” enquanto categoria objetificada, enquanto um dado ahistórico. Enquanto modalidade discursiva, essa interpretação permite deslocar o foco de análise para as estruturas narrativas, direcionando a nossa atenção para os “[...] processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p.2). Nessa esteira de pensamento, propõe Gonçalves:

Enquanto construções discursivas, essas definições podem ser pensadas como “atos” [...] Aquela categoria de intelectuais, ao definir “identidades” e “memórias” para a nação, segundo determinados códigos socioculturais, o faz com propósitos pragmáticos, políticos. De modo que tais definições a exemplo das “telas terminológicas” (terministic screens) de Kenneth Burke (1996), têm consequências em termos de práticas sociais, ou em termos de ação simbólica” (para usarmos um outro termo de Burke), possuindo, portanto, uma dimensão dramática e não exclusivamente cognitiva (1996, págs. 11-12).

Em outras palavras, e de forma mais clara, o discurso sobre o reassentamento coletivo de Bento Rodrigues é interpretado aqui como uma narrativa, uma modalidade discursiva construída a partir das noções de tradição e de identidade fundada em uma ação dotada de propósito.

A noção de alegoria pode nos ser útil para compreendermos a narrativa por meio da qual a identidade de Bento Rodrigues é tecida. O desejo pelo reassentamento coletivo sob a perspectiva de “como era antes” no antigo subdistrito desenha um enquadramento para o processo de construção da nova localidade equacionada ao passado da comunidade.

O sentido da palavra alegoria está associado a uma forma de representação onde recursos dramáticos, literários ou pictóricos são usados para ilustrar concretamente uma ideia ou princípios morais e religiosos. Além disso, a alegoria, como sugere a própria etimologia, representa uma coisa com o propósito de significar uma outra. De acordo com os especialistas em teoria literária, a alegoria é um gênero literário que pode ser entendido como uma estória narrada sobre uma situação de perda, transitoriedade, ao mesmo tempo em que existe um desejo permanente e insaciável pelo resgate de um passado histórico ou mítico, além de uma permanente esperança de um futuro redimido [...] Segundo Greenblatt, “... a alegoria emerge em períodos de perda, períodos nos quais uma autoridade familiar, política ou teológica, uma vez poderosa, é ameaçada de desaparecimento. A alegoria emerge, assim, a partir da ausência dolorosa daquilo que ela espera recuperar...” (1981:VIII). Mais que isto, as

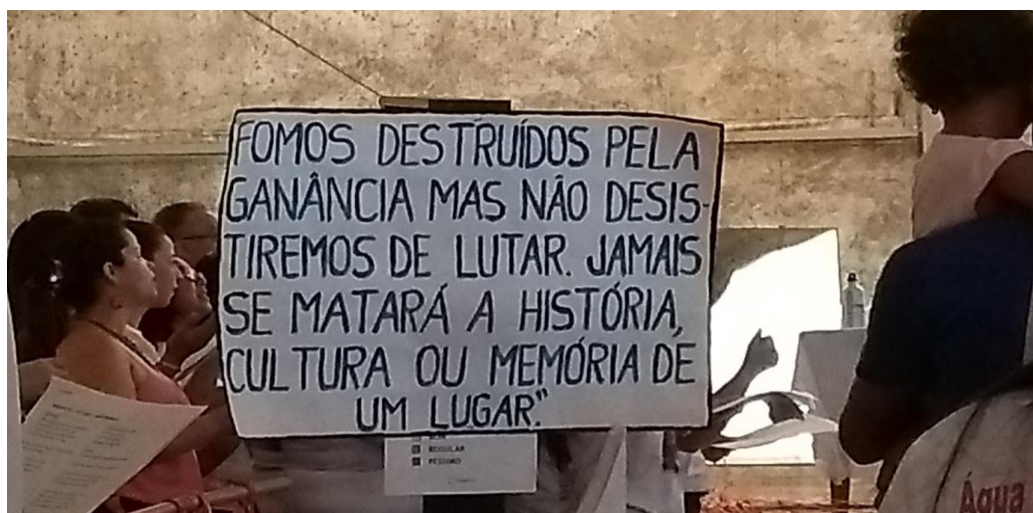
alegorias não apenas ilustram ou expressam uma tal situação de perda, mas atualizam, em sua própria estrutura, essa combinação de um sentido de transitoriedade e um desejo de redenção. Desse modo, elas não somente expressam um desejo por um passado glorioso e autêntico; elas, simultaneamente, expõem o seu desaparecimento. Estruturalmente, trata-se de uma forma de representação que está baseada na própria desconstrução do seu referente (GONÇALVES, 1996, p.27).

Pensar a narrativa em questão, em um nível mais explícito, trata de sua compreensão como uma “narrativa realista” cujos referentes são as ações de reparação e compensação dos atingidos, representados aqui pelo processo de reassentamento da comunidade. Em um nível menos explícito, essa narrativa apresenta uma dimensão alegórica e ilustra concretamente, por meio de um objeto dirigido, o delineamento do projeto urbanístico do reassentamento “aos moldes do que havia antes”, princípios abstratos. Destarte, o desejo pela construção “como era antes” se mostra como uma alegoria por meio da qual os valores, as ideias e as necessidades da comunidade de Bento Rodrigues vêm a ser ilustradas na forma de um objeto: o projeto urbanístico.

Ao tratarmos no interior do discurso do reassentamento o desejo por recuperar ao máximo as características existentes outrora como alegoria, a narrativa sobre a tradição, parafraseando Gonçalves, expressa uma mensagem política: se a comunidade é apresentada no processo de perda de sua identidade, “[...] conseqüentemente sua própria existência está ameaçada” (1996, p.32).

Não compreenderemos, portanto, o desejo pela reconstrução pelo registro exclusivo da nostalgia ou como uma postura sentimental de apego ao passado. A pesquisa de campo permitiu observar que o discurso sobre o reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues amalgama não apenas o sentimento de nostalgia por um passado que se perdeu, mas também o sentimento de resistência e de luta pela garantia de cumprimento dos direitos que enseja a situação, conforme nos mostra a foto a seguir (Figura 6), tirada durante a realização da missa de dois anos do rompimento da barragem de Fundão:

**Figura 6** - Foto: Cartaz em Bento Rodrigues.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2017.

A “comunidade” como referencial serve como um dispositivo discursivo e opera como uma categoria mobilizadora através da qual todos os interesses e identidades daqueles indivíduos foram reconciliados e representados. O evento crítico potencialmente alinhou as diferentes identidades que poderiam existir no interior da comunidade em uma “identidade mestra” (HALL, 2014, p.15) em torno da qual se pôde, de forma mais segura e potente, realizar reivindicações. Neste sentido, Francisco compreende que a união assegurou o desenrolar do processo de reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues, característica fundamental<sup>60</sup> e que seria responsável pela distinção do andamento do processo de Bento Rodrigues daquele de outra localidade arrasada pela “onda de rejeitos”. Diante da ausência de união em Paracatu de Baixo, uma comunidade tradicional como Bento Rodrigues, conforme relata Francisco três anos após o rompimento da barragem de Fundão, não foi logrado êxito parecido no processo de reassentamento:

Eu acho que nós estamos muito bem avançado em vez de Paracatu devido à nossa união [...] E Paracatu não tem esse... essa chave, e a gente já falou. Já propus eles em reuniões que isso tá ficando pra trás... [...] Se tá no mesmo barco, vamos remar junto, vão sair todo mundo junto. É... Hoje mesmo já estive conversando com alguém de Paracatu e ele falou: “Seu Francisco, infelizmente o nosso tá atrasado por causa disso e isso. Cada um quer uma coisa e não pode, tem que ser igual vocês, a comunidade sua está de parabéns”. Então, Paracatu... Cada um quer ir para um lado, então isso é muito difícil... Nosso tem esse lado muito bom que é da comunidade (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

<sup>60</sup> É comum encontrar em reportagens, assim como era corriqueiro escutar durante o trabalho de campo menções à união da comunidade, destacando a sua importância. No Jornal “A Sirene” é assinalado que “o maior legado que a comunidade possui é a união” (A SIRENE, 2016, p.3, on-line). Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_ed4\\_julho\\_sm](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed4_julho_sm)>.

Através da alusão a um passado comum, a mobilização da tradição possibilita estabelecer em meio ao cenário de rupturas e perdas que, naturalmente, geram uma fragmentação do grupo e, por sua vez, podem levar ao seu enfraquecimento, uma continuidade da história da comunidade e de sua identidade. Essa alusão à tradição possui sentidos diversos e, igualmente, atinge propósitos diversos: entre eles, o estabelecimento de uma coesão social, o fortalecimento e a legitimação do grupo em face das necessidades de identificação, reconhecimento e garantia de seus direitos.

É através da perspectiva coletiva e, mais que isso, a partir de uma identidade coletiva, que os atingidos lutam para manter e defender os seus direitos em face das ameaças que se desdobram em seus cotidianos em decorrência do evento crítico instalado, dado que a memória não se caracteriza como uma repetição linear e fiel dos acontecimentos e das vivências, mas como uma reconstituição que se opera calcada no presente e, conseqüentemente, é imiscuída dos interesses que nele se desdobram. Consoante Marc Bloch (1998), a memória é uma reconstrução incessante que parte do presente, noção esta que encontra continuidade em Michael Pollak (1989) e torna mais densa a presente análise, autor para quem a identidade é negociada no presente por meio do passado. Uma observação acerca do uso político da memória permite relocalizarmos a questão do reassentamento que, partindo da tradição, centra muito mais a atenção no sentimento de nostalgia para deslocá-la, então, para o presente, compreendendo-a em relação ao passado e situando-a em um cenário de ruptura e perdas incomensuráveis, minado por interesses econômicos, sociais e políticos que nele se desdobram, no qual a necessidade de luta pela garantia de direitos se impõe.

O reassentamento coletivo se coloca, então, como uma estratégia de unificação da comunidade e de pacificação de eventuais conflitos que possam existir. Desta maneira, em torno do discurso sobre o reassentamento sob a perspectiva coletiva que em seu bojo traz o desejo de que se mantenham as características próximas ao que havia no antigo subdistrito, são forjadas as condições para que o grupo se mantenha coeso, mesmo diante de situações de discordância, sendo capaz de subordinar os possíveis interesses antagônicos e conflitantes que vão de encontro com o interesse da maioria dos moradores da comunidade. Assim, busca-se garantir a manutenção dos interesses hegemônicos da comunidade, uma vez que os atingidos encontram e têm na união a possibilidade de solucionarem suas questões. Além disso, considerando o efeito dispersivo e desagregador das negociações realizadas em âmbito individual, a união se constitui um ponto fulcral no sucesso do pleito das demandas da comunidade, no requerimento e na defesa de seus direitos de forma mais efetiva, de modo que

o entendimento, conforme expresso pelos atingidos é de que a obtenção dos resultados desejados ocorre de forma mais eficaz em âmbito coletivo do que individual.

O uso político da memória se caracteriza, em suma, como algo fundamental para compreendermos como a comunidade de Bento Rodrigues configura suas práticas sociais no presente, especialmente aquelas em torno do processo de reassentamento e sobre o qual discorreremos mais detalhadamente no capítulo a seguir. Assim, entendemos o desejo do reassentamento coletivo a partir da recuperação das características existentes no antigo subdistrito não apenas como uma nostalgia, mas também como uma categoria narrativa cujo intuito reside no fortalecimento da identidade coletiva e, por conseguinte, de suas lutas e reivindicações.

### 3.3. “OS TEMPOS DE ANTES E OS DE AGORA”: A VIDA NA CIDADE DE MARIANA

A mudança social e cultural que resulta do evento crítico e a influência que essas transformações exercem sobre o sistema das relações sociais determinaram novas condições e um novo ritmo de vida para os atingidos.

A comunidade de Bento Rodrigues, que se encontrava equilibrada e provida do necessário à vida foi brutalmente condenada e abruptamente removida de seu território pelo rompimento da barragem de Fundão. Observamos durante a pesquisa que na passagem de uma vida tradicional para o ambiente urbano da cidade de Mariana houve diversas rupturas nos planos ecológicos, econômicos, sociais, culturais, psíquicos que levaram à manifestação e à configuração de uma situação de crise social. O desenraizamento da comunidade do antigo subdistrito e sua inserção em um novo entorno material traz uma situação marcada por tensões, penúria, inadequação à área provisória de destino e uma dolorosa e insuficiente assimilação da realidade, conforme podemos observar no editorial do Jornal “A Sirene”:

Vivemos contrariados pelo modo de vida que levamos aqui na cidade. Somos pessoas humildes, que viviam da construção civil, das plantações, dos animais, da apicultura... Tínhamos uma vida muito simples. Não enfrentávamos os problemas psicológicos que, hoje, fazem parte da rotina de muitos de nós (A SIRENE, 2017, p.16, on-line)<sup>61</sup>.

Em um cenário de dolorosa assimilação da realidade são frequentes nos depoimentos descrições sobre a reprodução do cotidiano no antigo subdistrito em conjunção e contraponto,

---

<sup>61</sup> O depoimento apresentado pode ser encontrado na íntegra através do link: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornalasirene\\_ed.17](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornalasirene_ed.17)>.

inevitáveis, com o dia a dia sofrido em Mariana. Há um estranhamento da vida “na cidade” e do modo de vida que se impôs, algo que é frequentemente relatado, apesar dos moradores não desconhecerem o meio urbano, afastado a alguns quilômetros apenas da comunidade. É pertinente ressaltar, conforme apontado no capítulo anterior, que Bento Rodrigues se relacionava com a cidade de Mariana e com pequenas comunidades próximas. Os moradores, contudo, dirigiam-se à Mariana para finalidades pontuais como para fazer compras, receber a aposentadoria, visitar amigos e parentes e “dar uma volta na cidade”, conforme podemos observar no depoimento de Francisco sobre morar na cidade. Apesar de certa familiaridade com a vida urbana, o ambiente de Mariana é visto como estranho e tudo remete ao antigo subdistrito, sendo a adaptação muito difícil:

Difícil demais. É a pior coisa que existe. Isso é uma das piores coisas para nós. Para mim pelo menos, é. É a pior coisa morar em Mariana. Não que eu não goste de Mariana. Tinha semana de eu vir aqui três vezes, fazer o que tinha que fazer e ir embora. Mas morar em Mariana? Jamais pensei dessa maneira (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

As famílias de Bento Rodrigues foram alocadas temporariamente em casas alugadas em bairros dispersos em Mariana, e de um cenário em que a vizinhança era familiar e conhecida, no ambiente urbano passou a ser de um cenário rodeado de estranhos – o que, considerado o contexto comunitário, significa “de não-parentes, não-amigos, não-conhecidos”, privando-os, assim, de suas antigas relações vicinais. O depoimento de Joana D’Arc, atingida de Bento Rodrigues, nos permite entrever a situação:

Passou ano e agora que consegui ir lá na dona Irene. Para saber dela só indo lá, porque não tem nem telefone. Aí é descer no ponto final do Cabanas, passar por um bar/mercearia e perguntar onde ela mora. Achei ela bem abatida. Tinha costume de brincar com a gente, mas agora não está a mesma coisa. Era uma pessoa que eu via por cima do muro da minha casa todo santo dia. Era assim, um contato bem chegado mesmo o que a gente tinha. Muito boa essa amizade. Quando vinha para Mariana, ela falava: “O, Joana, estou indo pra Mariana, precisa passar lá em casa não”. Muito gente boa mesmo, não deixava de me avisar. A única pessoa que sabia tudo o que eu ia fazer era ela. E aqui? Se eu sair, vou falar com quem? (A SIRENE, 2017, p.8, online)<sup>62</sup>.

O evento crítico possui reflexos negativos e duradouros no cotidiano dos atingidos. Entre as consequências fortes e imediatas se encontram o impacto e as decorrentes transformações nas atividades e nas relações econômicas da comunidade. Conforme pontuado

---

<sup>62</sup> O depoimento apresentado pode ser encontrado na íntegra através do link: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_ed18\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed18_issuu)>.

no capítulo anterior, a comunidade de Bento Rodrigues mantinha uma íntima relação com a terra. As casas possuíam quintais com árvores, flores, hortas e pés de frutas. Em suas terras, muitos plantavam e colhiam alimentos que compunham a sua alimentação. Além disso, em muitos casos, a venda desses alimentos era responsável por contribuir com a renda e garantir o sustento da família.

A relação do consumo no antigo subdistrito daquilo que era plantado e colhido na própria horta, daquilo que era doado por vizinhos e familiares, ou mesmo comprado de produtores locais, foi substituída na cidade de Mariana por idas às feiras e ao mercado para compras de verdura, legumes e de outros itens, como podemos observar no depoimento abaixo:

Eu vou à feira comprar o que tinha lá no Bento. Aquilo que antes eu vendia e, agora, compro para o meu próprio consumo. [...] Nós vamos à feira para comprar os produtos que tínhamos no nosso quintal. Vamos para adquirir legumes, frutas e verduras que colhíamos em nossas terras e que, hoje, temos que comprar sem saber da origem ou qualidade. Mais do que isso, vamos à feira reencontrar pessoas que víamos sempre no nosso convívio em Bento Rodrigues. Pessoas que pela situação de morar cada um em ruas ou bairros distantes, temos esta oportunidade de conversar por alguns instantes, obter notícias uns dos outros. Assim, tentamos recarregar as baterias para nos mantermos firmes na luta (A SIRENE, 2017, p.11, on-line)<sup>63</sup>.

Na ausência de alimentos frescos e saudáveis plantados pelos próprios moradores e diante da oferta de novos produtos alimentares, o hábito de consumo alimentar se alterou, conforme podemos observar no depoimento de Júlio, também atingido de Bento Rodrigues:

Lembro da farofa que comia no Bento. A maior mudança aqui na cidade foi a de passar a comer alimentos não muito saudáveis, enlatados e embalados. Aqui é tudo comprado. No Bento, a maioria dos alimentos eram plantados e colhidos ali mesmo (A SIRENE, 2017, p.10, on-line)<sup>64</sup>

Em face dessa situação que se estabeleceu em Mariana tanto para produtores quanto para consumidores, foi criada a Feira Noturna de Mariana, que ocorre às quintas-feiras. O evento é uma iniciativa dos atingidos que possui como objetivo gerar renda para os produtores de Bento Rodrigues, como Sandra, dona do bar homônimo do antigo subdistrito, que na feira vende as suas famosas coxinhas, e também para os produtores de outras localidades rurais

---

<sup>63</sup> O depoimento apresentado pode ser encontrado na íntegra através do link: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_ed14\\_maio\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed14_maio_issuu)>.

<sup>64</sup> O depoimento apresentado pode ser encontrado na íntegra através do link: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_ed14\\_maio\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed14_maio_issuu)>.

igualmente atingidas, como Paracatu de Baixo. O evento busca promover também momentos de lazer e integração na cidade de Mariana.

Habitados ao cultivo de hortas e à criação de animais em seus próprios quintais, os atingidos passaram a conviver na cidade de Mariana com muitas dificuldades estruturais e financeiras. Apesar de desde 2015 contarem com o cartão de auxílio financeiro<sup>65</sup>, o que recebem se mostra insuficiente mediante às necessidades e aos gastos do presente, conforme demonstram os depoimentos sobre a inadequação da renda que dispõem ao custo de vida na cidade. Sobre a vida em Mariana, Terezinha e Joana D’Arc, atingidas de Bento Rodrigues, respectivamente dizem<sup>66</sup>:

Aqui onde a gente está morando, juntando a minha renda, o que eu tinha mais o cartão, a gente está sobrevivendo. As coisas são muito caras. Aqui, temos que comprar verduras, lá em Bento a gente não comprava. Frutas e verduras a gente pegava na casa da gente mesmo. Às vezes, pegamos o salário e não sabemos nem o que fazer com ele (A SIRENE, 2018, p.14, on-line).

Tem coisa que você tem que deixar de comprar para ter as coisas mais necessárias. Lá em Bento, eu tinha meu fogão à lenha; aqui, eu uso a gás e ele não dá pro mês; e, quando ele acaba, nós esperamos virar o mês para conseguir comprar outro, senão ficamos sem; Lá, quando quisesse chupar uma cana, tinha; e aqui é o que? Se não tinha verdura, meu sogro levava pra gente, e aqui? Lá, eu não comprava banana, laranja, mamão; e aqui preciso comprar tudo isso (A SIRENE, 2018, p.14, on-line).

O depoimento de Joana D’Arc demonstra que as transformações que ocorrem no campo da alimentação não dizem respeito apenas ao consumo dos alimentos, mas ocorrem também em outros campos, como na forma de preparo das refeições que são consumidas, assinalando que a mudança no modo de vida gerou um custo a mais no orçamento final do mês. O contraste entre as necessidades de outrora com as necessidades presentes em função dos meios disponíveis para a sua satisfação empurram os atingidos para situações, por vezes,

---

<sup>65</sup> O cartão de auxílio financeiro visa prestar auxílio emergencial aos atingidos cujas rendas foram comprometidas em função da interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Apesar de contarem com o cartão, este apresentou diversos problemas, conforme podemos observar na matéria do Jornal “A Sirene”: A bandeira Policard era aceita em poucos pontos de comércio da cidade de Mariana, além de vir com um bairra adesivo da Fundação Renova, o que reforçava o preconceito e dificultava que comprassem materiais e alimentos para as necessidades mensais de casa. Em junho de 2017, a empresa Alelo passou a gerir os cartões, mas os transtornos com a utilização continuaram. Um deles é a não emissão de um extrato bancário com os valores depositados em cada mês, algo básico que os possibilitaria entender um pouco mais sobre o que recebem. Ainda, para se obter informações sobre a conta é preciso fazer ligação de um telefone fixo, quase inexistente na maioria das residências dos referidos moradores, ou acessar pelo aplicativo – que tem um sistema operacional específico, que não funciona em qualquer aparelho celular (A SIRENE, 2018, p.14, on-line). Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/cotidiano/2018/04/18/sobre-viver-com-a-reparacao>>.

<sup>66</sup> Os depoimentos apresentados podem ser encontrados na íntegra através do link: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_-\\_abril\\_de\\_2018](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_-_abril_de_2018)>.



críticas. A situação de dificuldade, se comparada com o modo e os meios de vida anteriores, é algo presente também na vida de outros atingidos, como Paulo:

A nossa despesa, lá no Bento, era um nível; aqui é outro, bem mais alto. Lá, nós gastávamos um botijão [de gás] a cada três, quatro meses; aqui, todo mês é um. Lá, eu tinha a minha renda, tratores e uma chácara produzindo. Costumo brincar que eu era rico e não sabia. Hoje o meu cartão pouco dá para abastecer o carro. Lá, eu tinha galinhas e não gastava nada para cuidar delas, porque comiam do milho que eu plantava. Banana, alface e couve: era só pegar da horta e dar para elas, e assim era também com os porcos. Hoje, eu nem tenho galinhas mais. Os animais que eu tenho aqui só posso tratar com ração e isso altera mais a nossa renda (A SIRENE, 2018, p.14, on-line).

Com dificuldade, a cooperativa de geleia biquinho deu continuidade à produção após cinco meses do rompimento da barragem de Fundão, levando de novembro de 2015 a março de 2016 para conseguir se reestabelecer, devido, sobretudo, ao soterramento de 1500 pés de pimenta. Outros profissionais, como aqueles ligados à estética – cabelereiros, manicures, entre outros - precisaram se preocupar com a competitividade de um mercado maior na cidade de Mariana e com a distância que se estabeleceu entre aqueles da comunidade que compunham a sua antiga rede de clientes, distância que muitas vezes atuou no sentido de inviabilizar a prestação de serviços.

Os atingidos perderam tudo, ou, em alguns casos, pouco restou. Entretanto, de modo uniforme, para todos as perdas são incomensuráveis. Entre aquilo que pode ser qualificado se encontram móveis, documentos, fotos, carros, o ambiente partilhado da comunidade, as casas.

De forma uníssona, nos depoimentos sobre morar em Mariana o presente é constantemente contrastado com o passado. Nos depoimentos de Ana e Maria, o contraste com o espaço interno das casas e o espaço externo às casas põe em contato a realidade presente com o que havia outrora no subdistrito, com “como era antes”.

A casa branca de Maria, circundada pelo verde da paisagem de Bento Rodrigues, existe apenas em fotografia. Ou na parede, através de um quadro. Maria se refere à sua casa em Bento Rodrigues com saudades de seu quintal e da paisagem. Vivendo em Mariana, a casa é contrastada com a rua, com algo que está fora do universo de referência do lar.

Mas eu morava tanto aqui quanto lá. O fim de semana a gente ia embora e aqui, assim, o apartamento... Não tem terreiro, não tem terra, não tem nada. Aí a gente sentiu, assim, muita, muita falta. Achou muito ruim porque o fim de semana a gente pegava numa enxada, capinava, mexia na terra, plantava... E aqui não tem. Aqui é só dentro de casa, né? Para você ver o sol mais ou menos você tem que ir lá na rua, né? (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Uma das coisas que Maria mais sente falta de Bento Rodrigues é do “verde” de suas hortas e das árvores que havia tanto em seu quintal quanto no entorno de sua casa. Com pesar pela idade, Maria comenta sobre os pés de manga e de jabuticaba enquanto me mostra as fotos que guarda de Bento Rodrigues. Embora vivesse em Mariana há mais de trinta anos, Maria se diz muito incomodada por não ter onde plantar e colher e fala que esta é uma de suas maiores expectativas com relação ao reassentamento:

Que a gente possa ter a horta da gente, a plantação de gente, a casa da gente [...] Que Deus ajuda que saia rápido enquanto que eu aguento ainda fazer alguma coisa. Eu tinha muita plantação. Aí os anos vão passando, vai tudo passando, né? As forças vão acabando, né? Nossa... Ficou meu fogão a lenha, um pedacinho assim ó [indica com as mãos]. O resto tudo é lama. Aquele verde que você está vendo ali não existe mais. Aqueles lá de trás são pés de manga. Morreu tudo, morreu tudo... Acabou tudo. Não tem mais nada. Só mato agora (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Aquilo que tem ali, mesmo que eu plantar, não vou colher não. Que essas plantas que a gente tinha ali, antiga, isso leva mais 20 anos para dar. Eu estou com 75 anos, não chego lá não. Não chego lá não, minha filha. É, não chego não... Aqueles pés de manga devem ter uns 150 anos mais ou menos [...] Ah, gente! Uma pessoa de 75 anos plantar um pé de jabuticaba é para os netos, né? Eu planto. Deixa aí para eles, né? É para os netos (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

À situação de enclausuramento vivida em Mariana por Maria “só dentro de casa” de onde não é possível ver o sol, menções que se referem, dado o contexto, a uma percepção ampla da paisagem na qual a casa em Bento Rodrigues se inseria, soma-se o depoimento de Ana que se sente sufocada pela quantidade de muros presentes na paisagem urbana de Mariana.

Aqui você vê, aqui não tem nada, né? Porque... Você olha em roda e é só um muro alto, né? Só muro alto. Olha para você ver, tudo muro alto. Lá na porta da minha cozinha também tem um muro alto também, logo na frente da minha cozinha lá. Não tem nem como respirar direito, né? E vamos levando a vida com a graça de Deus. Só Deus mesmo para dar a gente muita força, né? Porque é muito difícil. Muito difícil... No começo foi muito difícil. Agora já estou mais acostumada, né? Mas no começo foi muito difícil, foi muito difícil que você era acostumado com aquela vida lá da roça, tranquila, sossegada (Ana, 79 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Tanto no depoimento de Maria quanto no depoimento de Ana a casa é contrastada com o que existe fora dela. Neste sentido, considerando as suas vidas em Mariana, para Maria, a rua é uma possibilidade de “abrir” o espaço da casa. Para Ana, a rua é fonte de incômodo. Em ambos os depoimentos, entretanto, o que se faz presente é a ruptura com a integração da paisagem com o espaço da casa que sugeria amplidão em Bento Rodrigues, e o contato com o mundo exterior.

Além disso, a vida em Mariana sentida pelos moradores mais velhos como um tempo de espera cotidiana, é também um tempo de passagem em face da idade avançada de muitos e da finitude da vida.

### 3.3.1. O tempo percebido e vivido em relação a uma nova referência espacial

O tempo vivido em Mariana surge de modo muito nítido nos depoimentos dos moradores. Através de suas falas, observamos que na vivência dos dias na cidade que os abrigou o indivíduo se torna o foco quase que exclusivo das ações cotidianas, e os espaços são marcados senão individualmente, restritos ao núcleo familiar em contraste com a vida em Bento Rodrigues que, conforme observado ao longo da pesquisa, era uma vida orientada coletivamente e na qual não era o relógio que governava o tempo, mas as rotinas. Para Francisco e Antônio, as atividades que demarcavam o tempo em Bento Rodrigues preenchiam os seus cotidianos e lhes proviam uma noção diferenciada da passagem do tempo em comparação com Mariana, onde as atividades que ordenavam os seus dias não existem mais.

Privados do exercício diário de atividades costumeiras de trabalho e lazer, o tempo ordinário de suas vidas, que era medido pelas atividades realizadas em Bento Rodrigues e marcado pelo convívio não apenas familiar, mas com a comunidade em geral e, particularmente, com a comunidade religiosa, passa a ser medido em Mariana, onde a vida é centrada, quase que exclusivamente, nas casas, por meio dos minutos, das horas e dos dias que contam não apenas a passagem do tempo progressivamente, mas de forma regressiva: o tempo é de espera; é o tempo que *falta* para serem reassentados, o tempo que *falta* para o reestabelecimento de suas vidas.

O tempo e a sua passagem se tornam visíveis pelo evento que interrompeu a consecução de suas atividades diárias. Em função do rompimento da barragem de Fundão não houve apenas uma mudança no espaço, o que seria uma constatação óbvia e imediata após ver como a passagem da “onda de rejeitos” liquidou o subdistrito, mas uma modificação na concepção de duração do tempo. No depoimento de Antônio sobre o seu cotidiano em Bento Rodrigues, observamos como o espaço era equacionado a atividades específicas de seu dia a dia e como o evento crítico promoveu a interrupção dessas atividades, transformando o tempo de “duração normal” em Bento Rodrigues em um tempo notavelmente lento em Mariana. A seguir, Antônio conta sobre a falta que sente de sua rotina em Bento Rodrigues e sobre a sua vida em Mariana:

Meu relacionamento que eu tinha lá... De tocar todo o dia assim e levantar de manhã e ter aquilo na minha memória. Cuidar das minhas criações, cuidar das minhas plantas. Era o meu prazer isso aí... E depois... Essa rotina minha assim: trabalhar durante o dia, à tarde ir à igreja, né? Terminava 21 horas, vinha para casa, né? Cantava uns hinos com a minha esposa. Chegava 22 horas, ir dormir. Levantava no outro dia no mesmo horário. Ela ia para a oração na igreja lá, e eu ia cuidar das minhas coisas. Ia assim em diante, aquela roda d'água. Todos os dias. Final de semana, dia de sábado também era assim desse jeito. Dia de domingo levantava cedo, a escola dominical até 10h. Vinha e almoçava. Depois eu tocava um bocado, depois 14h ia fazer culto na casa dos outros lá, os irmãos iam, e eu levava o violão. Aí vinha para casa, né? Tocava mais um bocado. Quando era 18h ia para igreja de novo. Aquela roda assim. Até a lama chegar. Até ela chegar. Quando ela chegou, acabou tudo isso. Ela chegou e falou: "Antônio, agora acabou. Agora você vai fazer a sua rotina em outro lugar, lá em Mariana". Mas só que em Mariana foi diferente. Eu vou na igreja lá... Aqui você me vê assim, mexo com umas terrinhas assim. Vou lá em cima, toco um bocado. Desço aqui embaixo, sento ali e vou fazer meu exercício. Aqui não é fácil não. Os dias aqui ficam muito grandes... Demais. O dia custa... Demora demais. Porque lá em Bento, principalmente, tinha muita coisa para a gente fazer (Antônio, 75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

No depoimento de Francisco, observamos um tempo que era significativo, torna-se um tempo estéril, o lugar de espera por excelência pelo que "vai ser", liminarmente situando-o entre o passado e o futuro.

Eu gosto de viver... Você levantar na sua casa: vai tomar o seu café, ver os passarinhos cantarem igual eu via lá... Você vê aquelas atividades que você tem que fazer. Então você está consciente daquilo: vou levantar, vou fazer isso, isso, isso. Agora na casa dos outros? De aluguel? Você vai fazer o quê? Levantar e olhar para parede. Esperar. Ver se as coisas acontecem... Então isso prejudica muito a gente. Mas eu tenho certeza que voltando nós voltamos tudo o que era. Nós vamos ter reunião novamente... Para nós é muito importante, deixa a gente muito feliz, né? Esperando sua realização mais rápido possível (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

O que os depoimentos de Antônio e Francisco trazem e que, em certo sentido, podemos dizer é que aquele tempo que era "vivido" por meio das rotinas e dos afazeres em Bento Rodrigues é substituído em Mariana pelo tempo medido e quantificado, fruto de uma nova dinâmica que impõe aos atingidos não apenas uma mudança na relação de espacialidade, mas de temporalidade: entre outras razões, fruto da impossibilidade de realização das atividades que perfaziam as suas rotinas diárias.

A partir do contraste entre passado e presente, é interessante pensarmos os depoimentos dentro de um conjunto, considerando os atingidos enquanto membros de um grupo - a comunidade de Bento Rodrigues -, conforme sugere Halbwachs. Assim, o contraste com o passado ganha uma nova significação:

Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e

participa de seu equilíbrio. Mesmo que pudéssemos pensar que é diferente, quando os membros de um grupo estão dispersos e não encontram nada, em seu novo ambiente material, que lhes lembra a casa e o quartos que deixaram, se permanecerem unidos através do espaço, é porque pensam nesta casa e nestes quartos (HALBWACHS, 1990, p.133).

Entre o antigo e o “novo Bento” não há apenas a distância entre aquilo o que foi e aquilo o que não é ainda. Entre o antigo e o “novo Bento” há a distância, sobretudo, entre o evento que destituiu os moradores da comunidade de Bento Rodrigues de suas casas e de seu lugar de origem e que continuou se desdobrando no cotidiano dos atingidos, transformando a situação de desabrigados em uma condição. Sob essa perspectiva, a medida de reparação assumida sob a forma do reassentamento coletivo é vista pelos atingidos como algo que os unirá novamente no território, permitindo a retomada de suas vidas, o que, nas palavras de Francisco, é “muito importante”.

### 3.3.2. Espaços e relações sociais: entre encontros religiosos e GTs

Com o rompimento da barragem de Fundão e o desenraizamento e deslocamento compulsório do ambiente rural para o urbano, temos o desencadeamento de uma série de rupturas na vida social de Bento Rodrigues, entre as quais, a desorganização dos núcleos de sociabilidade da comunidade.

Embora Bento Rodrigues distasse poucos quilômetros da cidade sede de Mariana, os referenciais da comunidade eram rurais e os depoimentos dos atingidos trazem, de forma uníssona, a inadequação à vida na cidade e a inviabilidade da vida cotidiana. Em Mariana, a cotidianidade é difícil e, por extensão, a sociabilidade, vivida em poucos momentos em meio a um cotidiano fragmentado. Na cidade não há vida social estável, contam os atingidos, apenas momentos ocasionais de encontro nos quais a comunidade se reúne. Se considerada a área do antigo subdistrito, a comunidade era, também, muito integrada espacialmente, em função de suas dimensões reduzidas. Vivendo na cidade de Mariana a grandes distâncias relativas uns dos outros, uma das principais reclamações dos atingidos diz respeito às formas instáveis de convivência em razão do afastamento espacial estabelecido, o que dificulta a interação dos indivíduos.

O evento crítico trouxe em seu bojo o enfraquecimento notório dos laços sociais, pois as novas condições de vida em Mariana suprimiram as possibilidades de encontro, reduzindo-as a poucas ocasiões e encontros casuais e fortuitos. A situação dos atingidos em Mariana, desde o rompimento da barragem de Fundão até então, caracteriza-se, pois, pela disruptura,

pelo distanciamento geográfico e pelo afrouxamento dos laços sociais. Esse estado de coisas repercute na vida social e cultural da comunidade, nas quais é possível notar movimentos de transformações nas relações de sociabilidade.

Em função do que foi observado durante o trabalho de campo, das vivências e dos materiais colhidos, destacaremos nesta dissertação os Grupos de Trabalhos Temáticos Interdisciplinares (GTs) e as vivências religiosas para pensarmos a sociabilidade. Contudo, essas transformações nas relações de sociabilidade foram, naturalmente, observadas em outros ambientes. Para as crianças da comunidade de Bento Rodrigues, a antiga escola era responsável, além da instrução formal, por promover o encontro e a socialização entre os pares e era considerada pelos alunos como “um pedaço de casa” (A SIRENE, 2017, p.3, on-line). Apesar de ter sido construída uma nova escola para receber os alunos de Bento Rodrigues na cidade de Mariana, há diferenças sensíveis sentidas pelos alunos, como a ausência da grama na qual brincavam na antiga escola e a não realização do trajeto de ida e de volta que faziam junto aos amigos de escola, muitas vezes também vizinhos, depois das aulas<sup>67</sup>.

A sociabilidade das crianças de Bento Rodrigues foi prejudicada de um modo geral na vida em Mariana, pois as crianças, acostumadas a “serem livres” no antigo subdistrito, agora não mais andam pelas ruas, pois seus pais têm “medo da violência da cidade” e “medo dos carros”. Podemos observar no depoimento de uma criança atingida de Bento Rodrigues que essa situação de restrição gera um sentimento de enclausuramento: “Lá no Bento era melhor porque eu não era tão presa” (A SIRENE, 2016, p.9 on-line)<sup>68</sup>. Afastados uns dos outros espacialmente, a vida na cidade de Mariana limita a realização de atividades como um todo. Além de comprometer as brincadeiras, outras atividades, como a realização de trabalhos em grupo, também são prejudicadas: “Lá no Bento, quando os professores passavam trabalho, a gente podia ir na casa um do outro pra fazer. Aqui a gente tem que fazer os trabalhos na sala, porque a gente só encontra aqui” (A SIRENE, 2016, p.9 on-line)<sup>69</sup>.

Entre os principais espaços de encontro e convivência do antigo subdistrito se destacaram nos depoimentos, tanto nas entrevistas quanto nas conversas informais realizadas no período da dissertação, a praça São Bento e as igrejas, tanto as católicas quanto as evangélicas. Esses espaços se configuravam não apenas enquanto espaços geográficos. O que

---

<sup>67</sup> Cf. a matéria “Essa escola já não é mais a mesma”: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_e19\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_e19_issuu)>.

<sup>68</sup> Disponível em: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_ed4\\_julho\\_sm](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed4_julho_sm)>.

<sup>69</sup> O depoimento apresentado pode ser encontrado na íntegra através do link: <[https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_ed4\\_julho\\_sm](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed4_julho_sm)>.

é interessante destacar é que esses espaços pertenciam ao mundo diário da comunidade, espaços nos quais a comunidade podia ser vivida e que assumiam, sobretudo as igrejas, uma posição cotidiana central na vida da comunidade.

Diante das perdas das redes de relações sociais que caracterizavam a vida em Bento Rodrigues, o convívio que era bastante valorizado pelos atingidos passa a raramente ter lugar em seus cotidianos.

Conforme apontam as experiências subjetivas daqueles que o vivenciaram, o desastre se encontra em curso e afeta a própria concepção de comunidade de Bento Rodrigues em que as relações sociais seguramente se demonstravam as mais básicas do que se considerado apenas os indivíduos nelas implicados de forma isolada. Daí ser igualmente básica e comum aos depoimentos a qualificação da experiência de morar em Mariana como “difícil” e de “solidão”, na qual os indivíduos aparecem destacados de suas redes de relações comunitárias em uma experiência negativa e dolorosa na qual o sentimento de isolamento, por sua vez, governa o dia a dia.

Removidos às pressas de seu lugar de origem, os moradores foram destituídos dos espaços de convivência, espaços nos quais a comunidade era vivida, tornando-se esta uma das questões que mais afligem os atingidos de Bento Rodrigues: não se encontrarem ou se encontrarem muito pouco em Mariana. A adaptação forçada a um cotidiano sem convivência com os vizinhos e, de forma mais ampla, sem a vivência comunitária se configura como um dos dramas coletivos vivenciados pelos atingidos de forma persistente e extensa após o desastre. As relações comunitárias são tão importantes a ponto de se tratar de um ponto inegociável no processo de reassentamento: no delineamento do projeto urbanístico, é preciso que se preserve ao máximo as relações de vizinhança.

O evento crítico desorganizou a rotina dos atingidos, bem como uma vida que era orientada coletivamente que passou a se centrar, de forma quase exclusiva, no núcleo familiar que, por sua vez, passou então a ser o foco da maioria das ações da vida cotidiana. Os espaços de vivência, agora reduzidos, passaram a ser marcados de forma mais particularizada, e o lar ganhou centralidade. Utilizando as palavras de Bourdieu (1979, p.131), é como se houvesse uma “[...] inclinação do grupo familiar sobre si mesmo”. Os lugares de encontro, de convívio, de reunião, das rotinas em Bento Rodrigues cederam lugar em Mariana a lugares restritos, e os atingidos passaram a se ligar, de modo muito mais intenso, à casa e à família.

Se nos depoimentos Bento Rodrigues surge como um lugar de encontros, em Mariana, por sua vez, os encontros estão distantes da realidade que se revela. Desde o rompimento da

barragem de Fundão, os GTs e as celebrações religiosas (missas, cultos e, com menor frequência, festividades religiosas) se constituíram como os eventos responsáveis pela reunião da comunidade de Bento Rodrigues na cidade de Mariana, assumindo grande importância em meio às perdas dos antigos laços sociais. A vida em Mariana representa, portanto, uma modificação tanto no entorno material quanto uma transformação no campo das relações sociais. Despojados de seus espaços físicos de reunião, de seus espaços do mundo diário, a sociabilidade ampla que pressupunha uma convivência nos espaços comunitários de Bento Rodrigues sofre modificações e se torna restrita a raros momentos.

Através dos depoimentos dos atingidos podemos observar o lugar consolidado que os GTs e as missas ocupam em seu entendimento como pontos centrais de reunião e encontro da comunidade de Bento Rodrigues na cidade. Os encontros em Mariana reconstituem uma espécie de ponto que permite fazer uma passagem do estado de individualização promovido pelo evento crítico, transformando-os novamente em “seres comunitários”, fazendo com que possam viver, ainda que por um curto período de tempo, como comunidade.

Para Maria, a vida na cidade inviabiliza o momento de convívio. Em vista da imposição de modos de vida novos, a vida na cidade se torna diferente e, assim, também as rotinas se tornam. Embora conheça muitos moradores da comunidade e com muitos mantivesse uma relação que qualificou como “boa”, o encontro é comprometido em função da distância entre as residências, ou mesmo do desconhecimento acerca de onde as pessoas residem, promovendo o distanciamento entre as pessoas e o enfraquecimento dos laços de sociabilidade.

De vez em quando a gente encontra, mas não é como lá mais não. Acabou. É... Mudou cada um para uma rua. A maioria eu nem sei onde mora aqui em Mariana. Às vezes a gente vai à missa, a gente encontra... Mas não é aquilo que era, não é mais não. Cada um está para um canto, cada um está cuidando da vida. A vida da cidade muda, né, a vida muito. Lá a gente se sentava, né? Sentava na pracinha, ia bater papo com todo mundo... Ia à igreja, encontrava com todo mundo. Agora aqui em Mariana é tudo diferente. A gente quase não vê eles não. Só quando é assim nas missas, nas reuniões, aí encontra, né? Encontra nas missas e no GT e aí vai todo mundo. Todo mundo participa (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Além dos encontros propiciados pelos GTs e pelas missas, Maria diz ter contato com os parentes e com algumas pessoas de Bento Rodrigues que também frequentam um projeto da prefeitura de Mariana chamado Recria Vida que atende idosos da cidade de Mariana e distritos oferecendo diversas atividades recreativas e exercícios físicos.



É interessante observar que a praça, espaço de sociabilidade por excelência da comunidade de Bento Rodrigues quando no subdistrito, é excluída em Mariana como espaço de estar e de conviver. A praça, que poderia criar um lugar de encontro, “é um terreno estranho” (BOURDIEU, 1979, p.129), sendo raro que se vá para, por exemplo, conversar.

A despeito de a cidade contar com amplas praças, a sociabilidade na cidade de Mariana não é comprometida em razão do desconhecimento, da inexistência ou de um baixo número de praças e de outros espaços de convívio nos quais possam se reunir. O que emergiu nos depoimentos, com muita frequência, refere-se à situação de distanciamento no espaço, o fato de estarem “dispersos” na cidade de Mariana onde as redes interativas foram se perdendo e se tornando um elemento menos presente nos cotidianos, estabelecendo, assim, uma diferenciação na forma de sociabilidade. Além disso, deve se ter em conta também outros fatores, como a mudança da rotina vivendo na cidade.

Através do depoimento de Antônio, observamos como a sociabilidade em Mariana fica restrita aos GTs, local onde encontra mais pessoas da comunidade, e às celebrações religiosas, onde encontra as pessoas da comunidade que compartilham do credo evangélico, e como a cidade de Mariana, à exceção desses espaços, não figura para Antônio e, por extensão, aos atingidos, como um local onde as interações se dão:

Só tem a nossa boa vivência aqui, né? Nas reuniões... Quando eu não vou na reunião lá, eu vou para a igreja, né? Na reunião que a gente vai igual ontem a gente encontra com todo mundo lá, né? Por isso que eu não gosto de perder nenhuma reunião, por isso... Principalmente lá no GT, lá a gente encontra com todo mundo. Tá todo mundo do Bento lá. Aí converso com um, converso com outro [...] Eles muito alegres com a gente: “Antônio, Antônio! É bom reunião que agora eu estou te vendo” (Antônio, 75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

A vida social da comunidade de Bento Rodrigues se desenvolvia estreitamente vinculada à religião. Com o rompimento da barragem de Fundão, os vínculos religiosos da comunidade foram profundamente perturbados. Despojados de seus espaços físicos de convívio, dispersos territorialmente na cidade de Mariana, os principais momentos de encontro da comunidade são, para os católicos, as missas e festividades religiosas e para os evangélicos como Antônio, os cultos.

O depoimento de Ana, a seguir, evidencia como a igreja desempenha um papel significativo na sociabilidade dos atingidos em Mariana, permitindo o seu reencontro. Seu depoimento é marcado pela esperança que vem ao pensar sobre o reassentamento coletivo e a recomposição no projeto urbanístico dos elementos referenciais para a comunidade, em

especial das igrejas que, para ela, vêm abrir a possibilidade de reencontro e de um recomeço através de, literalmente, novas bases.

A gente tinha amizade com todo mundo... Era uma vida muito feliz que a gente tinha lá. Muito feliz e agora, assim, acabou, né? A relação... Porque cada um está em um canto, longe... A gente se vê sempre na missa do dízimo, né? Na igreja lá do Barro Preto que a gente se vê um bocado ou quando o Francisco vai vender biscoito também às vezes a gente passa na casa de alguém. Mas não é de todos não [...] E agora. Agora pra gente refazer de novo vai ser meio difícil, né? Voltar tudo que era... Eu acho que não vai ser fácil não. Mas tá bom, né? Um dia nós vamos ficar tudo junto de novo, né? Se Deus quiser, né? (Ana, 79 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Assim como a fala de Ana, o depoimento de Francisco ilustra a situação vivamente. O seu depoimento faz coro aos demais, sublinhando um presente marcado pela falta que sente da convivência com outros moradores de Bento Rodrigues, e pontua não apenas a vontade de estar junto à comunidade, mas também a possibilidade que o reassentamento trará nesse sentido:

Hoje a gente sente muita falta porque... Para encontrar com um ou outro só igual você viu ontem na reunião. E mesmo assim, vamos supor, de três pares nós só encontramos com uma. Então o pessoal só sai de casa para ir para reunião, então a gente não vê não tem aquela frequência de ver um ao outro. Isso que a gente sente mais, né? Porque lá o relacionamento era excelente, todo mundo via todo mundo, todo dia e hoje está totalmente diferente. Tinha um grupo que ia na igreja todos os dias na igreja de São Bento e chamava terço do Santíssimo. E toda sexta, sábado e domingo no Bar da Sandra... Tinha aquelas árvores. Era uma sombra arrumada, todo mundo ia. Tinha a Assembleia de Deus que eles faziam os encontros deles lá e também tinha aquele momento de todo mundo ficar junto. Mas isso aí acabou tudo, né? Aquela reunião que tinha todo mundo, de ponto de encontro, hoje não existe mais... Isso aí dificulta muito encontro de cada um [...] Mas não tem oportunidade não. Só quando tiver cada um na sua casa aí que... Tentar voltar o que era antes, né? (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Entre os encontros dos quais sente falta se situam aqueles promovidos em função dos ensaios do Coral São Bento<sup>70</sup>, do qual Francisco é integrante desde a década de 1980. O repertório musical do grupo era composto por músicas religiosas apresentadas nas missas e em festividades locais e regionais. Em Mariana, após o rompimento da barragem de Fundão, o

---

<sup>70</sup> De acordo com (NOVAIS; NOVAIS, 2017, p.5): O Coral São Bento foi fundado na década de 1970 pelo Sr. Antônio Zacarias, com oito cantores. Posteriormente, o coral foi dirigido pelas Sras. Laudelina Néri e Marinalda Aparecida da Silva Muniz. O repertório do grupo era composto por músicas religiosas, executadas nas festas e nas missas celebradas no subdistrito e localidades próximas. Os ensaios do Coral eram realizados na igreja de São Bento. Por ocasião das festas religiosas, o grupo começava a se preparar vinte dias antes dos eventos. A partir de 2011, a Sra. Cláudia de Fátima Alves assumiu a direção do Coral. As músicas eram, muitas vezes, aprendidas através de CDs e de livros comprados na sede de Mariana e na casa paroquial de Catas Altas. O grupo não possuía indumentária específica e contava com recursos constituídos pelos próprios membros para se deslocar para outras localidades, onde costumavam se apresentar.

Coral São Bento deu continuidade aos ensaios da formação musical. Entretanto, apesar de conseguirem se reunir, Francisco lamenta as dificuldades encontradas devido à distância:

O Coral... um dos mais famosos aí de Coral. As meninas cantam muito bem. Nós tínhamos dois violonistas, hoje tá com um só que é sou eu. Um outro pediu pra sair porque já tá de idade também, 85 anos. E a Ana no pandeiro e tem o Zezinho Café no outro pandeiro. Então é um coral muito arrumado, mas está com esse problema: encontra pouco, ensaia menos. Então é complicado. A gente ensaia quando tem a missa, a gente ensaia uma, duas vezes. Mas lá quando tinha missa, às vezes tinha duas, três missa por mês, a gente ensaiava constantemente. “Ô, nós vamos ensaiar tal dia”, aí ia. Todo mundo. Tudo pertinho... Na mesma hora tava todo mundo sabendo... (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Conforme mencionamos anteriormente, a Arquidiocese de Mariana e a Paróquia de Bento Rodrigues estiveram ao lado dos atingidos, participando e os assistindo de inúmeras maneiras. Entre elas, por meio da realização de missas e de festividades religiosas.

Apesar da capela de São Bento ter sido arrasada e da dificuldade de acesso ao subdistrito, a tradição das celebrações litúrgicas foi mantida. No ano de 2016, os moradores de Bento Rodrigues se reuniram para celebrar o dia do padroeiro da comunidade, evento que desfruta de centralidade e importância no calendário religioso da comunidade. Em função dos alertas emitidos pela Defesa Civil e pela Samarco sobre o risco iminente da área do subdistrito e da restrição de acesso ao local, a missa que havia na capela de São Bento, celebrada no último final de semana do mês de junho, foi transferida para a capela Santa Cruz, na cidade de Mariana e celebrada no dia do padroeiro, em 11 de junho. Após a missa, houve procissão, cortejo com banda de música e bênção final.

A celebração do dia do padroeiro, São Bento, em Mariana, marcou um momento de reflexão e de voltar os olhos para o passado, conforme o depoimento de Mônica, atingida de Bento Rodrigues, nos permite observar, bem como nos permite entrever a importância da relação que a comunidade possuía com o espaço do antigo subdistrito, com o seu entorno material a partir do sentimento de não pertencimento à realidade vivida na cidade:

Este ano, porém, foi um momento de mais reflexão. Por termos perdido todas as nossas referências, principalmente a nossa capela, a imagem de São Bento e tudo mais, pedimos a Deus coragem para prosseguir e celebramos com muita fé *em uma capela emprestada, tomamos as ruas que não eram as nossas* com uma imagem doada por irmãos de outra comunidade (A SIRENE, 2016, p.13, on-line, grifo nosso).

Apesar dos alertas emitidos, um pequeno grupo de moradores se reuniu no subdistrito para realizar a celebração do padroeiro com procissão, queima de fogos, hasteamento da

bandeira e reza em frente às ruínas da capela de São Bento. Nesse mesmo ano, na última semana do mês de setembro, novamente um grupo de moradores se reuniu em Bento Rodrigues, desta vez para comemorar a Festa de Nossa Senhora das Mercês, padroeira da outra capela. Apesar das reuniões ocorridas durante o ano de 2016 voltadas à realização de pequenas comemorações, apenas no segundo ano que se seguiu ao rompimento, em 2017, os moradores de Bento Rodrigues se encontraram pela primeira vez no antigo subdistrito para a celebração de uma missa “maior”<sup>71</sup>. A ocasião ganhou contornos especiais, pois a missa celebrada compunha o festejo mais tradicional da comunidade, a festa de São Bento.

A despeito da capela de São Bento ter sido destruída fisicamente, a relação que os moradores guardavam com aquele espaço persistiu. Diante da perda material da estrutura de “pedra e cal”, ergueu-se sobre o mesmo lugar, sobre as ruínas da capela, uma tenda de lona branca que fazia as vezes de uma estrutura que, por sua vez, remetia à arquitetura da construção religiosa de outrora. Em seu interior, durante a ocasião da missa podia ser observado no lugar correspondente ao antigo altar um cartaz com a imagem do santo padroeiro, bem como o crucifixo da antiga capela encontrado no meio dos rejeitos em uma cidade vizinha, e as imagens de Nossa Senhora da Paz e de São Bento, que chegaram através de uma doação - em substituição à imagem setecentista beneditina que se perdeu em meio aos rejeitos, presente desde a fundação da capela, em 1718. Na ocasião, além da celebração da missa, os moradores seguiram em procissão pelas ruas que restaram de Bento Rodrigues.

Após a retomada de uma celebração maior da missa de São Bento no subdistrito, em 2017 e nos meses seguintes, outras celebrações e solenidades foram realizadas nas ruínas da capela de São Bento e na capela de Nossa Senhora das Mercês, apesar do acervo desta continuar, por razões técnicas de conservação, restauro e segurança, sob a custódia da Fundação Renova.

---

<sup>71</sup> Conforme pontuado nos depoimentos, em 2016 a celebração contou com a participação de aproximadamente 20 pessoas. Em 2017, o número aumentou bastante, chegando a quase dobrar.

**Figura 7** - Foto: Celebração de missa.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2017.

**Figura 8** - Foto: São Bento e Nossa Senhora da Paz.



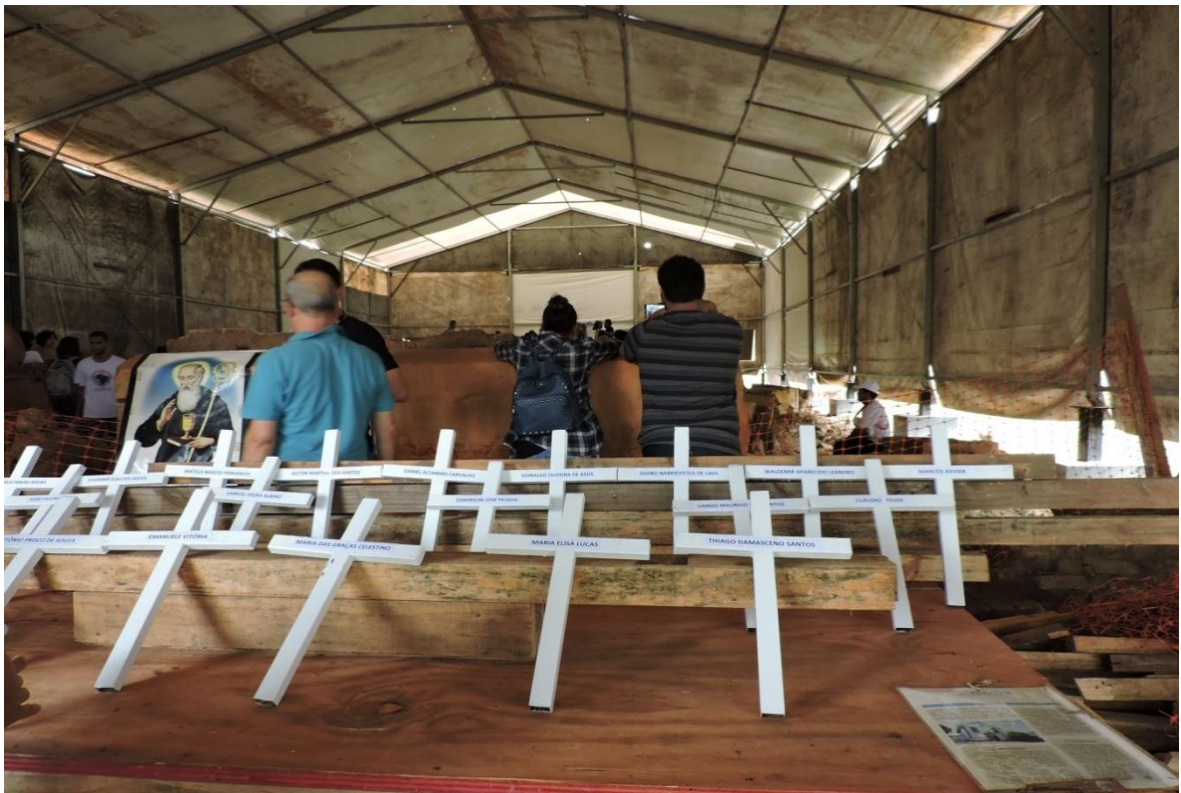
Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2017.

**Figura 9** - Foto: Celebração da missa nas ruínas da capela de São Bento.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2017.

**Figura 10** - Foto: Cruzes em homenagem aos 19 mortos do crime ambiental da Samarco/Vale/BHP.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2017.

A prática cultural da Festa de São Bento implica em certa materialidade uma vez que existem objetos que envolvem a sua produção e realização práticas, como o caso da imagem setecentista de São Bento e da Bandeira que “puxava” a procissão.

A Bandeira de São Bento, levada pelos rejeitos, estava em uma das primeiras casas atingidas, na casa de Maria, cuja família era guardiã da Bandeira há décadas. Confeccionada em papel, a Bandeira originalmente possuía o padroeiro da comunidade representado em uma pintura monocromática, em preto e branco, sob a proteção de vidro emoldurada e era empregada nas festas do padroeiro há mais de cinquenta anos.

Durante a primeira Festa de São Bento ocorrida depois do rompimento da barragem de Fundão na sede de Mariana, um banner foi utilizado como Bandeira. Diante dessa situação, guiado por um senso de fé e pelo desejo de manter viva a tradição da comunidade de Bento Rodrigues, Eduardo, festeiro da comunidade e genro de Maria, pediu o aval ao Seu Filomeno, Presidente da Comissão de Festeiros, e à sogra para confeccionar uma nova Bandeira para ser empregada na Festa de São Bento de 2017. Inspirada na antiga Bandeira através de uma fotografia, sua nova versão ganhou cores e expressões próprias (Figura 11). A capela de São Bento, o muro em pedra seca, o Bar da Sandra, a praça de São Bento, o pé de manga, elementos constituintes da paisagem do antigo subdistrito muito recordados nos depoimentos dos antigos moradores, foram adicionados à imagem de São Bento com vasos de flores aos seus pés, representação que havia na antiga Bandeira. Hoje em dia a Bandeira se encontra novamente sob a guarda de Maria, como era de costume, agora protegida em sua casa na sede de Mariana.

Entre os aspectos de caráter mais formal ligados ao funcionamento da Festa de São Bento encontrava-se a existência de uma Comissão de Festeiros, organizadora principal, responsável por dirigir os preparativos da festa, os quais contavam também com a participação da comunidade. Por meio de votação intracomissão se escolhia, a cada ano, a casa de um festeiro, de uma festeira ou de uma pessoa da comunidade, através de indicação, para a saída da Bandeira.

Os devotos em conjunto com a banda iam à casa escolhida buscar a Bandeira e, então, saíam em procissão. Com a nova Bandeira, o costume foi retomado no antigo subdistrito, e a primeira saída da nova Bandeira foi realizada de uma das casas que não foram destruídas pelos rejeitos e que, após o rompimento, foi reformada. Em razão de recriar a Bandeira e da família de sua esposa ter sido a guardiã do objeto por muitos anos, em um gesto de gratidão e

em reverência à continuidade da tradição, Eduardo foi o primeiro festeiro escolhido pela comunidade para a saída da Bandeira.

De acordo com o assinalado anteriormente, a Festa de São Bento é um costume vivido de geração em geração e sofreu alteração ao longo dos anos, sendo recriada pela comunidade em função de contingências e circunstâncias de sua história ao longo do tempo.

Desaparecida, a Bandeira é transformada e sofre reelaboração. O objeto persiste na memória do grupo envolta em seus valores e tradições, servindo como ponto de referência e continuidade a julgar a situação presente, que é de desintegração dos padrões tradicionais. Ao reinserir a Bandeira no contexto social e de produção da Festa de São Bento, a tradição se renova e a memória da comunidade se atualiza em meio às condições impostas pelo rompimento da barragem de Fundão, acompanhando a dinâmica inerente à vida social e se apresentando como um processo cultural vivo – de modo evidente, pois se trata de um fenômeno social que a integra e constitui. Desta maneira, a Bandeira em si não é o aspecto mais importante, mas aquilo que esta permite desvelar. Em última análise, não se trata de uma simples bandeira: de objeto, a Bandeira passa à categoria de ícone na medida em que o objeto implicado permite revelar aspectos ideais e valorativos da comunidade de Bento Rodrigues.

A nova Bandeira se constitui como um instrumento de valorização da tradição na medida em que se relaciona à vivência da comunidade da manifestação e da celebração religiosa de São Bento. Diante da disruptura dos processos sociais em Bento Rodrigues causada, em razão da Bandeira primeira já inexistir fisicamente, a confecção de uma nova bandeira recria e ressignifica o momento de envolvimento, de mobilização e de devoção da comunidade. A celebração do ritual da procissão com uma nova Bandeira além de representar a possibilidade de um momento de reencontro entre familiares, amigos, vizinhos e conhecidos dispersos territorialmente em casas e apartamentos provisórios em Mariana e cidades próximas, retoma também o significado de comunhão e de comunidade para um grupo de pessoas.

Nesse sentido, a festa, observada como um acontecimento coletivo e que se repete, nos fornece um sentimento de continuidade, conforme recobra Roberto DaMatta: “A repetição festiva, como disse Thomas Mann, é a abolição da diferença entre o ser e o ter sido” (DAMATTA, 2013, on-line)<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/opiniao/roberto-damatta/noticia/2013/02/o-que-diz-o-carnaval.html>>.



**Figura 11** - Foto: Bandeira de São Bento.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2018.

**Figura 12** - Foto: Cartaz “A força do povo está na fé”.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2017.

Conforme observamos nesse capítulo, na cidade houve uma redução da sociabilidade à esfera familiar o que, em face da vida tradicional da comunidade, liga-se à sensação de isolamento, frequentemente relatada pelos moradores, em razão da perda da sociabilidade comunitária. A situação na qual se encontram os atingidos em Mariana representa não apenas a desorganização espacial, mas uma regressão e desorganização na esfera da sociabilidade, um descompasso com a vida social pretérita da comunidade em sua plenitude que se amparava no entorno material imediato (praça e igrejas, notadamente) responsável por ensejar um sistema largo de relações e interações não apenas entre aqueles da comunidade, mas da comunidade com os “de fora”, inclusive.

Em Mariana, há um desarranjo das relações costumeiras e cotidianas e, com isso, formas novas e mais restritas de interação e experiência social são impingidas aos atingidos, tornando a rede de relações sociais mais limitada e mais fraca. Os laços comunitários se afrouxam em face do distanciamento geográfico que enseja o afastamento dos indivíduos uns dos outros com prejuízo para as relações, contribuindo para a sua desintegração, atrofiando formas coletivas de organização social e obstando uma sociabilidade mais viva e ampla.

Na explicação de que a sociabilidade é reservada a poucos momentos, os moradores manifestam o sentimento de isolamento e a distância que se estabeleceu entre os conhecidos e os familiares. Há um ponto convergente nos depoimentos acerca da postura de distanciamento com respeito à cidade e aos equipamentos públicos que ela dispõe, em especial as praças que se configuram não apenas como um potencial lugar de encontro, mas também de lazer, um espaço alternativo à casa e à sensação de enclausuramento e ao sentimento de isolamento. Nesse sentido, parece haver entre os atingidos uma reticência em aderir ao universo que eles identificam como “temporário” e “provisório”, estabelecendo um corte entre Mariana, o não-lugar da comunidade, e a vida futura, o lugar onde a comunidade se reorganizará e promoverá o suposto reestabelecimento de sua rede de relações anteriores e que, em face do ócio e de toda a espera, ocupa um espaço grande na vida dos atingidos. Observamos, contudo, que apesar de haver um fechamento às concepções mais largas e diversas de sociabilidade na cidade de Mariana, há uma busca, entre católicos e evangélicos, pela igreja como um espaço de sociabilidade.

Conforme pontuado, da ocupação de Bento Rodrigues resultou uma comunidade cujos vínculos religiosos eram fortes e vinculantes. Se nem todos da comunidade são católicos, é certo que o elemento mais dinâmico da comunidade, independente do credo, é a religião.

Uma das principais características da religião é promover a sensação de união, de *comunhão*. Credos religiosos à parte, a religião é o elemento por excelência definidor da comunidade, em sua maior extensão. Do ponto de vista religioso, nas missas e nos cultos, as relações de solidariedade e os vínculos familiares, vicinais e comunitários são reavivados e fortalecidos pela fé. Nas celebrações religiosas se define, com base na fé, a união, e do ponto de vista especificamente da união, é estabelecida a oportunidade da comunidade se encontrar, novamente, enquanto comunidade. A religião cumpre certa função estabilizadora e se reafirma enquanto um elemento característico da vida social de Bento Rodrigues, cujos vínculos religiosos representam sua condição normal de quando as relações eram sólidas, sublinhando a importância do papel que as celebrações possuem para a comunidade em vista da situação de dispersão e desintegração com a qual se deparam diariamente.

A religião, prene de seu sentido gregário, através da qual a comunidade se recriava e se fortalecia é, no presente, também a forma por meio da qual o sentimento e a sensação de pertencimento à comunidade são reavivados. Na igreja, a comunidade é reinventada e o espaço religioso atua no sentido de fortalecer as concepções ordenadoras da vida social da comunidade provenientes da vida religiosa que em um momento anterior ao rompimento da barragem de Fundão se realizavam e se atualizavam de forma intrínseca e perfeitamente “natural”.

No capítulo a seguir, abordaremos mais detalhadamente como a comunidade de Bento Rodrigues vem se relacionando com o desenvolvimento do projeto urbanístico do reassentamento coletivo.

## 4. NÓS OLHAMOS O PASSADO PELO ESPELHO RETROVISOR?

### 4.1. O PROCESSO DE REASSENTAMENTO COLETIVO DE BENTO RODRIGUES

As diretrizes estabelecidas visando à reparação do direito à moradia dos atingidos do rompimento da barragem de Fundão foram acordadas em audiência pública realizada em fevereiro de 2018. Conforme informa o documento resultante, o direito à moradia violado pode ser reparado de acordo com três modalidades: reassentamento coletivo, reassentamento familiar e reconstrução:

Reassentamento coletivo: ato de reparação diante de uma remoção forçada de uma comunidade do seu local de origem para uma nova área. O reassentamento coletivo deve garantir a restituição do direito à moradia adequada, da retomada às atividades produtivas, volta dos modos de vida e do acesso igualitário para todos os bens coletivos de uma comunidade.

Reassentamento familiar: ato de reparação de uma remoção forçada de um núcleo familiar do seu local de origem para uma nova área. O reassentamento familiar deve garantir a restituição do direito à moradia adequada, da retomada às atividades produtivas, volta dos modos de vida e do acesso igualitário para todos os bens coletivos do núcleo familiar removido.

Reconstrução: ato de reparação diante de um imóvel atingido. A reconstrução visa a reparação da moradia na área de origem de forma a reestabelecer as condições de uso para fins de habitação, atividades produtivas e modos de vida. A premissa dessa modalidade de reparação é o acesso às informações sobre os riscos de permanência na área atingida, nos termos da legislação aplicável (MPMG, 2018, p.4, on-line)<sup>73</sup>.

Em todas as modalidades estão previstas a garantia de restituição do direito à moradia adequada, a retomada das atividades produtivas<sup>74</sup>, dos modos de vida e o acesso igualitário aos equipamentos urbanos - igrejas, praças, escolas - pela comunidade ou pelo núcleo familiar removidos de sua comunidade de origem. Em função da impossibilidade de reconstrução no subdistrito e, portanto, de regresso das famílias da comunidade de Bento Rodrigues à localidade, os atingidos puderam optar entre as duas primeiras modalidades: o reassentamento coletivo, no qual toda a população residente do local de origem tem a opção de se mudar para um novo espaço em comum - modalidade que norteou o desenvolvimento deste trabalho e sobre a qual discutiremos neste capítulo - e o reassentamento familiar para aqueles núcleos familiares que não desejam ser reassentados em Lavoura e o farão em outra localidade

---

<sup>73</sup> Disponível em: <<http://jornalasurene.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Diretrizes-para-o-reassentamento-das-comunidades-Parte-1-F1%C3%A1vio.pdf>>.

<sup>74</sup> Em conformidade com o acordo firmado entre a Fundação Renova e o MPMG, uma vez reassentados, os atingidos terão direito à assistência técnica para o desenvolvimento de atividades agrossilvopastoris e aqueles que possuíam plantações e criações deverão receber adubo, ração e outros insumos que forem necessários.

escolhida por eles. Em conversa com o coordenador na Fundação Renova da equipe de arquitetos, urbanistas e engenheiros responsáveis pelo desenvolvimento de projetos para as comunidades atingidas de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e outras comunidades rurais, ele relatou que, originalmente, dentre os cerca de 600 moradores de Bento Rodrigues há 212 famílias e, “dentro dessas famílias”, há outros núcleos familiares<sup>75</sup>. Por esse motivo, até o final da pesquisa de campo, o universo de quantas famílias havia em Bento Rodrigues era ainda desconhecido. Em dezembro de 2018 haviam sido mapeadas 18 famílias que optaram pelo reassentamento familiar, não pelo coletivo.

Nesta seção, apresentaremos as etapas do processo de reassentamento coletivo da comunidade de Bento Rodrigues relacionadas à elaboração do projeto conceitual urbanístico que foram concluídas até o momento em que a pesquisa de campo foi finalizada, em janeiro de 2019.

Em atendimento ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), a Fundação Renova realiza a execução de uma série de ações e medidas necessárias à reparação e compensação do meio ambiente e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Estão previstos no TTAC 42 programas de natureza socioeconômica e socioambiental dirigidos pela Fundação Renova divididos em três eixos temáticos, os quais agrupam os principais focos de atuação no processo de recuperação dos impactos e danos causados em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. São eles: *Eixo 1- Pessoas e Comunidades* cujas frentes de atuação se dedicam às questões de identificação e indenização, educação e cultura, saúde e bem-estar, comunidades tradicionais e indígenas, fomento à economia, engajamento e diálogo; *Eixo 2 – Terra e Água* cujas frentes de atuação se dedicam às questões de uso do solo, gestão hídrica, manejo de rejeito, biodiversidade, assistência aos animais e inovação e *Eixo 3 – Reconstrução e Infraestrutura* cujas frentes de atuação se dedicam às questões de reassentamento, contenção de rejeitos, tratamento de água e efluentes, infraestrutura urbana e acessos. Entre os programas relacionados ao terceiro eixo se encontra o programa “Reconstrução de Vilas” que envolve a reconstrução, recuperação e realocação de duas comunidades além de Bento Rodrigues, as de Paracatu de Baixo e Gesteira, consoante projetos específicos em cada comunidade.

No ano de 2016, entre os meses de janeiro e maio, foram realizados estudos e diagnósticos dedicados à definição, em conjunto com a comunidade de Bento Rodrigues, dos critérios que seriam considerados no mapeamento da localização do reassentamento. Essa

---

<sup>75</sup> É o caso dos filhos que possuem união estável e que moravam com os pais, por exemplo.

etapa visou levantar o maior número possível de informações por meio da condução de uma consulta pública às famílias atingidas. Para a escolha da área destinada ao reassentamento foi efetivado o mapeamento de 19 áreas e foram realizadas 37 reuniões, 2 assembleias informativas para que os moradores pudessem esclarecer suas dúvidas, além de 2 programas de visitas aos terrenos pré-qualificados com o intuito dos moradores conhecerem os aspectos técnicos de cada terreno que, entre as áreas mapeadas, foram apresentados para votação<sup>76</sup>, a saber: Bicas, Carabina e Lavoura, sendo este o terreno escolhido por mais de 90% das pessoas da comunidade no início do mês de maio. Entre os meses de maio e agosto do referido ano foram realizados o levantamento de expectativas cujo objetivo principal era apurar os desejos e as necessidades da comunidade, bem como as oficinas das quais o material resultante serviu como subsídio à elaboração do plano urbanístico e serve aos projetos arquitetônicos das casas<sup>77</sup>.

Em seguida, entre os meses de agosto e outubro, foi realizado o processo de definição da poligonal referente ao tamanho e à localização do terreno. Contudo, as discussões sobre o reassentamento foram suspensas após solicitação da Comissão de Atingidos, que aguardava então a mobilização da assessoria técnica que a auxiliaria no processo visando pautar o processo de reassentamento em bases mais justas e garantir o respeito aos desejos, à autonomia e à participação deliberativa de todos da comunidade no espaço decisório de forma mais efetiva.

No período compreendido entre os meses de novembro de 2016 e julho de 2017, foram apresentados dois projetos urbanísticos conceituais com o desenho do novo distrito, a definição de seu tamanho e limites aproximados, a distribuição inicial das ruas, quadras e equipamentos urbanos. O primeiro projeto foi apresentado ainda antes do início dos trabalhos da Fundação Renova. Ele foi desenvolvido por uma empresa de urbanismo experiente, a Dávila Arquitetura e Engenharia S.A., que propôs uma vila “moderna” e reformulada aos moradores, tendo sido reprovado.

Foram realizadas então 14 novas oficinas para que as expectativas com relação ao reassentamento fossem levantadas e validadas pela comunidade e fosse iniciada, assim, a elaboração de um segundo projeto urbanístico construído em conjunto com a comunidade, sua

---

<sup>76</sup> A proximidade com o antigo subdistrito de Bento Rodrigues foi um dos critérios predeterminados pelos moradores para a escolha do terreno destinado ao reassentamento. O território eleito de Lavoura está localizado na rota da estrada que leva ao antigo subdistrito e dista cerca de 8 quilômetros de Mariana e 9 quilômetros da localidade de Bento Rodrigues.

<sup>77</sup> A elaboração dos projetos individuais das casas, de acordo com o que apresentaremos adiante, encontrava-se em andamento quando a pesquisa de campo desta dissertação foi finalizada.

comissão de representantes e a Cáritas Regional de Minas Gerais, assessoria técnica escolhida pelos atingidos de Bento Rodrigues que os auxilia nas decisões relacionadas ao reassentamento. Em sua elaboração, o desejo expresso pela comunidade logo nos primeiros dias que se seguiram ao rompimento da barragem de Fundão foi sublinhado novamente: preservar, ao máximo, as características originais de Bento Rodrigues, o que incluía, entre outros elementos, a localização dos equipamentos urbanos, como as igrejas que havia em Bento Rodrigues, a praça e a manutenção das relações de vizinhança.

Por iniciativa da comunidade, em demanda à Cáritas, é que foram realizadas essas oficinas, partindo das diretrizes estabelecidas pela comunidade que possibilitaram a construção do modelo final do projeto urbanístico e de sua maquete que, atualmente, encontra-se no canteiro de obras do reassentamento, em Lavoura. Foram essas oficinas que inauguraram, de fato, um espaço para se construir o projeto urbanístico de reassentamento. Nessas oficinas, os atingidos participavam manifestando os seus desejos, ideias e expectativas com relação ao reassentamento, os quais eram submetidos ao exame e à aprovação coletiva por meio de votação. A seguir, Francisco relata o processo das oficinas:

Então a gente sentou a Comissão com a Cáritas e então sugerimos essas diretrizes de partir para um uma oficina, que na oficina você colhe os detalhes, prega na parede. Você tem uma opinião, você cola lá. A minha opinião, outra diferente. Então no final, você vai concluindo tudo, você chega numa definição muito fácil: O que é ruim? Você deixa de lado; O que é bom? Você segue; O que é médio? Você procura acertar. Ou para lá ou para cá. Então foi assim que a gente adquiriu essa maquete que para mim é muito boa (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Todo o processo de construção do desenho do mapa foi realizado com o acompanhamento da Comissão de Atingidos de Bento Rodrigues, conforme pontua Francisco, que desde o rompimento atua nas questões concernentes aos atingidos e nunca deixou de estar presente nas discussões sobre os seus direitos, além da participação das famílias da comunidade. Durante as oficinas, foram utilizados como suportes para lembrar o que havia no antigo subdistrito as raras fotografias que os moradores conseguiram preservar, imagens de satélite fornecidas pelo Google Maps, fotos de Bento Rodrigues em um momento posterior ao rompimento, entre outros materiais:

A gente criou um processo de oficina. Essa oficina cada grupo de... Era separada por grupo familiar. Então separava um dia dez famílias, outro dia cinco famílias, outro dia quinze famílias. Separava cada grupo e fazendo os desenhos, né? [...] A gente tirava aquele detalhe que as famílias colocavam na parede, cada um. "O que de bom que tem aqui?". "Isso é bom ou é ruim?". Aí perguntava para uma pessoa. "Isso é bom". Aí colocava lá. "Bom?": Verde. Amarelo. Vermelho: "Ali não pode". Então a gente foi construindo isso nisso aí [...] Nessas oficinas foi desenhando, desenhando.

Cada dia oficina desenhando. Tirava o que é bom, tirava o que é médio, tirava o que é ruim e ia colocando, ia encaixando tudo. Tipo... Você já estudou, você sabe. Tem o quadro. Você vai tirando, vai colocando: Amarelo, verde, vermelho, preto. Para ficar bem visualizado. Então aqueles que eram positivos, que era o verde, então ia encaixando. Aí onde que deu tudo certo. Isso é tudo detalhe. Tudo teve participação das famílias todas. Só não participou aquele que não quis ir. A gente não pode obrigar, né? Igual os que não querem mudar, mesmo assim alguns participaram. Não tem não tem nada a ver que não vai voltar para lá. Mas mesmo eles que não queriam voltar participaram (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

E continua:

Então por aí que surgiu a ideia de fazer as maquetes. Depois dessa oficina aí surgiu fazer um desenho mais completo... Aí depois surgiu duas maquetes, a 1 e a 2 para a gente detalhar e votar na que for viável. Então isso tudo aconteceu através de oficina junto com a comunidade toda [...] Fez mapa, fez vários desenhos. Às vezes na outra oficina, desenho... Através dessas dicas, diretrizes, né, que cada um dava: “Ah, então aqui nós vamos mudar pra aqui, né?”. Aí a gente mudava... Até chegar num bom senso que a maquete ficou pronta sem problema nenhum [...] A gente tirava foto, por exemplo. Tirava foto, colocava no mapa as fotos como que era, os nomes das ruas, os nomes das pessoas. Quem... Tudo numerado pelos números de cada casa. Cada um lote tem um número. Então tudo isso foi através de oficina e esses detalhes de diretriz a gente foi procurando, acertando. Tirava o que era ruim e colocava o que é bom, até chegar no ponto em que chegou. Foi lá no Bento, tirou várias fotos, trouxe para cá. Tudo isso foi feito (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Apesar do projeto urbanístico resultante desse processo ter sido aprovado em janeiro de 2017, devido às características tipográficas do terreno foi necessária a realização de ajustes à área de Lavoura que foram considerados em duas propostas apresentadas à comunidade em oficinas seguintes. Sendo assim, de agosto de 2017 a fevereiro de 2018, outras 23 oficinas de avaliação de propostas foram realizadas e, neste último mês, a Fundação Renova apresentou, em maquetes físicas, duas alternativas de ocupação da área de Lavoura visando consolidar um único projeto urbanístico. A seguir, Francisco relata o processo de escolha entre os projetos que foram transformados em maquetes e apresentados à comunidade na ocasião. No depoimento, Francisco pontua que o projeto escolhido pela comunidade se deu a partir de uma combinação dos elementos que havia “de melhor” em cada uma das maquetes, votados por cada morador, e que foram acomodados, em seguida, na maquete 1, a opção escolhida pela comunidade. Em função da ausência de espaço aberto à realização de mudanças que apresentava, aponta Francisco, a maquete 2 foi descartada. Entre os elementos considerados ruins pela comunidade na maquete 2 se encontrava a localização da quadra de esportes e o do campo de futebol, elementos referenciais para a construção do projeto, “dentro” do subdistrito e uma rua localizada “fora” do subdistrito, em uma configuração espacial distinta daquela que havia no antigo Bento Rodrigues, conforme aponta Francisco:



Aí ficaram os dois projetos: o 1 e o 2. Desse 1 e o 2 fizeram as maquetes. As duas maquetes. Aí foram os mesmos detalhes: a gente levou as duas, pôs junto para a gente tirar o que era bom de um, colocar no outro. "Qual é que vocês acham que dá mais certo?". Aí nós achamos que nós tiramos isso aqui do 2 enquanto ele era bom, o outro ele era ruim porque ia mudar. O 2 ia ter quadra. Ia ter quadra, campo de futebol, tudo dentro do distrito e lá no Bento não era. O campo lá era mais ou menos mil metros fora do Bento, e lá ia dar o campo no centro do Bento nessa 2. E a rua Raimundo Muniz ia ficar fora com saída, com alternativa de desvio por fora. Lá não tinha [...] Então esses detalhes que fez a gente alterar. A gente mudou, e depois que construiu tudo no 1 tirando o que é bom lá do 2 e pondo no 1, aí ficou ótimo, que é o que está hoje. Por exemplo, no 2... A saída para Santa Rita no 2 não tinha. E lá no Bento você entrava o carro, usava o Bento todo. Depois, se quisesse sair para Santa Rita Durão, você saía. Nesse 2 não ia ter. Então nós brigamos por causa disso. Brigamos no bom senso, né? Para acertar. Então a gente tirou [...] Eles vão cumprir para nós o que nós tínhamos lá. Eles é que tiraram, então eles têm que pôr outro. Então esses detalhes é que fez a gente votar no 1 que no 1 que coube isso aí e no 2 não cabia, não tinha como fazer. Então esses detalhes que fez a gente opinar pelo 1 (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

As propostas com o desenho, a distribuição das ruas e quadras, a definição do tamanho e dos limites realizados pela Fundação Renova foram amplamente discutidas e as ponderações da comunidade foram apresentadas durante as oficinas, sendo consideradas e incluídas no projeto urbanístico validado em assembleia<sup>78</sup>, realizada no dia 08 de fevereiro de 2018, com aprovação superior a 99% dos votantes<sup>79</sup>.

Após a aprovação do projeto urbanístico, a Fundação Renova deu continuidade ao processo de reassentamento através da elaboração dos projetos de engenharia e de estudos ambientais para protocolar o pedido das licenças ambiental e urbanística. No dia 27 do mês de abril, a Superintendência de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) concedeu a primeira liberação para a implantação do canteiro de obras do reassentamento com o objetivo de antecipar a construção dos escritórios e estruturas de apoio das empresas que irão executar as obras. Poucos dias após a liberação concedida pela SEMAD, no dia 9 de maio, a Secretaria Municipal de Obras de Mariana emitiu o alvará para a implantação do canteiro de obras e no dia 11 de maio a implementação do canteiro foi oficialmente iniciada. Em maio de 2018 o terreno de Lavoura foi desapropriado pela prefeitura de Mariana e, no mês seguinte, em

---

<sup>78</sup> Além das famílias da comunidade de Bento Rodrigues, a assembleia contou com as presenças de representantes da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), da Prefeitura de Mariana, da Câmara Municipal de Mariana, da Arquidiocese de Mariana e do MPMG. Conforme foi definido pela Comissão, o quórum mínimo era de 75%, correspondente à presença de 169 famílias, sendo necessária a aprovação do projeto urbanístico por 70% dos presentes. O voto foi secreto e ocorreu por meio de cédula individual depositada em uma urna. Todo processo de votação passou pelo crivo de uma auditoria independente a fim de garantir a idoneidade deste.

<sup>79</sup> Dos 180 votos válidos, 179 concordaram e apenas um foi contrário à proposta.

junho, houve o processo formal de transferência de posse<sup>80</sup> desse terreno para a Fundação Renova.

As reuniões dos arquitetos da Fundação Renova com as famílias de Bento Rodrigues para a realização dos desenhos das casas se iniciaram em maio de 2018, seguindo-se durante os meses seguintes sem, até o encerramento da pesquisa de campo, sua conclusão. Fruto de uma proposta realizada em acordo com os moradores, a construção das casas obedecerá a um projeto individualizado, conforme as características solicitadas por cada família.

Em 06 de junho daquele ano ocorreu a emissão do documento de licenciamento ambiental pela Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI) e da SEMAD, sendo a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) obtidas em fase única. Em seguida, no mês de agosto ocorreu a emissão pela Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR) do selo de anuência prévia - atestado de conformidade dos projetos de loteamento - quanto ao parcelamento do solo e a emissão do alvará municipal pela Prefeitura de Mariana a partir dos quais é possível o início da fase de implantação e construção das obras de infraestrutura tais como abertura de vias e pavimentação, drenagem, redes de coleta de esgoto, distribuição de água e de energia elétrica. Após a construção dos equipamentos urbanos, serão realizadas a demarcação dos lotes e a construção das residências. Ao término da construção, a entrega será feita.

Segundo a Fundação Renova, as obras possuem entrega prevista para o segundo semestre de 2020.

---

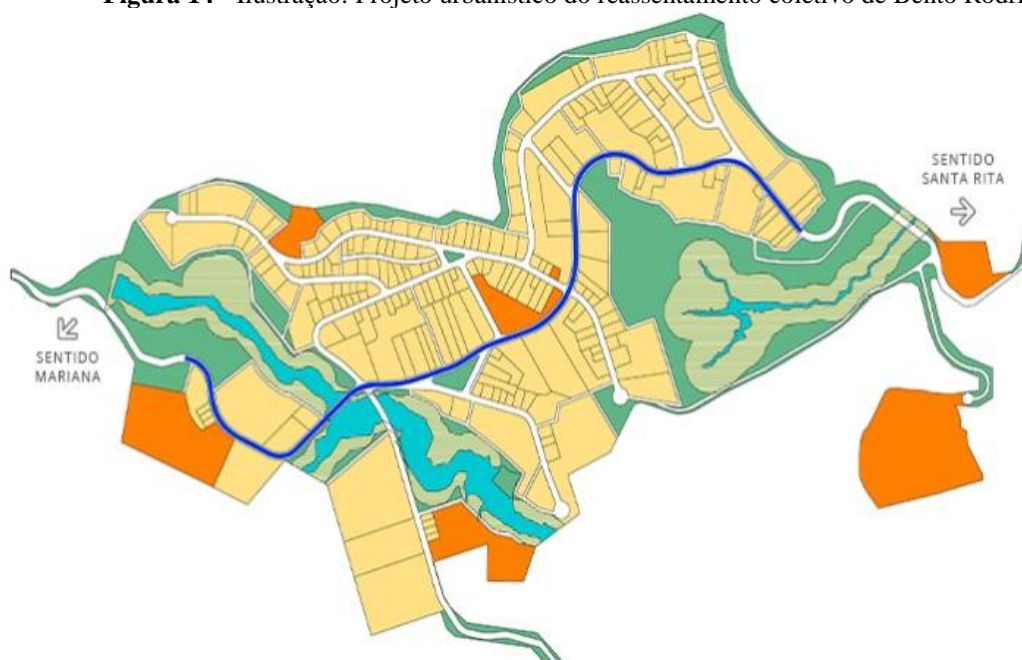
<sup>80</sup> Em 11 de junho de 2018, a Câmara Municipal de Mariana aprovou, por unanimidade e em turno único, o Projeto de Lei 39/2018 que criou a Lei 3220/2018. A lei sancionada autoriza a doação de terrenos à Fundação Renova para o reassentamento, viabilizando, assim, a doação de nove terrenos pertencentes à ArcelorMittal S.A. em Lavoura. Com a regularização, foi possível a transferência dos lotes para os moradores.

**Figura 13** - Ilustração: Área do antigo subdistrito Bento Rodrigues.



Fonte: Divulgação Fundação Renova<sup>81</sup>.

**Figura 14** - Ilustração: Projeto urbanístico do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues.



Fonte: Divulgação Fundação Renova<sup>82</sup>.

<sup>81</sup> Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/noticia/projeto-urbanistico-de-bento-rodrigues-e-aprovado-por-994-das-familias-em-assembleia-geral/>>.

<sup>82</sup> Id..

## 4.2. ENTRE O ANTIGO E O NOVO

O projeto de reassentamento de Bento Rodrigues se encontra no bojo das ações de recuperação e compensação realizadas pela Fundação Renova nos municípios localizados em Minas Gerais e Espírito Santo, atingidos pelo crime ambiental. Após o rompimento da barragem de Fundão, as famílias de Bento Rodrigues foram hospedadas, em caráter emergencial, em hotéis de Mariana e, posteriormente, foram transferidas para residências provisórias escolhidas por elas próprias em Mariana e região e cujos encargos financeiros couberam à Samarco arcar. Residências estas, cabe ressaltar, nas quais aguardam até hoje pelo reassentamento coletivo, passados três anos do crime.

O foco no reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues sob a perspectiva coletiva, a partir do qual toda a população residente no local de origem terá a opção de se mudar para um novo espaço em comum e no qual serão buscadas, na medida do possível, a restituição das características próximas às do local de origem de onde foi removida ganhou centralidade na fala dos moradores desde os primeiros dias que se seguiram ao rompimento da barragem de Fundão, conforme visualizamos através dos excertos de reportagens publicadas em jornais e depoimentos do capítulo anterior. Assim, todos os esforços na elaboração do projeto urbanístico de Bento Rodrigues foram realizados no intuito de se assegurar, ao máximo, as características existentes outrora.

Algumas mudanças, entretanto, impuseram-se como obstáculos a essa realização se considerarmos literalmente esse anseio. O projeto urbanístico necessitou se adaptar às leis municipais federais vigentes, como o Plano Diretor Municipal criado pela Prefeitura de Mariana (Lei Complementar 016/2004) e às características topográficas do novo terreno.

Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem se caracterizava como um subdistrito com feição rural, distava 23,5 quilômetros de Mariana e ocupava uma área de aproximadamente 54 hectares. Seu primeiro foco de povoamento data do século XVII e sua morfologia urbana apresentava traçado espontâneo, não possuindo planejamento prévio, o que pode ser verificado na formação socioespacial de vilas, povoados e arraiais, que nascem circunstancialmente nesse contexto durante o período do Brasil Colônia, cujos modelos de ocupação e ordenamento apresentam pouca ou nenhuma intervenção e planejamento. Além disso, parte significativa do subdistrito de Bento Rodrigues foi construída em área plana e os terrenos apresentavam lotes de tamanhos variados.

Sua contraparte, Bento Rodrigues do projeto urbanístico a ser implementado, caracterizar-se-á como um distrito de Mariana com feição urbana a distar 8 quilômetros da

sede da cidade e 9 quilômetros do antigo subdistrito de Bento Rodrigues e abrangerá uma área de aproximadamente 66 hectares. O terreno apresenta inclinações, e os lotes serão construídos com, no mínimo, 250m<sup>283</sup> com as testadas - parte correspondente à frente do lote - devendo possuir, no mínimo, 12 metros. Além disso, todos os lotes devem possuir saída para a rua. As ruas, outrora estreitas, serão construídas com duas vias e calçadas de pedestres, e deverão apresentar largura mínima de 10 metros. Além disso, consoante o projeto, somarão aos equipamentos urbanos que havia em Bento Rodrigues - Escola Municipal de Bento Rodrigues, posto de saúde, igrejas, campo de futebol, quadra poliesportiva e praça - mais equipamentos urbanos, como novas praças e áreas de convivência, e às ruas sem saída serão adicionadas rotatórias.

Conforme observado durante a realização desta pesquisa, a despeito das mudanças que foram impostas ao projeto urbanístico conceitual em decorrência da necessidade de adequação às leis e às características topográficas de Lavoura (o novo terreno apresenta inclinações, Área de Preservação Permanente, presença de cavernas), a comunidade de Bento Rodrigues buscou desde o início de sua formulação que as características de outrora fossem ao máximo preservadas, perseguindo a recomposição de elementos referenciais de “como era antes”, em sua idealização: as casas, articuladas ao desejo de manutenção das relações de vizinhança, bem como os equipamentos públicos articulados à manutenção de distância e proximidade que estes guardam com as casas e que, assim como estas, serão recompostos de acordo com a sua configuração espacial pretérita no antigo subdistrito.

Se comparado com o que havia no antigo subdistrito, o que traz modificações para a concepção do projeto urbanístico conceitual e, portanto, trará para a realidade do reassentamento não são apenas as adequações às leis e às características topográficas do terreno. Seguindo a dinâmica da vida, desde o rompimento da barragem de Fundão ocorreram novas uniões estáveis, falecimentos, separações conjugais e nascimentos em muitas famílias da comunidade, eventos que resultam em alterações nos núcleos familiares e, conseqüentemente, podem gerar alterações no delineamento do projeto urbanístico no que diz respeito à demarcação de novos lotes.

Apesar da consideração acerca da conformação atual dos núcleos familiares estar presente nas diretrizes<sup>84</sup> de reparação do direito à moradia, as discussões em torno do assunto

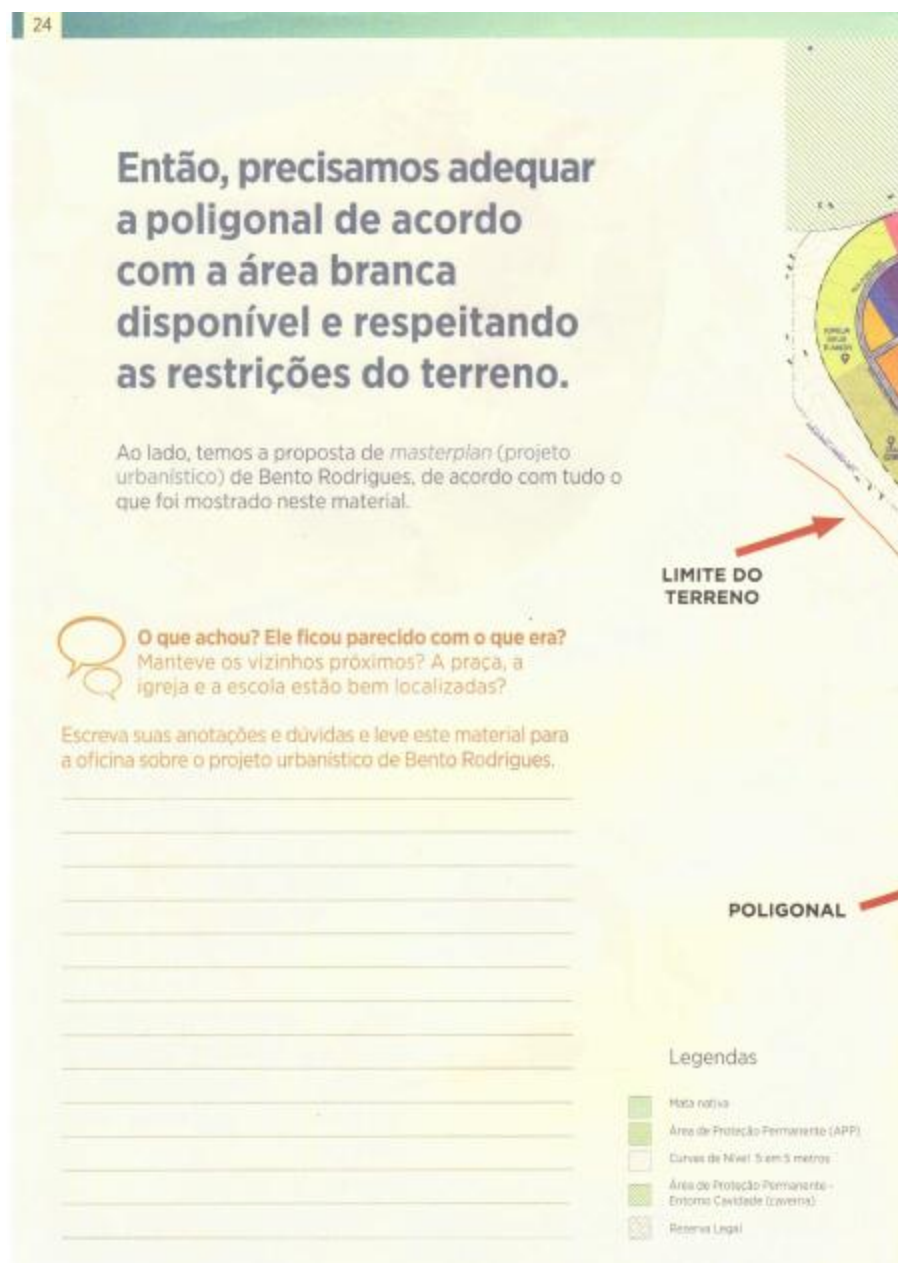
---

<sup>83</sup> Todas as famílias receberão, no mínimo, o tamanho do terreno que possuíam. Aquelas que possuíam lotes menores do que prevê a legislação receberão terrenos de 250m<sup>2</sup>.

<sup>84</sup> De acordo com o documento: “Para respeitar a conformação atual dos núcleos familiares, abarcando casos de separação, novas uniões, falecimentos, e outros casos, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, deverão garantir um imóvel para cada núcleo, quando assim for o desejo do núcleo familiar,

estavam indefinidas, de acordo com o presenciado na reunião de GT realizada no dia 15 de janeiro de 2019, na cidade de Mariana, e não avançaremos nesta discussão especificamente, servindo apenas como reflexão ao ilustrar as vicissitudes envolvidas na construção do projeto de reassentamento de Bento Rodrigues que busca, ao máximo, a preservação das características existentes outrora.

**Figura 15** - Documento: Material sobre o projeto urbanístico destinado aos atingidos.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2017.

observando critérios razoáveis e geralmente aceitos, regras de aferição da formação efetiva de novos núcleos familiares, e que tal realidade esteja considerada no cadastro” (MPMG, 2018, p.3, on-line). Disponível em: <<http://jornalasilrene.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Diretrizes-para-o-reassentamento-das-comunidades-Parte-1-FI%C3%A1vio.pdf>>.

#### 4.2.1. Entre o antigo e o “moderno”

As expectativas dos atingidos com relação ao reassentamento coletivo não são definidas tão somente a partir da vida pregressa, como se premidos pelo desejo de volta ao passado.

Simultaneamente à exaltação dos elementos que fazem referência ao passado da comunidade – as igrejas, a praça, o Bar da Sandra – são também adicionadas imagens de “modernidade” à montagem do espaço urbano ligadas a uma ideia de melhoria. Ao mesmo tempo em que a busca pelo “como era antes” no projeto urbanístico faz uma alusão ao passado, à sua realização se liga uma ideia de “modernidade” futura, possuindo como contraste a situação na qual os atingidos se encontravam no antigo subdistrito que, em função dessa razão mesma, de acordo com o entendimento dos atingidos, lhes ensejava condições de existência “antigas”. Abaixo, Francisco relata a situação do abastecimento de água na localidade em um momento anterior ao rompimento da barragem de Fundão:

Antes nós não tínhamos nem água para alimentar direito. Nós estávamos no momento da tragédia... Nós estávamos com o processo de nova captação de água para acabar com o problema nosso de água. Então nós já tínhamos esse problema de água e aqui eu tenho certeza que não vai ter, porque todas as providências estão sendo tomadas com antecipação (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Na fala dos atingidos, a modernidade se liga à melhoria na qualidade de vida, esta diretamente associada às questões infraestruturais do novo lugar, incluindo-se o saneamento básico, o abastecimento de água tratada e a forma de pavimentação das ruas. Nos depoimentos, com relação a estas questões, as expectativas sobre o futuro são contrastadas negativamente com o vivido pela comunidade em um momento anterior ao rompimento - um passado marcado por uma situação de precariedade higiênica e insalubridade. Para os atingidos, é como se Bento Rodrigues não fizesse parte do “tempo da modernidade”. Assim, o tratamento da água potável e o saneamento básico emergem como símbolos do moderno e do novo. No depoimento a seguir sobre o projeto urbanístico, Francisco aponta tanto o desejo pela semelhança com o antigo subdistrito, almejada por ele e pela comunidade, sem renunciar às conquistas “modernas”, sobre as quais voltará a falar adiante:

Tiveram pessoas lá que queriam rua quase do mesmo jeito que era no Bento, como nós pedimos. Nós pedimos semelhança muito próxima de tudo, menos as ruas pequenas. Se você tem condições, você vai entrar numa comunidade nova com ruas apertadinhas? Sem passeio? Lá no Bento tinha muitos lugares que não tinham passeio. Passeio que era pareado no meio fio, então não tinha passeio. Então nós já

vamos entrar em um lugar muito detalhado, moderno (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Ainda sobre a “modernidade” trazida pela infraestrutura urbana do reassentamento, Francisco contrasta as largas ruas e os passeios do projeto urbanístico com o desconforto causado aos motoristas devido às ruas estreitas e aos pedestres devido senão à ausência, à estreiteza dos passeios que havia não apenas no antigo subdistrito, mas também na cidade de Mariana, onde atualmente residem - heranças do arruamento à moda portuguesa, características presentes nos primeiros arraiais e vilas coloniais. “Modernidade” da qual se vangloria:

Nós vamos ter um distrito totalmente diferenciado de todos porque nós estamos criando e vai ser reconstruído com uma modernidade, vamos dizer assim, e com todas as estruturas e segurança também. É... Com água tratada, esgoto tratado, não vai ser de qualquer jeito [...] Nós vamos entrar num lugar moderno, um lugar que vai causar despeito em toda a comunidade marianense, que muita coisa que nós vamos ter lá, aqui em Mariana não tem. E nem vai ter fácil: água tratada, esgoto tratado, ruas. As ruas aqui em Mariana têm lugar que você... Passa com o carro. As pessoas. Você tem que parar para as pessoas andarem porque não tem passeio... Meio metro de passeio dentro de uma cidade! É difícil... E nós vamos ter os passeios nossos lá, é 2 metros de cada lado. As ruas... o mínimo da rua lá é 8 metros. Tem um carro estacionado, outro estacionado e dois indo e vindo. Então para mim é um distrito moderno. Porque lá no Bento mesmo, na minha rua, se eu encontrasse com um carro, eu saindo de casa e o outro descendo da praça, um de nós dois tinha que voltar. Então isso é uma coisa que vai melhorar muito (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Por adequação às leis, na corrente vigência do código de obras e posturas municipal de Mariana, mesmo que a abertura de ruas estreitas representasse um desejo da comunidade, este desejo não poderia se concretizar. Entretanto, à luz da fala de Francisco sobre aqueles moradores que queriam a sua manutenção e o afastamento dessa ideia pela comunidade, é curioso notar que, nessa visão, sob a perspectiva dos aspectos infraestruturais urbanos, apenas ser “como era antes” não mais serve como referência para a manutenção da característica estreita das ruas uma vez que lhe falta um significado de identidade intrínseco, necessário não ao espaço em si, mas à comunidade. Enquanto um aspecto característico do antigo subdistrito, as ruas estreitas e sem passeio são apenas as ruas estreitas que geram transtorno e desconforto àqueles que as percorrem. Ao passo que, se contrastadas com alguns elementos referenciais da comunidade, como a praça e as igrejas, observamos como estes se caracterizam como referências portadoras de significado que são verdadeiramente valorizadas pela comunidade, pois representam um espaço dotado de sentido: são neles onde a comunidade existe enquanto comunidade, espaços que se configuram enquanto pontos de encontro e reunião. As igrejas,



nesse sentido, não são apenas igrejas. Levar a questão do “como era antes” ao âmbito das relações sociais significa dizer, conforme sublinhado no primeiro capítulo, levar ao âmbito de sua referência espacial. A comunidade ao se produzir nas relações sociais é, com efeito, produzida pelas relações sociais que se enraízam na concretude do espaço. Assim, podemos observar de forma clara que o projeto urbanístico conceitual não busca tornar a experiência de Bento Rodrigues em um templo de veneração do passado ou um cenário no qual um novo Bento, ou um outro-Bento, toma forma.

#### 4.2.2. A coletividade no reassentamento

De acordo com o observado ao longo da pesquisa, a comunidade de Bento Rodrigues possuía meios e modos de viver e de ser rurais, algo típico e semelhante à vida de pequenas localidades no interior de Minas Gerais. As suas formas tradicionais de organização da sociabilidade e da vida dizem muito a respeito de uma vivência comunitária fortemente impregnada por laços familiares, vicinais e religiosos, os quais, por sua vez, não raro se somavam, configurando um lugar onde “todo mundo conhecia todo mundo”.

A praça e as igrejas constituíam a base de referência da sociabilidade da comunidade, marcando, sobremaneira, a vida lúdico-religiosa de Bento Rodrigues com celebrações religiosas, festividades e encontros que mobilizavam a comunidade e pessoas de outras localidades da região. Dentro das possibilidades de lazer, a praça de São Bento possuía lugar privilegiado, configurando-se, conjuntamente com as igrejas, como um dos principais pontos de encontro e de reunião da comunidade.

Com o rompimento da barragem de Fundão, o cotidiano da comunidade, que se estruturava sobre um conjunto de relações comunitárias, foi drasticamente interrompido e a reprodução de suas formas de vida, ou seja, de suas práticas sociais, laborais, de cultura e de lazer foram severamente comprometidas. Além dos impactos sobre as formas de vida da comunidade, diante de incontáveis violações de direitos decorrentes do evento crítico, desencadeou-se também uma série de preocupações acerca dos direitos dos atingidos. A esse respeito, com relação às medidas legais visando a compensação e a reparação, o reassentamento coletivo de Bento Rodrigues, modalidade de reparação escolhida pela maior parte da comunidade, buscou recuperar, ao máximo, as características do antigo subdistrito.

O projeto urbanístico conceitual levou a questão do resgate da localização espacial para o foco das atenções do processo de reassentamento. É possível dizer, da sua concepção,

que o “novo Bento” nasce e se desenvolve a partir de pontos nodais, pontos a partir dos quais o projeto urbanístico foi sendo traçado e se desenvolveu os traçados dos lotes das casas. Sendo assim, ao buscar recuperar ao máximo as características existentes outrora, o delineamento do projeto urbanístico conceitual de Bento Rodrigues se dá em torno de elementos referenciais particulares de articulação dos atingidos que incidem fundamentalmente em sua maneira de ser e estar no mundo e em suas relações sociais, seja na relação vizinho-vizinho, seja na relação vizinho-demais membros da comunidade. Constituem elementos referenciais as casas, articuladas ao desejo de manutenção das relações de vizinhança e os equipamentos públicos articulados à manutenção de distância e proximidade que estes guardam com as casas, a serem recompostos consoante a sua configuração espacial no subdistrito de Bento Rodrigues, a saber: praça, igrejas, ginásio, escola, posto de saúde.

A base territorial é essencial à configuração do reassentamento coletivo, uma vez que assume um sentido simbólico a ser buscado: “como era antes”, estendendo-se para além da questão material puramente topográfica da área na qual as casas e os equipamentos públicos serão construídos. Desta maneira, o projeto urbanístico conceitual foi construído de forma deliberada e intencional em torno destes elementos. Entretanto, é preciso desvincular o anseio expresso por se recuperar, ao máximo, as características que existiam outrora para além do estigma de cópia ou simplesmente de apego ao passado. O desejo por “como era antes” não busca uma exemplaridade do passado em seus pormenores. Conforme evidencia a fala de Francisco, a seguir, a relação entre a “semelhança” e a “diferença” que o projeto urbanístico conceitual guarda com o antigo subdistrito é complexa e atravessada por questões várias. Entre elas, “como era antes” comporta, ao mesmo tempo, tanto o desejo de manutenção dos elementos referenciais quanto uma forma de preservação da memória e identidade na medida em que busca o reestabelecimento o máximo possível de suas condições de existência pretéritas, como muitos disseram, quanto o de alteração, de busca por uma melhoria nas condições de vida da comunidade, de adaptação e abertura para o novo. De forma concomitante ao desejo por se recriar as condições relativas de sua vida pregressa e manter as instituições básicas da vida em comunidade, faz-se presente também a abertura e a aceitação do novo que ora se apresenta, ora se impõe:

Sabe que igual não vai ser mesmo, é difícil, né? Mas manter as vizinhanças. Manter a praça, as igrejas, tudo do mesmo jeito que a gente tinha... As igrejas construídas da mesma forma, bem pendência igual era lá porque a gente não quer diferença, né? Sabe que vai... É um processo bem difícil, mas não é impossível de fazer. Então é isso que a gente espera [...] *A gente quer tudo igual era antes. Com alguma melhora, né?* Lógico. Porque a gente sair para piorar não tem nem como, né? A gente quer

uma melhora, em todos os sentidos (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues, grifo nosso).

A questão mais evidente em sua fala é aquela que surge como *leitmotiv* dos depoimentos dos atingidos desde os primeiros dias que se seguiram ao rompimento no mês de novembro de 2015: recuperar, ao máximo, as características existentes no antigo subdistrito.

Para o atingido, construir o reassentamento de forma igual a “como era antes” é difícil, mas a manutenção dos elementos referenciais de acordo com a configuração pretérita do subdistrito é algo importante. Na continuidade de seu depoimento, emerge uma segunda questão que se torna sensível para a compreensão do processo de reassentamento orientado pelo desejo de “como era antes”. Em sua fala, Francisco enfatiza a um só tempo a conservação (representada aqui pelo desejo de semelhança) e a mudança (representada aqui pela melhora) em um mesmo horizonte. O que significa, então, construir o reassentamento “como era antes”?

Conforme pôde ser notado durante a realização da pesquisa documental e verificado posteriormente nas conversas e entrevistas durante o trabalho de campo, as falas dos atingidos eram sempre muito ricas em informações sobre o espaço. Imagens claras e vívidas da rua São Bento, da praça São Bento, das capelas de São Bento e de Nossa Senhora das Mercês da igreja Assembleia de Deus, do Bar da Sandra irrompiam constantemente nos depoimentos, espaços dotados de enorme significação para a vida social de Bento Rodrigues e que representam a moldura geral de referência espacial da comunidade.

Quando pensamos no reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues em Lavoura, devemos observar que não existe a identidade visual do lugar em si, mas uma nova identidade que vem sendo forjada desde a instalação do evento crítico no cotidiano dos atingidos a partir do passado que se consubstancia no “como era antes” ligado ao espaço. Conforme pontuado no terceiro capítulo desta dissertação, o discurso do reassentamento coletivo da comunidade surge diante de um cenário de disrupturas e de perdas. O passado emerge como parte fundamental e representativa da identidade de Bento Rodrigues e forma a imagem por meio da qual será resgatada a união da comunidade. É por meio do discurso do reassentamento coletivo, estruturado em torno do desejo de “como era antes”, que a comunidade é retirada de um cenário de fragmentação e descontinuidade para ser dotada de unidade, coerência e, sobretudo, de continuidade.

O passado é, então, narrado para responder a uma situação de perda com o propósito de recompor uma unidade, a comunidade, da qual era dotada no território de Bento Rodrigues

e que, diante do rompimento da barragem de Fundão e das rupturas ensejadas, através do discurso, passa a existir novamente em lugar narrativo: o “novo Bento”.

Por intermédio dos elementos referenciais que se ligam ao passado e a “como era antes”, o “novo Bento” é, desde o primeiro momento, estruturado. O passado, nesse sentido, é simbolicamente visualizado por meio desses marcos espaciais: a vizinhança, a praça, as igrejas, a rua São Bento. O discurso possibilita não apenas a construção de um novo lugar para o reassentamento coletivo, mas a comunidade é, nessa mobilização, discursivamente (re)construída através do espaço. Neste sentido, os elementos referenciais desempenham não apenas uma função identificatória visual, mas se encontram diretamente ligados à questão afetiva, à memória viva e orgânica da comunidade, representando uma nova possibilidade de encontro.

Se o reassentamento não pode ser compreendido na chave apenas do que havia anteriormente com algo que está por vir, em uma espécie de caricatura do passado, também não pode ser compreendido como algo radicalmente novo, mero trabalho de arquitetura e engenharia a ser implantado em um novo entorno material, ainda que busque recuperar as características de “como era antes” no antigo subdistrito. Sobretudo, o processo de reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues deve ser compreendido em sua interação com o passado, muito presente na concepção e no desenvolvimento do projeto urbanístico conceitual, e com o presente no qual se desdobra o evento crítico. O caráter visível ou, o que é mais adequado para o momento em que escrevo, aquilo que é esperado do reassentamento coletivo está para além da aparência e se relaciona com a vida social da comunidade. Assinalamos, portanto, que a ênfase na leitura do processo de reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues deve recair sobre a dimensão social da comunidade em detrimento do aspecto visual do projeto urbanístico em si.

Entre os elementos referenciais, pontos nodais, mais destacados nos depoimentos dos atingidos de Bento Rodrigues, verificado tanto na pesquisa documental quanto no trabalho de campo, encontram-se inúmeras referências à praça São Bento, ao Bar da Sandra e às igrejas da comunidade – católica e evangélica. Esses elementos referenciais não designam apenas espaços geográficos no projeto urbanístico conceitual, mas são, sobretudo, espaços de sociabilidade que se constituem como elementos centrais de encontro e reunião da comunidade de Bento Rodrigues. Sem compreender a importância das relações sociais para a comunidade, não se pode interpretar adequadamente como o espaço pensado “como era antes” foi concebido no projeto urbanístico. Esses espaços se configuram como espaços

urbanos abertos e públicos e reapresentam a possibilidade de encontro da comunidade. São esses espaços que permitem a continuidade e a atualização da própria comunidade de Bento Rodrigues; estes que, através de sua construção espacial, possibilitarão a “reconstrução” da experiência de comunidade.

É particularmente interessante notar a relevância que os elementos referenciais possuem na concepção do projeto urbanístico. Durante o processo de reassentamento foram registrados casos em que, em função da adequação da configuração espacial do antigo subdistrito ao código de obras e à topografia do terreno, os lotes de alguns dos atingidos precisaram ser transferidos para outras localidades do reassentamento. Podemos observar um desses casos através do depoimento de Francisco. A casa de um dos atingidos que serão reassentados coletivamente se localizava em área inadequada para construção, com os fundos de seu lote atrás de outro lote, este destinado à construção do ginásio, o que poderia ser solucionado através de duas maneiras: com a permanência do lote do atingido naquela localidade e a construção, portanto, do ginásio em um outro lugar ou com a permanência do ginásio naquela localidade e a construção da casa do atingido em um outro lugar, estabelecendo para o atingido, desta maneira, outras relações de vizinhança e de distância e proximidade com outros elementos referenciais do projeto. Francisco pontua em seu depoimento, de forma irredutível, que o ginásio seria construído, pois se tratava de uma escolha da comunidade. Sinalizando que houve conversa com o atingido, dono do lote, que consentiu com a mudança, Francisco diz ser bom quando as pessoas têm “bom senso” para não atrapalhar ninguém.

A referência a “não atrapalhar ninguém” pode ser compreendida como “não atrapalhar a comunidade”, como não colocar empecilhos à realização de um desejo expresso pela coletividade. Sendo assim, em seu depoimento observamos a primazia que o ginásio, um dos elementos referenciais a serem recompostos no projeto urbanístico, possuiu sobre a casa e a manutenção da relação de vizinhança de um dos atingidos; por extensão, observamos também a primazia da escolha coletiva sobre a individual, realçando a importância da comunidade, sobrepostos os interesses propriamente individuais:

Por exemplo, têm pessoas lá que foram transferidas de um local para outro. É claro, com consentimento [...] Porque tem terreno... Pessoas. Um tal de Zé Horta mesmo, não tem problema citar o nome. Ele tinha um terreno que era próximo ao ginásio. Um terreno no fundo do ginásio, então hoje ele está lá num canto lá na frente... A gente foi lá fazer visita, conferir com ele pela maquete e ele achou muito bom. Hoje ele está superfeliz de transferir ele para lá que vai... Lugar mais alto... Então ficou muito bom para ele, ele gostou muito. Assim como ele, outras pessoas. Essas que tem esse problema que vai ser transferida para um outro local porque lá onde ele

estava lá no Bento se ele for puxar para a rua, para a beirada da rua, aí ia ter que tirar o ginásio. *Nesse Bento novo, o ginásio vai ter. É escolha da comunidade. No mesmo local, na mesma rua. Então... Ele não tem como sair. Então para ele vim para cá ficava difícil. Então a gente conversou com ele, que tem que conversar, e achou muito bom a muda, a mudança de local do terreno dele. É muito bom quando as pessoas têm bom senso de um lado, de outro, para não atrapalhar ninguém* (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues, grifo nosso).

Esse depoimento é ilustrativo do quanto, dentro dos elementos referenciais a serem recompostos no projeto urbanístico, aqueles que se referem à comunidade são emblemáticos, o que nos chama atenção novamente para que, dentro do projeto urbanístico conceitual, os equipamentos urbanos, tais como as igrejas e a praça, não sejam tratados a partir de uma mera questão de recomposição funcional do espaço, reduzidos à sua materialidade. É necessário que nos atentemos para o espaço em sua dimensão simbólica, para os sentidos de pertencimento e os laços e sociabilidades que são espacializados nesses lugares.

Esses equipamentos urbanos se constituem como espaços públicos que desempenham uma importante função social. Destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis a todos os moradores da comunidade, os pontos de referência a serem recompostos se constituem enquanto lugares intencionais de encontro, de acontecimentos, de práticas sociais, de manifestação da vida urbana e comunitária, caracterizando-se, conseqüentemente, como lócus de sociabilidade.

Isso é algo particularmente significativo se considerarmos que entre as conseqüências trazidas pelo rompimento da barragem de Fundão à vida dos atingidos se encontram a transformação profunda das relações sociais e a destituição dos lugares de encontro e convivência, fonte de tristeza e aborrecimento para a comunidade. Pois após o ocorrido, os atingidos de Bento Rodrigues pouco se encontram no dia a dia.

Em suma, os pontos de referência desempenham uma função identificatória e afetiva, atuando como um suporte da memória viva e orgânica da comunidade. Para além disso, são os espaços nos quais a comunidade se encontrava e a sua construção permite, também, a reabilitação dos pontos de encontro da comunidade, reabilitando utopicamente, neste momento, a sociabilidade e permitindo o reavivamento dos laços sociais.

#### 4.3. PROJETO INDIVIDUAL DAS CASAS

O desenvolvimento do projeto conceitual urbanístico foi realizado de maneira coletiva e o que norteou a sua elaboração, conforme apresentamos, foi a demanda da comunidade por se buscar recuperar ao máximo as características que havia em Bento Rodrigues. No projeto

individual das casas, entretanto, a proposta dos atingidos referendada em um acordo entre a Câmara Técnica de Infraestrutura (CT-Infra), o MPMG e a Fundação Renova foi de que fosse realizado família por família, visando satisfazer as necessidades e as exigências particulares de cada indivíduo da comunidade. A proposta, de ampla aceitação pela comunidade, deixa a realização dos projetos aberta aos desejos dos moradores. Em depoimento sobre o modo como foi acordado, Francisco fala sobre a liberdade desfrutada na elaboração do projeto individual, liberdade contraposta à situação do projeto urbanístico conceitual permeado por negociações e discussões coletivas, conforme aponta:

O projeto da casa é feito com cada morador. Cada um é de um modelo diferente. Cada projeto diferente um do outro e é feito de acordo com cada família. Não tem nada de coletivo. Cada um vai fazer do jeito que quer. Não é coletivo, é individual (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto individual das casas foi desenvolvida junto com a comunidade de Bento Rodrigues, a assessoria técnica da Cáritas e a CT-Infra, obedecendo as seguintes etapas: inicialmente, na etapa “conhecer”, ocorre o primeiro encontro da família com o arquiteto responsável por atendê-la, que realiza a orientação de como serão realizados os atendimentos posteriores, caracterizando-se como um encontro didático para explicar o que será feito em cada uma das etapas que se seguirão; no segundo encontro, a etapa “lembrar”, o arquiteto realiza o atendimento na casa da família para lembrarem como era o imóvel na área de origem. Nessa fase, o arquiteto leva alguma imagem da área para ajudar a família a se recordar. Essa etapa possui como objetivo a confecção de um croqui que auxiliará na etapa seguinte, “criar”. Depois, são escolhidos os materiais para a construção da casa, seguindo-se a etapa de conhecer o local onde será implantada a obra dentro do reassentamento.

Em um certo sentido, o projeto individual das casas não pode se desvincular da ideia de “como era antes” meramente pela sua elaboração ser apartada das decisões coletivas, pois a própria localização dos lotes, salvo os casos em que foram necessárias mudanças locais, sugere uma ligação com o que havia no antigo subdistrito: as relações de vizinhança e as relações de distância e proximidades com os equipamentos urbanos.

Contudo, é preciso distinguir o sentido que os atingidos atribuem ao “como era antes” no projeto urbanístico do “como era antes” no projeto individual das casas. Conforme vimos, no projeto urbanístico o “como era antes” se liga à recomposição de elementos referenciais para a comunidade: as casas, articuladas ao desejo de manutenção das relações de vizinhança,

bem como os equipamentos públicos articulados à manutenção de distância e proximidade que estes guardam com as casas.

Nesse sentido, buscar a distinção do sentido atribuído a “como era antes” em ambos os projetos implica buscar, em um nível, uma separação da leitura não dos projetos em si, mas uma partilha entre os universos que esses projetos representam. O projeto urbanístico apresenta dentro do universo dos elementos referenciais, os equipamentos urbanos que denotam um mundo público, fora da casa, o espaço aonde se vai e vem, por onde as pessoas circulam, lugares públicos que podem ser ocupados indistintamente como pontos de encontro e convívio da comunidade. É no projeto urbanístico em que encontramos uma expressão mais forte no sentido de uma realização coletiva do desejo de “como era antes”. Por sua vez, o projeto individual das casas denota um universo privado, concedido à intimidade, mais reservado a pessoas de convívio próximo, como familiares e amigos. É o reduto do encontro, por assim dizer. Nesse projeto, a orientação de “como era antes” pensada do ponto de vista arquitetônico não necessariamente modela as casas e se tornam a sua única referência.

Assim, ao mesmo tempo em que a comunidade visa reconciliar a sua identidade a partir de elementos referenciais de Bento Rodrigues, vinculando-a à tradição e calcando-a nos elementos referenciais a serem recompostos, no projeto urbanístico conceitual não há uma resistência à possibilidade de mudança ensejada pelo projeto individual das casas, negociado para ser um processo individual, autônomo com relação às interferências da comunidade.

No delineamento do projeto individual das casas, o “como era antes” possui sentidos os mais diversos e não existe um consenso de que os atingidos, considerando neste momento aqueles que foram meus interlocutores em entrevistas e conversas informais, construam a casa como era antes, recuperando a sua configuração pretérita, sendo encontrados planejamentos de construções diversos. A título de exposição, os depoimentos a seguir expressam como o “como era antes” relacionado ao projeto urbanístico conceitual e ao projeto individual das casas ocupam lugares distintos na compreensão dos moradores.

Maria havia sido apresentada ao arquiteto responsável por acompanhar o desenvolvimento de seu projeto urbanístico e junto com ela elaborá-lo. Apesar de ainda não ter iniciado o processo de elaboração da planta da casa, Maria diz saber o que deseja. Mãe de onze filhos e avó de dezenove netos, ela pensa, antes de tudo, no tamanho e na proporção dos cômodos. Atendendo às exigências prementes da sua vida familiar que, ao longo dos anos, aumentou no número de membros, ela diz que quer ampliar a sua casa, comparando-a com o tamanho daquela que havia no antigo subdistrito e seu desejo se encontra ligado ao conforto



interior que a nova casa pode proporcionar aos seus familiares. Moradora de Mariana há mais de trinta anos, Maria ia para Bento Rodrigues todos os finais de semana acompanhada da família e justifica a “ampliação” em um cômodo no intuito da casa se tornar mais acolhedora, desejando construir um lugar de conforto para receber a família.

Eu penso assim: Quero, por exemplo, os cômodos maiores. Eu quero. Sabe, ali eram pequeninhos os cômodos. Então agora a gente tem direito num tanto a mais, né? Então esse tanto a mais... Assim, aumentar nos cômodos. Mas mais ou menos igual aos cômodos mesmo que eu tinha que eu quero. Não quero assim aumentar muito não. Porque ela era... Atendia a gente bem. Ela era pequena, os cômodos pequeninhos, mas atendia a família. Então assim, se puder aumentar assim... Fazer os cômodos maiores um pouco. Mas muita mudança, muito maior, muita mudança não. Tinha três quartos, então se fizer quatro quartos, um a mais... Porque os quartos eram pequeninhos, cabiam duas camas em cada. Cabia uma cama de casal e outra de solteiro, mas era apertadinho, sabe? Aí se fizer maiores os quartos melhora bem, né? (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Após mostrar fotos de sua antiga casa (Figura 16), Maria aponta para o quadro na parede da sala inspirado em uma dessas fotos, que havia sido pintado antes do rompimento, e diz ter saudades de sua casa em Bento Rodrigues. Para ela, construir a nova casa “como era antes” é um desejo que ela possui devido a razões afetivas, para lembrá-la, pois ela gostava muito de como era. Contudo, construí-la “como era antes” para ela é isto: um desejo, não uma possibilidade. Maria diz que mesmo que se buscasse no reassentamento, tanto no projeto urbanístico conceitual quanto no projeto individual das casas, recuperar as características que havia no antigo subdistrito, isso não seria possível:

Agora, agora já é diferente... Agora já não pode ser... Apesar que eu gosto da minha casa daquele jeito, você entendeu? Mas... Agora não pode ser assim mais porque... É tudo diferente [...] Não é aquilo que nós tínhamos lá não, né? Muda tudo... Mudou demais. É. Era tudo simples. Igual você olha minha casa ali... Aquilo era uma beleza. Uma coisa simples. Eu não trocava aquela casa por fazenda nenhuma. Se a lama não levasse ela, né? (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Para Maria, entre os principais motivos impeditivos para se chegar a “como era antes” estão as características topográficas do lugar e a necessidade de adequação às leis. Ao se referir ao antigo subdistrito como “arraial” e “antigo”, Maria se refere na fala a seguir, ao modo pelo qual a localidade se conformou, de forma desordenada, sem planejamento prévio, o que permitia, entre outras coisas, a contiguidade do asfalto com a grama e a sua casa. É interessante notar no depoimento de Maria a sua percepção do entorno e a integração deste à sua casa. Quando Maria diz que a sua casa não pode ser mais “como era antes”, ela não se refere apenas ao projeto individual de sua casa, mas também à questão urbanística,

representada pelo outro projeto, no interior do qual as questões referentes à adequação às leis são apresentadas. De acordo com Maria:

O terreno é outro. Totalmente diferente. Eles estão tentando fazer mais ou menos tipo era, né? Mas não tem como... Na minha porta... Porque vai mudar tudo. Então na minha porta em vez de ser gramado, vai passar uma rua [...] A praça dividia em duas partes: passava o asfalto aí depois dele tinha aquele gramado grande. Até a minha casa a gente ia pisando na grama. Agora já não vai ser assim, a rua já vai passar direto na minha porta. Pelo terreno... Minha casa vai ser na praça mesmo porque vai ser como era antes: as casas da praça ficam na praça. Mas só que a grama não vai encostar na minha porta. Ali vai passar uma estrada [...] E agora não vai ser assim mais que não pode pela lei, né? Já é tudo diferente, né? Já não pode ser igual era, um arraial, como era antes. Era antigo, né? [...] Aí não vai ser igual mais. Acho que nem se eu quisesse fazer igualzinho, a lei também não deixava mais não (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

**Figura 16** - Foto: Casa de Maria em Bento Rodrigues.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora. 2018.

Para Antônio, por sua vez, a nova casa parece adquirir sentido dentro do reassentamento coletivo apenas se for pensada “como era antes”, mantendo ao máximo as características que existiam outrora. Antônio, junto com a sua esposa, já finalizou todas as etapas do projeto individual e diz que ambos desejam imprimir à nova casa aquele mesmo caráter que era próprio à sua casa em Bento Rodrigues. A única modificação que convém ao projeto de sua casa, segundo ele, é o telhado. A laje que substituirá o telhado tem, para

Antônio, uma razão útil de ser: a localidade na qual será reassentado venta muito e, por esse motivo, a laje seria melhor, pois assim a sua casa não ficaria “destelhada”.

Embora admita que o reassentamento possivelmente não fique muito parecido com o antigo subdistrito, Antônio assinala que a nova casa deve ser cúmplice do desejo em torno de “como era antes”, que norteou desde o início as expectativas do reassentamento coletivo, de modo a interferir, o menos possível, na semelhança com o que havia em Bento Rodrigues, conforme podemos observar em seu depoimento:

Deixei por conta da minha esposa que se ela quisesse mudar... Mas ela não quis mudar nada. Nada não. Ela quis aquilo que tinha lá mesmo. Só a mudança que eu fiz é que lá não era de laje e agora eu quero de laje... Porque o lugar lá venta muito, né? Sendo de laje não tem perigo de arrancar o telhado nem nada. Sendo de laje não tem perigo [...] Realmente porque... Não precisa de mais mudança não porque senão não fica mais parecendo com o Bento, né? Se a gente mudar muitas coisas fica ruim. Já não vai ficar parecendo muito de acordo, direitinho mesmo. É mais ou menos uma aparência só. Já não vai. E a casa a gente ainda muda tudo? Já tem essa mudança que lá não era de laje e agora eu quero de laje, né? (Antônio, 75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Ao contrário de Antônio, para Francisco não houve preocupações em “enquadrar” o projeto de sua casa de acordo com o princípio de “como era antes” e diz que quer “melhor do que ele tinha”. Para tanto, Francisco diz que tem a sua antiga casa “na cabeça”, pois foi toda construída por ele, e também algumas fotos que o auxiliam na recordação. Apesar de comungar do desejo de que a execução do projeto urbanístico seja capaz de recuperar, ao máximo, as características existentes no antigo subdistrito, Francisco, que já finalizou todas as etapas do projeto individual de sua casa, diz que não se interessou em manter as características de sua casa como era antes, desejando construir uma casa de dois andares e ampliar o tamanho dos quartos visando um maior conforto. Embora nos depoimentos de Maria e Antônio, em parte apresentados anteriormente, houvesse, naturalmente, uma orientação para o futuro e, portanto, para a retomada de suas vidas, no depoimento de Francisco o que ganha centralidade quando o tema é o projeto de sua casa é o futuro e os aspectos de sua vida futura. Em seu depoimento, na maior parte do tempo, Francisco se dirige àquilo que o projeto que elaborou da nova casa poderia lhe oferecer de prático e como traria melhorias para a sua vida.

Considerando a sua antiga casa, Francisco afirma categoricamente o desejo de “alteração” em sua nova casa, mostrando-se muito animado com a nova construção e disposto, inclusive, a arcar com os possíveis custos, como através de um débito no valor de

sua indenização de atingido, caso o que ele desejar que seja construído estiver além do acordado na indenização. Abaixo, Francisco fala sobre o projeto de sua casa:

Minha casa eu vou alterar ela. Eu tinha dois quartos e eles têm, é acordado que eles têm que dar 20 metros de construção a mais. Toda família tem esses 20 metros a mais. Então se eu tinha uma casa com dois quartos, eu vou por quatro quartos, certo? E eu não quero quarto pequeno. Esses 20 metros vão dar dois quartos de, praticamente, 3,5 metros por 3 metros. É bom. Mas não é tão grande. Eu quero 3,5 metros por 4 metros. Se tiver que pagar diferença, eu vou pagar. Pode descontar na indenização que é um direito acordado assim. Ela vai fazer x, se você quiser melhorar mais ainda, você pode melhorar. Só que você vai ter que assinar um documento que aquela melhora a mais que você exigiu ela vai ser descontada na indenização (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

E, com relação ainda ao projeto individual de sua casa, Francisco complementa o depoimento afirmando que o que será trazido pelo reassentamento tem que ser “melhor”:

Por que... Já que a gente saiu e vai ganhar um novo... Por que não fazer uma coisa boa? Tem que ser boa. Quem sai é para quê? É para melhorar. Então tem que melhorar. Quanto a isso eu estou tranquilo, não preocupo muito (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

#### 4.4. “COMO ERA ANTES”, AFINAL: EXPECTATIVAS DA COMUNIDADE SOBRE O REASSENTAMENTO COLETIVO DE BENTO RODRIGUES

O subdistrito de Bento Rodrigues aparece como um lugar sossegado e aconchegante, cujos modos e meios habituais de existência se identificavam com o ambiente rural. Apresentando condições tradicionais de vida, o sentimento de pertencimento da comunidade, o dia a dia marcado por encontros e reuniões com pessoas conhecidas, os intensos laços religiosos tomam espaço com frequência nos depoimentos sobre a vida no antigo subdistrito. Com o rompimento da barragem de Fundão, os atingidos passaram a viver em Mariana, cidade na qual foram e continuam sendo estabelecidas mudanças e rupturas brutais nos meios e modos de vida da comunidade, onde aguardam pela finalização das obras e entrega do reassentamento coletivo.

Por meio do prisma do passado, conjugam-se no presente dos atingidos o vazio, a angústia, a saudade, a tristeza, o sentimento de que “foi tudo embora” com constantes manifestações de esperança, força e resistência. Por entre a simultaneidade dessas emoções, a esperança se apresenta, sobretudo, quando as expectativas em relação ao reassentamento coletivo são manifestadas.

Ao longo da pesquisa, observamos nos depoimentos que possuem como norte referencial o “como era antes” diferentes formas de se relacionar com o seu significado ao buscar no passado as referências para o presente. Entretanto, a despeito das diferenças, pode-se observar a manifestação de um consenso: o contexto está mudado e todos da comunidade têm consciência disso. Segundo Antônio, “[...] eles estão fazendo tudo para fazer uma parenciazinha com lá. Mas igualzinho, 100% igual lá não vai. Porque a gente tem que concordar que não tem jeito de ser. 100% não pode ser” (atingido de Bento Rodrigues, 75 anos). Consciência esta que se manifesta no depoimento de Maria, a seguir:

A gente fala assim, né? Os novos que vem, eles têm muita esperança. E os novos vão considerar o “Bento novo” como a gente tem o antigo que a gente foi criado, porque eles vão ser criados ali. Mas nós, eu que já sou velha... Não é muita esperança não, boba. Porque eu não vou ver muita coisa não. Bento agora é dos novos. O nosso é o velho, sabia? É, uai [...] Está todo mundo ansioso. Ansioso que faz lá. Está todo mundo querendo, né? Todos. Mas só que eles são novos, eles não pensam. Eu acho que não pensaram. Eles pensam que vai ser como antes, né? Eles não raciocinam, assim, bem. Falam: “É o nosso Bento!”, “É o novo Bento!”. Está todo mundo naquela ansiedade para chegar lá. Mas vai ser bom. Para eles vai ser bom, boba, que quando eles crescerem, vai ser ali que eles cresceram, ali que eles conheceram, né? (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Para Maria, “Bento novo” é daqueles que não tiveram contato, ou que tiveram pouco, com a vida no e do antigo subdistrito, isto é, das crianças e dos que ainda não nasceram. De sua visão, depreende-se uma relação com um espaço imantado de significados e o sentimento de pertencimento que nesse espaço foi constituído, relação entre espaço, memória e identidade sobre a qual falamos de forma mais ampla no primeiro capítulo. De modo mais atento, podemos observar espaço, memória e identidade se relacionarem quando Maria diz: “Bento agora é dos novos. O nosso é o velho, sabia?”. Essa frase se torna abrilhantada se considerarmos que Halbwachs, ao considerar contextos de mudanças radicais no espaço em razão de acontecimentos graves, de natureza excepcional, assinala para as inegáveis mudanças que se estabelecerão entre grupo e espaço, o que ganha novos contornos ainda, considerando o fato de que um “Bento novo” se realizará em um novo entorno material. Para o autor, na incidência de acontecimentos dessa ordem que perturbam a relação entre um grupo e o espaço: “[...] não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva” (1990, p.134).

Compreendendo a impossibilidade de que se recupere as características tais como eram antes, os atingidos nutrem, a despeito da não especularidade entre “Bento antigo” e o “Bento novo” que se verificará, uma expectativa de que seja um lugar bom e uma abertura

para se adaptar a um novo lugar e a um novo tempo. Sobre as expectativas com relação ao reassentamento coletivo, Maria continua:

A gente queria que mais ou menos fosse igual, mas não é possível, né? Igualzinho não é [...] Um lugar que morasse todo mundo como era antes. Porque na coisa está assim: os mesmos vizinhos que a gente tinha antes, a gente vai ter agora. Então é o que a gente espera: que a gente possa ter ao menos um pouco, né? Do que a gente tinha lá. Igual não vai ser nunca mais, né? Vai ser vizinho com vizinho coisa e tal, mas não vai ter nada a ver o que era antes [...] Igual ali eu sei que não vai ser, né? Mas eu espero que seja um lugar bom. Que a gente possa viver bem, que a gente possa ter a horta da gente, a plantação da gente, a casa da gente... É o que eu espero, né? Que Deus ajuda que saia rápido enquanto eu aguento ainda fazer alguma coisa (Maria, 75 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Para Maria, a idade emerge como uma questão em face do processo de reassentamento que, ano após ano, não chega à sua conclusão. Consciência da passagem do tempo essa que une os depoimentos de Maria e Ana:

Estamos aí esperando o que acontece. Eles vão fazer lá um “novo Bento” mesmo para a gente ir para lá. Está demorando muito, mas nós estamos esperando com paciência porque a idade da gente é muito avançada. Ver se Deus dá força para a gente... Que você possa ir lá visitar a gente. Quem sabe? Para Deus não é nada impossível, não é mesmo? [...] Eu tenho muita esperança. Estou muito esperançosa para ver. Esperando para ver se sai, né? Deus ajuda porque eles falaram que 2020 vai entregar para a gente. Vamos ver se Deus abençoa e Deus ajude que vai dar tudo certo, né? A gente está na espera (Ana, 79 anos, atingida de Bento Rodrigues).

Assim como para Ana, Maria e outros tantos atingidos, a idade também se coloca como uma questão para Antônio. Ao falarem da idade, falam da vitalidade e da disposição para realizar os afazeres que faziam parte de suas rotinas no antigo subdistrito, como cuidar de suas hortas e plantações. Além desse ponto de contato com os depoimentos apresentados anteriormente, da mesma forma, para Antônio, a fé se mostra imbricada nas expectativas sobre o reassentamento:

O mais importante para mim lá, primeiramente, quando eu for para lá, é um culto agradecendo a Deus. Agradecendo Ele por tudo o que Ele fez por nós, a nossa vida que Ele poupou lá em Bento Rodrigues. Ele que poupou mesmo [...] Estou louco para resolver isso rapidinho para a gente ir para lá; para ficar mais perto para mim da igreja porque aí quando dá 19h horas eu já estou lá dentro da igreja. Afino violão, coloco lá. Dobro o joelho e vou agradecer a Deus por tudo, né? Chega os irmãos lá para eles orarem também, agradecer a Deus... Sinto muita falta disso e aqui ficou tudo diferente. Estou louco para ir embora para lá porque lá vai ser muito bom. Eu cuidar das minhas plantas ainda, se Deus quiser. Eu sei que estou com 75 anos, mas se Deus permitir, a minha força está ainda quase igual um menino ainda de 25 anos, 30 anos. Não desanimo com nada. Eu não sou sujeito desanimado (Antônio, 75 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Muito ligados ao seu modo antigo de vida e às suas tradições sociais, sobretudo aquelas que dizem respeito à religião, a fé se mantém em condições adversas na cidade de Mariana onde “ficou tudo diferente” e há uma expectativa de volta a uma situação próxima à que era antes, principalmente no que diz respeito à sociabilidade e aos espaços nos quais as relações e os vínculos sociais tomam forma, como as igrejas.

A igreja para mim é o ponto fundamental. Qualquer pessoa, seja ela qual for. Se você está lembrando de Deus, você vai à igreja. Se você não está lembrando de Deus, você não vai à igreja. Então eu acho isso muito importante. Uma coisa que está fazendo muita falta, o relacionamento que a gente tinha. Mas a gente tinha que passar por isso. Mas eu tenho certeza que voltando, nós vamos voltar tudo o que era. Nós vamos ter as igrejas novamente. Os vizinhos novamente porque vai manter a vizinhança. É acordado isso. As mesmas ruas. Os mesmos nomes. E isso para nós é muito importante e deixa a gente muito feliz, né? Esperando a realização o mais rápido possível (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Neste ponto, é interessante retomar as discussões de Halbwachs (1990) sobre memória coletiva e espaço, mais especificamente aquela que tange ao espaço religioso. Ao iniciar a discussão sobre o espaço religioso o autor assinala para o fato de que a memória de um grupo religioso se apoia sobre a visão de lugares e a disposição de objetos. Isso se deve ao fato de que também o mundo sagrado se realiza materialmente no espaço. Para o autor, o grupo religioso é aquele que apresenta uma maior necessidade de se amparar materialmente e busca assegurar o seu equilíbrio por meio do espaço capaz de evocar a sensação de continuidade e de estabilidade, conforme destacamos anteriormente, pois o próprio grupo não pretende mudar. Esse pensamento se torna ainda mais poderoso quando temos em mente o fato de que o evento crítico impactou de maneira brusca e drástica um conjunto de processos, instituições, costumes, ideias, sentimentos, pensamentos, experiências, desencadeando, assim, uma série de transformações, e de que a comunidade de Bento Rodrigues, vivendo em uma situação de crise, em meio às incertezas várias, despojada de seu entorno material de origem e diante da impossibilidade de a ele retornar, busca recriar no reassentamento coletivo esse espaço, desejando o reestabelecimento de uma condição próxima àquela vivenciada outrora. De acordo com o autor:

A sociedade religiosa quer se persuadir de que não mudou, ainda que tudo se transforme em torno dela. Consegue isto somente com a condição de recordar os lugares, ou reconstituir em torno dela uma imagem ao menos simbólica dos lugares nos quais ela se organizou de início. Porque os lugares participam da estabilidade das coisas materiais e é baseando-se neles, encerrando-se em seus limites e sujeitando nossa atitude à sua disposição, que o pensamento coletivo do grupo dos crentes tem maior oportunidade de se eternizar e de durar: esta é realmente a condição da memória (HALBWACHS, 1990, p.159).

A reorganização do modo de vida e a retomada das atividades produtivas é também uma das questões que regem as expectativas dos atingidos. Há a preocupação em como será a vida no reassentamento coletivo, mas, de modo geral, sobressaem às preocupações uma postura positiva diante do futuro. Para Francisco, há o entendimento de que a reprodução da vida em nova base material exigirá mudanças, como na relação de preparo e cultivo da terra, uma vez que há um ritmo diferenciado para a evolução das plantas e das sementes em uma nova localidade:

Eu acho, no meu modo de pensar, que vai ficar muito bom. Nós vamos mudar para um lugar... Lógico que a gente queria estar onde estava, mas já que mudou, nós vamos mudar para um lugar muito planejado. Nós vamos ter tudo, de um a tudo. Nós só não vamos ter aquele jeito que nós tínhamos de trabalhar já colhendo o que a gente colhia. Vai ter um tempo determinado para a gente adaptar novamente a colher tudo. O que vai gerar em torno de um ano assim, até você adaptar para colher muita coisa... (Francisco, 73 anos, atingido de Bento Rodrigues).

Se por um lado, os elementos do passado permitem, em alguma medida, sua restauração e reconstituição, por outro, servem também para renovar e repensar o presente. No delineamento do projeto urbanístico conceitual, busca-se a compreensão visual da estrutura de Bento Rodrigues a partir de símbolos reconhecíveis e facilmente identificáveis pela comunidade que se constituem não apenas enquanto espaços geográficos, mas como espaços de encontro nos quais a comunidade pode ser vivida. Diante da manifestação de muitos moradores por não quererem voltar e mesmo diante da impossibilidade de voltarem a viver no subdistrito, o reassentamento coletivo indica um lugar onde os atingidos podem não apenas continuar as suas vidas, mas continuar as suas vidas em *comunidade*. Neste sentido, a recomposição espacial dos elementos referenciais da comunidade é emblemática não apenas do passado, mas das relações sociais que através destes são estabelecidas, conferindo-lhes, talvez, forma e vida dentro da estrutura urbana.

Conforme apresentamos no capítulo anterior, os depoimentos dos atingidos demonstram o peso e o valor das relações sociais ao pontuarem a importância que as cerimônias religiosas e os GTs possuem ao estabelecerem a oportunidade de se encontrarem novamente como comunidade na cidade de Mariana.

Em nosso entendimento, o “como era antes” não se liga a uma imagem especular do passado por meio da recuperação, no espaço, das características pretéritas do antigo subdistrito. A recomposição dos elementos referenciais da comunidade se relaciona com a recomposição das relações sociais por meio do espaço. Os elementos referenciais, ao serem



mobilizados, atuam como símbolos representativos da vida em comunidade e engendram a sua possibilidade de continuidade, apresentando-se como uma chance ideal de fazer viver a comunidade de Bento Rodrigues novamente. Neste sentido, o reassentamento coletivo “como era antes” não se caracteriza por uma tentativa de elaborar um projeto de reassentamento que fosse a imagem especular do antigo subdistrito, fidedigna em todo e cada pormenor ao que havia antes, reproduzindo todos os aspectos arquitetônicos e urbanísticos, criando, assim, uma imagem idealizada do reassentamento, um tempo no qual seria possível viver o passado.

Todo esse estado de coisas nos leva a sublinhar nesta pesquisa que os elementos referenciais devem ser compreendidos a partir da introdução da ideia de relação e sociabilidade, pois é a convivência em Bento Rodrigues que produz e anima a comunidade, que a dota de pleno sentido. Nesse sentido é que se tornam socialmente importantes, pois promovem a possibilidade de (re)união através do espaço. Nisso, supomos, reside a lógica ou, ao menos, um dos sentidos possíveis da busca pela construção do reassentamento “como era antes”.

Com base no exposto, por fim, acentuamos que a constelação dos elementos referenciais a serem recompostos não podem ser compreendidos apenas através da chave da nostalgia, da fria razão ou diante da necessidade de luta, compondo uma mera estratégia retórica. Aos marcos referenciais é preciso ir além da localização geográfica e introduzir uma perspectiva que permita revelar as relações sociais como um elemento estruturante da comunidade, na qual assumiam uma posição cotidiana central.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do maior crime ambiental do mundo envolvendo barragens de rejeitos, a presente pesquisa teve por objetivo investigar o evento crítico, buscando compreender, entre outras questões, como as expectativas com relação ao futuro reassentamento coletivo da comunidade de Bento Rodrigues, planejado para ser realizado no segundo semestre de 2020, reorganizam e reorientam as narrativas sobre a própria comunidade em um contexto de mudança social.

Com o rompimento da barragem de Fundão houve sérias perturbações nos padrões tradicionais da comunidade de Bento Rodrigues, transformando-os de forma drástica e abrupta e promovendo uma desorganização das relações sociais. Com a ruptura da estrutura tradicional devido à passagem, imposta, do ambiente rural ao ambiente urbano, novas condições sociais e técnicas de vida se apresentaram e, conjuntamente, os problemas de adaptação ao meio: às transformações sociais relativas às novas condições materiais de existência e à configuração das relações sociais.

Conforme apontamos anteriormente, em face das tendências centrífugas e desagregadoras estabelecidas pelo evento crítico, houve uma mobilização da comunidade em torno da “tradição” e de “como era antes” a fim de enfrentar as dificuldades que surgiam e assegurar os seus direitos. Apesar dessa mobilização possuir um propósito estratégico, esta vem atuar não apenas como uma retórica diante da perda, mas também como uma espécie de defesa social e cultural à situação crítica vivenciada.

Vontade expressa pública e coletivamente, o reassentamento coletivo é elaborado depositando sua legitimidade no passado em comum. Toma-se de empréstimo à sua elaboração referências do passado, quer sejam referentes ao espaço em sua materialidade edificada, quer sejam referentes ao reestabelecimento de seus modos e meios de vida, congregados na expressão “como era antes”. Como vimos, o “como era antes” se dirige sobremaneira às interações sociais, às relações vivas e vitais da comunidade e não à fachada, à imagem especular. A externalidade, aquilo que se vê, é importante para alguns, mas não é o decisivo para a comunidade. O significado reciprocamente experimentado e compartilhado pelos atingidos refere-se a questões relativas à sociabilidade e ao reestabelecimento de suas relações comunitárias.

No que diz respeito à sociabilidade, diante desse quadro de disruptura, as relações se mostraram verdadeiramente instáveis e os momentos em que ocorrem os raros encontros entre

os atingidos na cidade de Mariana contribuem para sobrelevar os traços essenciais de uma cultura tradicional fortemente ligada aos vínculos comunitários.

Ao longo da realização da pesquisa de campo, observamos que embora os atingidos não tenham se adaptado de maneira satisfatória à cidade de Mariana, a comunidade buscou preservar, ao máximo, uma de suas formas tradicionais de equilíbrio, a religião, apegando-se a esta e procurando conciliá-la com as exigências da situação presente. Se o evento crítico desorganiza a vida social, a comunidade encontra na religião um elemento de adaptação e continuidade que permite aos indivíduos manter a coesão necessária do grupo, dotando-o de uma unidade.

Através da religião o grupo procura resistir, em plena situação de crise, e busca preservar a sua identidade, apegando-se a um elemento tradicional e próprio da comunidade para se adaptar ao novo meio e à nova sociabilidade. As celebrações promovem a reorganização das condições de sociabilidade próprias à comunidade: é no templo religioso onde são reforçados os vínculos que fortalecem não apenas os praticantes de uma religião específica, mas a comunidade como um todo.

As missas em Mariana assumem, entre outras funções, a salvaguarda de sua integridade e assegura ao grupo condições de existência e continuidade em face da situação de disruptura, constituindo-se como uma forma de resistência aos impactos do evento crítico e atenuando seus efeitos desorganizadores.

Assim como ocorre com as celebrações religiosas, os GTs assumem grande importância na nova configuração, pois se apresentam como uma possibilidade de ampliação “laica” da sociabilidade. Os GTs se constituem não apenas enquanto uma oportunidade de acompanhamento das questões relativas ao reassentamento e de reivindicações de garantias e direitos dos atingidos, mas apresenta como incentivo para o comparecimento e a participação o encontro entre as pessoas da comunidade.

A vida social da comunidade pulsa nesses momentos. Ir aos encontros significa para quem não tem mais contato com os amigos, parentes e vizinhos “todos os dias” ou “a qualquer momento”, preservar a própria identidade, bem como a possibilidade de reestabelecer as relações, fazendo com que os GTs e as celebrações religiosas apareçam como momentos de integração.

Esses momentos são, contudo, restritos e o distanciamento atua de modo sensível senão na desintegração, no afrouxamento dos laços sociais, definindo uma situação crítica. Com o passar dos meses e dos dias e a percepção da instalação de um contexto anômico em

suas vidas, os atingidos assumiram a consciência de que é impossível restaurar o antigo equilíbrio sob as suas condições atuais. Essa situação é vista com certa resignação por parte dos atingidos, o que transparece nas falas que demonstram certeza de que ela se modificará, sendo a sua normalidade recuperada no reassentamento coletivo. Há entre os atingidos uma crença de que os laços serão recuperados na medida em que forem abrindo, no reassentamento coletivo, formas reais de reestabelecimento da comunidade. Unidos no espaço novamente, reestabelecidas as relações de distância, proximidade e de vizinhança, a projeção é de que a comunidade será recomposta. A situação de inadaptação, de crise, enfim, se resolve, para os atingidos, através da passagem do tempo de “espera” para a passagem, efetiva, a outro entorno material. Como condição a ser superada, com prazo estipulado a ser cumprido, a postura de não integração, ou de integração insatisfatória, às condições de vida na cidade de Mariana, faz parte da compreensão da situação, para aqueles que desejam o reassentamento coletivo, como transitória, vivendo na cidade à deriva da expectativa e da esperança de que novos dias virão. Nesse sentido, a cidade representa um momento de provisoriedade, de transição, um lugar de espera, um difícil e penoso lugar de espera, no processo de reorganização social que se efetivará, por fim, com a conclusão do processo de reassentamento coletivo.

A certeza do futuro por meio do reassentamento coletivo permite viver Mariana como uma espécie de provação temporária em vista da relativa - e questionável, a bem da verdade - proximidade do futuro anunciado, uma vez que a expectativa de conclusão das obras é o segundo semestre de 2020, quando o crime ambiental estará às vésperas de completar cinco anos. Assim, o presente é vivido em referência tanto ao passado quanto ao futuro, ao que virá. Ou, o que também é adequado dizer, o presente é vivido por meio do futuro possível que se propõe diante da negação imediata de suas vidas no presente. A cidade de Mariana isola, ao passo que a lembrança do “antigo Bento” e a expectativa do reassentamento coletivo no “novo Bento” os une.

Em face do evento crítico que despojou a comunidade de seu território de origem, transformando o permanente em situação de provisoriedade, em Mariana, a vida na cidade é marcada pela disruptura, pela fragmentação, pela obliteração dos laços sociais, pela disjunção entre passado e futuro e pela conjunção entre acabado e inacabado. Diante de uma situação crítica, abandonados no presente com condições de agência limitadas, despojados de seus modos e meios de vida, os atingidos projetam o seu futuro e apreendem o seu presente como um lugar provisório e de espera, em referência a um futuro coletivo. Nesse futuro, de acordo

com a letra da lei, estão previstos que a Fundação Renova trabalhe no sentido de assegurar o reestabelecimento de seus modos e meios de vida tradicionais. Limitada no presente, a comunidade passa, então, a ser pensada no futuro. “Com o sentimento de ter perdido tudo de um lado, sem ganhar grande coisa do outro” (BOURDIEU, 1979, p.130), os moradores depositam no reassentamento as suas esperanças, encarando-o como um local onde serão encontradas as condições materiais para a reestruturação de suas práticas sociais e a retomada de seus modos e meios de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BLOCH, Marc. “Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente”. In BLOCH, Marc. **História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BOSI, ECLÉA. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. “Sugestões para um jovem pesquisador”. In: **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, págs. 59-67, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1979.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. **El desarraigo: la violencia del capitalismo en una sociedad rural**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina S.A., 2017.

BRANDT MEIO AMBIENTE. **Estudo de impacto ambiental (EIA)**. Barragem de Rejeito do Fundão. Nova Lima. 2005.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: Biblioteca Folha de São Paulo, 2003.

CÂMARA DE MARIANA. **Histórico**. Disponível em: <<http://camarademariana.mg.gov.br/mariana>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Barroco e rococó em Ouro Preto e Mariana**. 1. ed. Brasília, DF: Iphan, 2010

CAMPOS, Eduardo. **Uma visão sobre Bento Rodrigues: histórias, causos e memórias**. Mariana: [s. n.], 2016. v. 1..

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. **Percepção do intangível: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial**. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; FREITAS, Anielle Kelly Vilela. Conservação e valores na proteção da paisagem cultural de Bento Rodrigues. In: ARQUIMEMÓRIA – ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, V, 2017, Salvador, BA. **Anais [...]**. Salvador, BA: [s. n.], 2017.

CAUME, David José. Memórias da luta e lutas pela memória. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 6, págs. 133-158, 2003.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011.

CONECTAS. **Solicitação de audiência temática: afetações aos Direitos Humanos devido à mineração no Brasil**. 2016. Disponível em: <[http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/informe\\_audie%CC%82nciaminerac%CC%A7a%CC%83o%20revisado.pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/informe_audie%CC%82nciaminerac%CC%A7a%CC%83o%20revisado.pdf)> Acesso em: 11 dez. 2017.

DELESPOSTEI, Aline Guizardi; MAGNOII, Lucas. Ocupar de novo para defender o que é nosso: a histórica resistência às barragens da comunidade rural Casa Nova, Guaraciaba - MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 2, págs. 267-280, mai./ago. 2013.

DERROSSO, Giuliano Silveira; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, págs. 97-114, jul./set. 2014.

EL PAÍS. **Construir Bento Rodrigues**. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/opinion/1477887019\\_340673.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/31/opinion/1477887019_340673.html)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FELIPPE, Miguel Fernandes et. al.. A tragédia do rio Doce: a lama, o povo e a água. Relatório de Campo e Interpretações Preliminares Sobre as Consequências do Rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão (Samarco/Vale/BHP). **Revista GEOgrafias – UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, págs.63-94.

G1. **Moradores de Bento Rodrigues (MG) exigem construção de novo distrito**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/11/moradores-de-bento-rodrigues-mg-exigem-construcao-de-novo-distrito.html>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Terreno onde será construído novo Bento Rodrigues é definido**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/05/terreno-onde-sera-construido-novo-bento-rodrigues-e-definido.html>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Veja casas, escola e igreja de Bento Rodrigues antes e depois da lama**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2015/11/veja-casas-escola-e-igreja-de-bento-rodrigues-antes-e-depois-da-lama.html>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

GESTA. **Nota dos atingidos pela Vale: um ano do maior crime socioambiental do País**. Grupo de estudos em temáticas ambientais-UFMG. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/nota-dos-atingidos-pela-vale-um-ano-do-maior-crime-socioambiental-do-pais/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

\_\_\_\_\_. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, págs. 264-275, jan. 1988.

\_\_\_\_\_. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizonte antropológico**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, págs. 15-36, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Editora Lamparina, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 - 1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

IBAMA. **Laudo técnico preliminar impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais (2015)**. 2015. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_ibama.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

IBASE. **Mapa das minas**. 2014. Disponível em: [https://issuu.com/flavia\\_mattos/docs/mapa\\_das\\_minas\\_alterado\\_4755e983d4da85](https://issuu.com/flavia_mattos/docs/mapa_das_minas_alterado_4755e983d4da85)>. Acesso em: 03 set. 2017.

IGAM. **Monitoramento da qualidade das águas superficiais do rio Doce no estado de Minas Gerais**. Relatório técnico. Acompanhamento da qualidade das águas do rio Doce após o rompimento da barragem da Samarco no distrito de Bento Rodrigues – Mariana/MG. 2017. Disponível em: [http://www.fundacaorenova.org/wpcontent/uploads/2017/10/relatorio\\_avaliacaoqualidadee\\_mergencial\\_marco2017.pdf](http://www.fundacaorenova.org/wpcontent/uploads/2017/10/relatorio_avaliacaoqualidadee_mergencial_marco2017.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

KNAUSS, Paulo. A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea — o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.27 n.53, págs.24-54.

\_\_\_\_\_. **Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói**. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

JACKSON, Luiz Carlos. Divergências teóricas, divergências políticas: a crítica da USP aos “estudos de comunidade”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n.18, págs. 273-280, 2009.

JUSTIÇA GLOBAL. **Vale de lama: relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão**. 2016. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi--a-Global.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

LABORATÓRIO MULTIMÍDIA DE PESQUISA HISTÓRICA - LAMPEH. **Acervos de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.lampeh.ufv.br/acervosmg/>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1989.



MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, págs. 7-46, 1998.

MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. **Considerações sobre o termo de transação e de ajustamento de conduta firmado entre Governo Federal, Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S. A. e BHP Billiton Brasil LTDA**. Juiz de Fora: PoEMAS, 2016. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PoEMAS-2016-Coment%C3%A1rios-Acordo-Samarco.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MORGENSTERN et.al. **Comitê de especialistas para análise da ruptura da barragem de rejeitos de Fundão. Relatório sobre as causas imediatas da ruptura da barragem de Fundão**. 2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/10/relatorio-sobre-as-causas-imediatas-da-ruptura-da-barragem-de-fundao.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2017.

NOVAIS, Andréa Lanna Mendes; NOVAIS, Paula Carolina Miranda. Do imaterial ao edificado: diversidade de bens culturais afetados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana MG. In: **SIMPÓSIO CIENTÍFICO 2017 - ICOMOS BRASIL, I**, 2017, Belo Horizonte, MG. **Anais** [...]. Belo Horizonte – MG: [s. n.], 2017.

O TEMPO. **Ainda há lama**. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/ainda-h%C3%A1-lama>. Acesso em: 07 dez. 2017.

\_\_\_\_\_ **E agora, Bento?**. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/pampulha/reportagem/e-agora-bento-1.1174538>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços**, Santa Catarina, v.11, n.11, págs. 25-30, 2004.

PEREIRA, Débora de Viveiros. Histórias ressignificadas: memória e afeto como formas de preservação e valorização do patrimônio nos povoados de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira após o rompimento da Barragem de Fundão, Mariana/MG. In: **ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, XII**, 2017, Belo Horizonte, MG. **Anais** [...]. Belo Horizonte, MG: [s. n.], 2017.

PINTO-COELHO, Ricardo Motta. Existe governança das águas no Brasil? Estudo de caso: o rompimento da Barragem de Fundão, Mariana (MG). In: **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico – UFMG**. Belo Horizonte. v. 24, n.1, 2015, págs.16-43.

POEMAS. **Antes fosse mais leve a carga**: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, págs. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, págs. 3-15, 1989.

PORTAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Bens inventariados**. Disponível em: <[http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe\\_eau.php?id=101](http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_eau.php?id=101)>. Acesso em: 08 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Bens inventariados**. Disponível em: <[http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe\\_eau.php?id=102](http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_eau.php?id=102)>. Acesso em: 08 jun. 2017.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para a saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, págs.1-3, 2016.

PREFEITURA DE MARIANA. **Distritos de mariana**. Disponível em: <<http://www.pmmariana.com.br/todos-distritos>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.pmmariana.com.br/historico>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

PROUS, André. Editorial. In: **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico – UFMG**, Belo Horizonte. v. 24, n.1, págs.6-14, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAMARCO. **Bento Rodrigues: sua história, patrimônio e cotidiano**. [S. l.: s. n.], 2013.

\_\_\_\_\_. Samarco finaliza obras urbanas de Barra Longa. Outros programas e ações de reparação continuam em andamento. 2016. Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/11/27-10-2016-Samarco-finaliza-obras-urbanas-de-Barra-Longa.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2017.

SANTOS, Carlos Roberto Moreira dos. **Congado e reinado: história religiosa da irmandade negra em jequitibá, MG**. Orientador: Prof. Dr. Pedro A. Ribeiro de Oliveira. 2011. 134 págs. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, Rodrigo Salles P. Mineração e a conjuntura do pós-boom das commodities. In: **Audiência Pública da Comissão Especial – PL 37/11 – Mineração**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2015/09/Santos-2015-Minera%C3%A7%C3%A3o-e-a-Conjuntura-do-P%C3%B3s-Boom-das-Commodities.pdf>>. Acesso em: 24 de jun.2017.

SEDEC. **Glossário de Defesa Civil, estudos de risco e medicina dos desastres**. 5ª Edição. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=71458606-5f48-462e-8f03-4f61de3cd55f&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=71458606-5f48-462e-8f03-4f61de3cd55f&groupId=10157)>. Acesso em: 26 ago.2017.

SUPER INTERESSANTE. **Conheça mais sobre Bento Rodrigues, o lugar que pode deixar**

**de existir.** Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/conheca-mais-sobre-bento-rodrigues-o-lugar-que-pode-deixar-de-existir>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

**TRAGÉDIA ANUNCIADA. Festa de São Bento é celebrada por atingidos de Bento Rodrigues, em Mariana.** Disponível em: <<http://tragedianunciada.mabnacional.org.br/2016/07/13/festa-de-sao-bento-e-celebrada-por-atingidos-de-bento-rodrigues-em-mariana/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

**TODOS POR MARIANA. Últimas notícias.** Disponível em: <<http://www.todospormariana.mg.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. *In*: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1973. cap. 6, págs. 96-116.

WANDERLEY, Luiz Jardim et. al.. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/ Vale/BHP em Mariana (MG). *In*: Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, Impactos e Ações sobre a Destruição. Rio de Janeiro: **Folio Digital: Letra e Imagem**, 2016, págs.39-87.

ZHOURI, Andréa et. al.. **O desastre e seus (des)caminhos políticos-institucionais.** Boletim, n.1935, ano 42, 2016. Disponível em:<<https://www.ufmg.br/boletim/bol1935/2.shtml>> Acesso em 24 jan. 2018.

ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (orgs.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. 1ª ed. Marabá: Editorial Iguana, 2016, v. 2.